



O MÍNIMO QUE VOCÊ
PRECISA SABER SOBRE

POLÍTICA CRISTÃ

GABRIEL ENNES

PREFÁCIO POR RODRIGO MOCELLIN

pm

O MÍNIMO QUE VOCÊ
PRECISA SABER SOBRE
POLÍTICA
CRISTÃ

GABRIEL ENNES
PREFÁCIO POR RODRIGO MOCELLIN

pm
POS-MILENISMO
PRODUÇÕES

É permitida a livre reprodução e distribuição do presente material, sem necessidade de permissão, desde que não o seja para fins comerciais

Pós-Milenismo Produções
www.posmilenismo.com.br
editor@posmilenismo.com.br

1ª Edição: 2026
ISBN: 978-65-02-10703-4

Revisão: Daniel P. Rodrigues
Capa: Daniel P. Rodrigues
Diagramação: Daniel P. Rodrigues

Imagem da capa adaptada de “Fachada do Congresso Nacional”, de Leonardo Sá/Agência Senado, CC BY 2.0,
<https://www.flickr.com/photos/agenciasenado/48079561026/>
Modificada para uso em capa.

Citações bíblicas extraídas de Almeida Revista e Corrigida
Copyright © 2009 Sociedade Bíblica do Brasil

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Ennes, Gabriel

O mínimo que você precisa saber sobre política cristã /
Gabriel Ennes ; prefácio por Rodrigo Mocellin. -- 1. ed. --
Sumaré, SP : Ed. do Autor, 2026.

ISBN 978-65-02-10703-4

1. Conservadorismo 2. Ideologia e ensino social da Igreja
3. Política - Aspectos morais e éticos 4. Política - Aspectos
religiosos 5. Teologia social I. Mocellin, Rodrigo. II. Título.

26-360207.0

CDD-261.80981

Índices para catálogo sistemático:

1. Política : Brasil : Teologia social 261.80981
Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Dedico esse livro à memória do grande
Rousas John Rushdoony
do qual me considero um humilde aluno.

Agradeço à comunidade Rushdoony Brasil,
sem a qual esse trabalho seria impossível,
especialmente ao meu incansável editor,
Daniel Rodrigues.

“Estar em silêncio em um tempo como
esse é negar o Senhor, abandonar a fé
e ceder ao inimigo.”

R. J. Rushdoony

Acompanho o trabalho do Gabriel há algum tempo, e com grande alegria e sincera estima, recomendo esta obra aos irmãos. Vivemos em um tempo de profunda confusão quanto à relação entre fé e vida pública, especialmente no que diz respeito à política. Este livro surge como uma contribuição necessária, corajosa e, sobretudo, fiel às Escrituras, ao tratar de temas que muitos evitam, mas que não podem ser ignorados por aqueles que desejam pensar de forma verdadeiramente cristã.

Ao longo de suas páginas, o autor nos conduz por uma reflexão consistente acerca do papel das nações, da lei de Deus e da responsabilidade da Igreja diante da sociedade. Sua argumentação não apenas dialoga com a tradição reformada histórica, como também confronta pressupostos modernos que têm enfraquecido a cosmovisão cristã. Mais do que uma análise teórica, trata-se de um chamado à recuperação de uma visão integral do senhorio de Cristo — uma visão que alcança não apenas o indivíduo, mas também as estruturas sociais, culturais e políticas. Recomendo esta leitura com amizade e convicção, certo de que será edificante, desafiadora e proveitosa a todos aqueles que desejam compreender melhor como a fé cristã se aplica a todas as áreas da vida.

Rev. Prof. Dr. Carlos Eduardo Marques

Fundador, Reitor e Docente do *Instituto Bíblico de Educação Reformada* (IBETEC)

A relação entre igreja e Estado é um dos assuntos mais incompreendidos pelos cristãos. Não poucas vezes, o Estado é divinizado pela sua excessiva autoridade ao gerir várias áreas na vida dos indivíduos. Assim, novos modelos de família são padronizados e financiados por incentivo estatal, a educação é vista como uma responsabilidade do Estado sobre os cidadãos e seus filhos, a moral a partir do Estado é trazida ao debate público etc. Entretanto, mesmo assumindo tantos braços que re-

gulam cada milímetro da nossa individualidade, consideramos que pelo menos o Estado cumpre sua função mais básica, correto? Não! O seu papel principal é negligenciado, a saber, a necessidade do magistrado servir como ministro de Deus, recompensando o cidadão e punindo o malfeitor. A situação só piora quando cristãos assumem que um “Estado laico” é neutro em sua moralidade, nos seus valores e tem intenções boas, mesmo que erre em alguns momentos. O que o professor Gabriel propõe neste livro é apresentar a posição confessional sobre como o cristão deve enxergar os magistrados civis, dando a César nada além daquilo que lhe é por direito, como mão reguladora do reino de Deus no mundo. Obra esclarecedora e importante para pastores, seminaristas e todo leitor que deseje estar melhor esclarecido sobre o tema. Vale a pena!

Rev. Evandro Junior

Pastor da *Terceira Igreja Baptista do Porto* e da *Igreja Baptista Reformada de Braga*, ambas em Portugal.
Professor de teologia. Diretor do *Instituto Bíblico John Bunyan* (Porto, Portugal)

Por várias décadas, a Igreja no Brasil acreditou que bastava pregar o Evangelho e simplesmente aguardar o retorno de Jesus. Enquanto isso, o humanismo ocupava as escolas, os tribunais e os parlamentos. Triste fato! No entanto, o nosso irmão Gabriel Ennes nos dá um “chacoalhão” ao nos lembrar que “do Senhor é a terra e a sua plenitude, o mundo e aqueles que nele habitam” (Sl 24:1), o que inclui, obviamente, a esfera política também. O autor nos fornece uma excelente cosmovisão política fundamentada nos pressupostos da revelação bíblica. Além disso, ele também dialoga com pensadores como Kuyper, Van Til, Rushdoony e outros, os quais demonstraram que toda tentativa de construir uma ordem política fora da Lei de Deus é, epistemologicamente, uma rebelião contra a fonte de toda autoridade legítima. Somente a Palavra de Deus pode

iluminar o caminho de uma política verdadeiramente justa. Recomendo esta obra a todo cristão que deseja, de fato, levar o senhorio de Cristo a sério. Que a Palavra de Deus, infalível e suficiente, ilumine cada página que você virar.

Fabrizio A. de Marque

Professor de Teologia na *Faculdade UCESP*; professor visitante de escatologia do *Instituto Reformado de Teologia e Cultura Zacharias Ursinus*; professor convidado de escatologia do *Instituto Bíblico John Bunyan* (Porto, PT).
Criador do projeto *Pensando as Escrituras*. Autor de *10 Mitos Sobre o Fim dos Tempos, Vivendo como um Pós-Milenista* e *Esperança Pós-Milenista para o Mundo*.

Em meio à polarização de direita e esquerda, este livro não propõe uma nova visão do velho sistema, mas uma mudança dos pressupostos. Gabriel Ennes apresenta a base sólida da teologia política: Jesus Cristo é o Rei de todas as nações e não existe neutralidade.

Davi Teixeira

Administrador da página *Civilização Cristã* e expositor do Reconstrucionismo no Brasil

Se pudéssemos apontar um pecado no cristianismo das gerações presentes, ele é o medo de levar o cristianismo a sério quando o assunto é política e ciências em geral. As gerações de cristãos já há pouco mais de um século temem ser vistas como pouco acadêmicas, e por isso assumem filosofias não-cristãs a fim de mascarar seus justos ímpetos religiosos para ação nas áreas da vida prática. Gabriel não cai nesse pecado. Provavelmente pela primeira vez no Brasil temos alguém que ousa analisar a igreja concreta existente no país a partir de uma teologia e cosmovisão sólidas, nos conduzindo pela história das nações cristãs para demonstrar que o cristianismo não significa ape-

nas vitalidade espiritual, mas também um requerimento de importância sociológica. Este livro, que trata sobretudo de um conceito cristão de liberdade, não foi escrito para aqueles que Apocalipse 21:8 chama de “tímidos”

Vitor Barreto

Administrador da página *Cosmovisão Reformada* e expositor do Pressuposicionalismo de Cornelius Van Til no Brasil.

A maior mentira abraçada por muitos cristãos é a ideia de neutralidade. Há quem imagine ser possível restringir Cristo ao culto de domingo, manter a fé confinada à esfera privada e permanecer acima das disputas públicas. Contudo, Jesus desfaz essa ilusão com clareza: “Quem não está comigo está contra mim, e quem comigo não ajunta espalha” (Mateus 12:30). Não existe neutralidade. Toda área da vida não submetida ao senhorio de Cristo inevitavelmente se submete a outra cosmovisão.

É precisamente essa realidade que Gabriel Ennes expõe nesta obra. A crise da Igreja brasileira não está na ausência de participação pública, mas na renúncia ao pensamento cristão como fundamento para compreender e ordenar a vida social. Durante décadas, muitos cristãos trataram a aplicação das Escrituras às questões culturais, políticas e institucionais como algo excessivo ou inadequado, enquanto visões de mundo contrárias à fé cristã avançavam sem resistência.

O grande mérito deste livro está em demonstrar, sem sentimentalismo, que neutralidade jamais existiu. O Estado não é neutro, a educação não é neutra, a legislação não é neutra. E a Igreja que age como se Cristo não tivesse autoridade sobre essas áreas já se rendeu, ainda que continue professando sua fé aos domingos.

Gabriel relembra uma verdade frequentemente negligenciada: Jesus Cristo não é apenas Senhor da alma, mas Senhor de toda

a realidade. Seu governo alcança o indivíduo, a família, a Igreja, a cultura e a nação.

Esta obra é um chamado ao abandono da covardia intelectual disfarçada de prudência espiritual. Um convite àqueles que compreenderam que não basta afirmar, em teoria, que Cristo é Rei; é necessário viver, pensar e agir de acordo com essa verdade em todas as esferas da vida.

Recomendo esta leitura a todos que rejeitam o mito da neutralidade e desejam, de fato, ajuntar em vez de espalhar.

Alexandre Galvão

Professor de Teologia, fundador do canal *Academia de Apologética* e autor das obras *Apologética Impiedosa* e *O Argumento Transcendental: A Impossibilidade do Contrário*.

Em uma geração marcada pela fragmentação entre fé e vida pública, esta obra surge como um chamado contundente ao retorno da cosmovisão cristã bíblica. Valendo-se da esperança histórica e transformadora do pós-milenismo, Gabriel conduz o leitor por uma reflexão profunda, confrontadora e necessária acerca da relação entre Reino de Deus, cultura e política. Mais do que um livro sobre política, este é um convite para que a Igreja volte a pensar todas as áreas da existência à luz do senhorio de Cristo, compreendendo o discipulado das nações como parte da missão histórica do Evangelho. Uma leitura provocativa, corajosa e extremamente relevante para os nossos dias.

L. Henrique Schmitt

Teólogo, mestre e autor de *Escatologia Apostólica* e da trilogia *Apocalipse Desvendado*.

O autor do livro destaca o ponto mais fundamental que pervade todos os seus argumentos, a absoluta soberania de Deus, e não se intimida, pois sustenta que Jesus Cristo é o Senhor. A partir deste fundamento, expõe-se que somente a cosmovisão cristã pode lidar com o pensamento político ocidental.

Todo o mérito do autor se concentra em dissecar a real condição da farsa da neutralidade, desde sua menção ao estagirita até a ideia bíblica de nações cristãs enquanto modelos civilizatórios antitéticos. Por implicação, é demonstrado que cristãos e não-cristãos são totalmente distintos na vida e no pensamento, o que consiste num desafio inevitável e absolutamente necessário, que persiste desde os tempos dos césores romanos. Um desafio, porém, do qual Cristo emergirá vitorioso, pois o Reino pertence apenas a Ele e, por herança, à Sua Igreja. Portanto, indico com rigor e total apreço essa obra, contra a qual não há encantamento por parte da retórica patocrática da incultura política nacional. Ela certamente o fará reconhecer, como Kuyper, Rushdoony e Van Prinsterer apontaram, a necessidade do desenvolvimento de uma cultura e civilização distintamente cristãs.

Gilberto Araújo A. Manguiera

Diretor docente do *Instituto Antítese* e professor de teologia filosófica no *IBETEC*.

SUMÁRIO

PREFÁCIO — <i>Rodrigo Mocellin</i>	13
INTRODUÇÃO.....	17
1. O Dever de Criar Nações Cristãs	33
2. O Abandono da Cristandade	39
3. O Mito da Neutralidade Religiosa na Política.....	51
4. Estado e Moralidade.....	63
5. Uma Defesa Bíblica da Lei de Deus.....	75
6. A Separação entre Estado e Igreja.....	83
7. Ateísmo Cristão vs. Ateísmo Humanista	89
8. Uma Apologia da Lei de Deus Na Política.....	105
9. Como a Lei de Deus Assegura a Liberdade	111
10. O Autogoverno: O Caminho para Economia e Política Bíblicas.....	119
11. O Cuidado com os Pobres e o Ressurgimento da Diaconia	135
12. Crise e Oportunidade.....	143
13. Conclusão: E Agora, o Que Fazer?.....	151
APÊNDICE: Entre Cristo e Marx: A Guerra pela Interpretação do Racismo	155

PREFÁCIO

por Rodrigo Mocellin

Até bem pouco tempo, no meio evangélico, candidatar-se a algum cargo político ou “misturar” Bíblia com assuntos de Estado era atestado de apostasia. Ao conversar com um dos primeiros deputados evangélicos brasileiros, ele me disse: “Quando me candidatei, acharam que eu estava me desviando”. Muitos, como eu, ignorantemente se vangloriavam de não estar com as mãos sujas pela política. Frases de efeito e distorções do ensinamento bíblico eram repetidas à exaustão para evocar a piedade de não se preocupar com as “coisas deste mundo”, pois “minha pátria é o céu”. Tais bobagens ficaram para trás para boa parte dos evangélicos.

Outro passo importante dado pelos evangélicos foi perceber que eram esquerdistas e nem sabiam. Doutrinados desde cedo na escola e pela mídia, muitos protestantes defendiam desarmamento, Estado gigante, justiça social etc., mas jurando que tais bandeiras eram cristãs. Há menos de dez anos, condenar a esquerda era como pregar no deserto e exigia a coragem de um João Batista.

Hoje, muitos cristãos não hesitam em dizer: “Não existe cristão de esquerda”. Contudo, ao perceber que os valores da esquerda são antagônicos ao cristianismo, cristãos evangélicos acabaram olhando para o outro lado e pensando: “Se a esquerda é ruim, logo o conservadorismo é a minha posição política”. E, com isso, não perceberam que saíram de um abismo e caíram em um buraco. Pois, apesar de o conservadorismo defender algumas ideias se-

melhantes ao cristianismo, conservadorismo não é cristianismo; se o fosse, obviamente seria chamado de cristianismo. Notamos algumas semelhanças na superfície, mas, quando investigamos mais a fundo, percebemos que o fundamento conservador em nada se assemelha ao cristianismo.

Um dos políticos mais proeminentes da direita e protestante, Nikolas Ferreira, resumiu bem o pensamento de muitos evangélicos atuais, que acreditam que a Bíblia tem muito a dizer sobre a Jerusalém celestial, mas pouco a falar sobre este mundo: “Eu sou cristão, mas minha posição política é o conservadorismo. Eu não vou levantar a minha Bíblia na esfera pública”, concluiu o jovem político cristão.

O célebre ator de Super-Homem, Christopher Reeve, afirmou: “Quando questões de política pública estão em debate, nenhuma religião deve ter um lugar à mesa.”¹ Que ímpios nos queiram fora do debate não é surpresa; o problema é que os próprios cristãos aceitaram sair da mesa, ao realmente acreditar que a Bíblia não tem nada a dizer sobre ciência, política, educação, arte...

O homem moderno, fruto do Iluminismo, rejeita a religião e tem como sua fonte última de autoridade a ciência. Só é verdade aquilo que pode ser visto e dissecado em laboratório. Já a religião não é verdade objetiva; logo, não pode fazer parte do debate público, devendo, assim, colocar seu rabinho entre as pernas e se restringir a influenciar a vida do homem apenas na esfera privada.

¹ Nancy Pearcey, *Verdade Absoluta* (CPAD, 2018), p. 17.

O MÍNIMO QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE POLÍTICA CRISTÃ

Com essa premissa dominante na cultura, cristãos saíram de seu monastério e foram para a arena pública, mas com as armas do inimigo, pois aceitaram a exigência de nossos adversários de que não podemos lutar com a nossa espada, a Escritura.

Nesse momento, é importante lembrar que não teríamos um Ocidente próspero e livre sem a Bíblia. A Palavra de Deus foi o terreno sólido sobre o qual a ciência, a política, enfim, a cultura, de modo geral, floresceu. Nancy Pearcey, em seu livro *A Alma da Ciência*, declarou: “Até a virada do século 19 para o século 20, o cristianismo era a influência intelectual predominante na maior parte das áreas da vida e da cultura no Ocidente.”² O católico Alexis de Tocqueville queria entender por que a França revolucionária produziu escravidão, miséria e terror, enquanto os Estados Unidos eram uma nação que avançava em todas as áreas da cultura. Sua conclusão foi uma só: o protestantismo — “Na América, é a religião que leva às luzes; é a observância das leis divinas que conduz o homem à liberdade.”³ Esses são apenas alguns exemplos que provam que Francis Schaeffer estava certo ao afirmar que o cristianismo é a verdade concernente à realidade total.

Nesta importante obra, Gabriel sobe nos ombros de Abraham Kuyper, Cornelius Van Til e Rousas John Rushdoony e grita: NÃO EXISTE NEUTRALIDADE! Ou edificamos todas as áreas da existência e do conhecimento a partir de Cristo, por meio de sua Palavra, ou o

² Nancy Pearcey e Charles Thaxton, *A Alma da Ciência* (Editora Cultura Cristã, 2005), p. 10.

³ Alexis de Tocqueville, *A Democracia na América* (Martins Fontes, 2005), p. 50.

Prefácio

faremos através de algo contrário ao nosso Senhor, “pois quem não é por mim é contra mim”. Gabriel irá nos mostrar que chegou a hora de os cristãos pararem de sentir vergonha da Bíblia e tirá-la da bainha, para mostrar que o temor do Senhor é o princípio da sabedoria, de toda sabedoria.

INTRODUÇÃO

Cerca de vinte anos atrás, evangélicos não se interessavam por política.

Havia uma clara compreensão de que política é um espaço baixo da existência humana, algo profano, por vezes pecaminoso. Muitos eram veementemente contra qualquer participação de cristãos nela.

O Pr. Silas Malafaia, uma das figuras mais proeminentes no meio evangélico, diz no documentário *Apocalypse nos Trópicos*⁴ ter sido o responsável por difundir nos evangélicos o interesse pela política. Segundo ele, por décadas, os pastores ensinaram que os cristãos são cidadãos do céu. “Somos cidadãos do céu e da terra”, disse o pastor, “eu ensinei isso às igrejas”. Embora alguns possam questionar a extensão da responsabilidade do célebre líder religioso, há alguma verdade nessa alegação.

O crescimento das igrejas teve um papel fundamental no fomento do interesse na política por parte dos evangélicos. Silas Malafaia está relacionado a isso de alguma forma. Mas, a verdade é que o envolvimento de crentes na política tem outra causa muito mais compreensível: o avanço das pautas de esquerda. A mudança do cenário religioso do Brasil trouxe à tona duas coisas: *pri-*

⁴ Documentário brasileiro de 2024, dirigido pela cineasta esquerdista Petra Costa. Foi adicionado no catálogo do streaming Netflix em 14 de julho de 2025. Fonte:

<https://www.hollywoodreporter.com/movies/movie-news/christian-nationalism-doc-apocalypse-in-tropics-release-1236211696/>

meiro, a constatação de que política é algo importante, *segundo*, o quão vulneráveis os evangélicos são às abordagens ideológicas.

Devido a inexistência de uma visão política distintamente cristã, muitos evangélicos abraçaram o Bolsonarismo na última década. Alguns veem uma alternativa à esquerda no Liberalismo ou no Conservadorismo político. O resultado é uma completa incapacidade de responder às necessidades desse país.

Enquanto o Bolsonarismo consiste em um movimento puramente reacionário, o Conservadorismo e o Liberalismo são - com as legítimas distinções e considerações - ideologias. De acordo com David Koyzis:

[...] cada ideologia se fundamenta no ato de isolar um elemento da totalidade criada, elevando-o acima do resto da criação e fazendo com que este orbite em torno desse elemento e o sirva. A ideologia também se fundamenta no pressuposto de que esse ídolo tem a capacidade de nos salvar de um mal real ou imaginário que há no mundo.⁵

O pensamento ideológico é o único esquema a partir do qual o evangélico médio pensa a política. Nosso maior objetivo é mostrar que, *primeiro*, é possível desenvolver uma visão de mundo distintamente cristã e, *segundo*, que isso é de vital importância para a igreja e para a nação brasileira.

Esse livro busca ser um “mínimo” que qualquer cristão piedoso deveria levar em conta ao pensar sobre polí-

⁵ David Koyzis, *Visões e Ilusões Políticas* (Edições Vida Nova, 2021), p. 26.

O MÍNIMO QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE POLÍTICA CRISTÃ

tica. De tudo que será abordado, nada é tão importante quanto a constatação de que todas as coisas devem glorificar a Deus. Portanto, pensar política de maneira cristã é, por necessidade, pensar política para glória de Deus

De acordo com R.J Rushdoony⁶, “A glória é a manifestação da natureza divina”⁷. Sendo perfeito, o Deus cristão é glorificado conforme manifesta as Suas obras. No Salmo 136, a Criação e o Êxodo são descritos em forma de adoração, com constante observância à bondade de Deus, cuja “benignidade é para sempre”.

Rushdoony afirma:

A glória de Deus está também presente onde Deus concedeu poder e autoridade, como no caso de Nabucodonosor (Daniel 2:37).⁸

Glorificar envolve discernir a presença de Deus no tempo e no espaço. Isso envolve a esfera política e social. Durante séculos, a Igreja sustentou que a glória pertence apenas a Deus. Não obstante, ao longo da história, homens e projetos de poder se ergueram buscando reivindicar glória para si. O que tais iniciativas fazem é usurpar o poder dado por Deus, razão pela qual o próprio Deus, a seu tempo, os humilha e derruba (Dn 4:37).

O livro de Daniel é uma história que demonstra com grande proeminência a soberania divina sobre os reinos

⁶ Rousas J. Rushdoony (1916-2001) foi pastor presbiteriano, missionário, filósofo, considerado pai do reconstrucionismo cristão e do homeschooling moderno.

⁷ R. J. Rushdoony, *Fundamentos da Ordem Social: Estudos Sobre os Credos e Concílios da Igreja Primitiva* (Editora Monergismo, 2019), p. 59.

⁸ *Ibid.*, p. 60.

terrenos. Tais projetos de poder representam a desobediência humana que impera desde os dias de Adão. Quando o profeta interpreta o sonho do rei, profetiza a queda de seu império terreno, ao mesmo tempo que antecipa a vinda de um Reino que jamais terá fim.

O Reino dos Céus, inaugurado desde a vinda de Cristo, é o Reino da obediência a contrapor os impérios da desobediência.

Porque o homem foi criado à imagem de Deus, ele é, diferente dos animais, um ser moral. Por causa do seu pecado, contudo, o homem precisa de restauração, ou salvação. Um mundo centrado em Deus precisa da graça de Deus para homens pecadores, a fim de que ele possa se centrar uma vez mais em Deus.⁹

Deus não nos chama enquanto cristãos apenas para militar pela restauração dos pecadores. Antes, nos comissiona para o discipulado das nações, de modo que sejam submetidas à Palavra de Deus num mundo reconstruído.

O presente trabalho é um chamado à *ação*. Isso não implica uma defesa reacionária, mas um comprometimento realista com a Palavra-lei de Deus. Todo viés, seja de esquerda ou de direita, como a estátua do rei Nabucodonosor, possui os pés de barro e deve ser criticado à luz dos pressupostos da Revelação.

⁹ Mark R. Rushdoony, *Preservando a Mensagem de R. J. Rushdoony: A Obra Mais Importante que a Chalcedon Pode Fazer*, p. 4. Acesso em 27 de abr. de 2026. Disponível em: https://www.monergismo.com/textos/biografias/obra-mais-importante-rushdoony_Mark-Rushdoony.pdf

O MÍNIMO QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE POLÍTICA CRISTÃ

Uma abordagem política que se autodenomine cristã deve ser crítica das abordagens políticas não cristãs. A razão é simples: cada uma delas parte de pressupostos diferentes.

Como qualquer arte ou ciência, a política está relacionada a uma concepção sobre o homem. O que é o homem? Essa é uma pergunta fundamental. É a partir dela que podemos falar sobre qualquer coisa. De acordo com Aristóteles em sua obra *A Política*:

É evidente, pois, que a cidade faz parte das coisas da natureza, que o homem é naturalmente um animal político, destinado a viver em sociedade, e que aquele que, por instinto, e não porque qualquer circunstância o inibe, deixa de fazer parte de uma cidade, é um vil ou superior ao homem. Tal indivíduo merece, como disse Homero, a censura cruel de ser sem família, sem leis, sem lar. Porque ele é ávido de combates, e, de combates, e, como as aves de rapina, incapaz de se submeter a qualquer obediência. Claramente se compreende a razão de ser o homem um animal sociável em grau mais elevado que as abelhas e todos os outros animais que vivem reunidos.¹⁰

Sendo um sábio segundo este mundo, devemos compreender o entendimento de Aristóteles como incompleto. Embora, pela revelação geral e pela graça comum, pagãos conheçam verdades, sua cosmovisão é fundamentalmente incorreta. No caso do estagirita, há uma concepção do homem como animal político, um ser qua-

¹⁰ Aristóteles, *A Política* (Editora Lafonte, 2023), Livro I, Capítulo 1, p. 12.

lificado pela política. Por este motivo, o filósofo tinha em alta conta o papel do Estado:

[...] pois é ela [a política] que determina quais ciências devem ser estudadas em um Estado, quais ciências os cidadãos devem aprender e até que ponto devem aprendê-las; e vemos que se enquadram nisso até mesmo as capacidades mais respeitadas, como a estratégia, a economia, a retórica. Agora, uma vez que a política utiliza as demais ciências, e uma vez que legisla sobre o que devemos fazer e do que devemos nos abster, a finalidade dessa ciência deve incluir as finalidades das outras ciências, de modo que seu fim deva ser o bem da humanidade.¹¹

O Cristianismo repudia a concepção da política como ciência suprema: este lugar é exclusivo da Teologia. Mesmo assim, há um elemento de verdade no que Aristóteles disse: a política é um aspecto muito importante da vida, sobre o qual devemos pensar e discutir com seriedade. Ela não é algo essencial, muito menos a finalidade do homem. Fomos criados com uma dimensão política, mas não para a política e por causa da política.

O homem é primeiramente uma criatura pactual, feita à imagem e semelhança de Deus. Todos nós respondemos a Deus e prestaremos conta de tudo o que fizermos, inclusive de cada palavra ociosa que dissermos (Mt 12:36-37)!

Uma vez que somos criados para glorificar a Deus e gozar d'Ele eternamente, é necessário pensar e fazer política tendo esse horizonte. Para tal, é imprescindível o

¹¹ Aristóteles, *Ética a Nicômaco* (Principis, 2021), 1ª Edição Kindle, Livro I, Capítulo 2, p. 11.

O MÍNIMO QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE POLÍTICA CRISTÃ

desenvolvimento de uma cosmovisão cristã. A palavra cosmovisão significa literalmente “visão de mundo” e implica as premissas a partir das quais vemos a realidade.¹²

Ser um regenerado envolve uma mudança radical na forma de pensar Deus, a origem do universo, o homem e o fim de todas as coisas. Enquanto um ateu crê que tudo veio do acaso e da matéria, o cristão vê um mundo cheio de significado, criado por um Deus todo-poderoso e bondoso. Intelectuais cristãos como Francis Schaeffer e William Edgar falaram sobre como o cristão enxerga o mundo de uma forma enquanto o não cristão enxerga de outra. Isso implica duas cosmovisões diametralmente opostas.

Há muitas fontes a partir das quais uma cosmovisão cristã pode ser desenvolvida: os concílios e sínodos da igreja, a tradição cristã, os escritos dos pais da Igreja e dos reformadores. Não obstante, o único fundamento infalível a partir do qual uma cosmovisão cristã é desenvolvida é a Escritura Sagrada.

É a partir do conteúdo das Escrituras que desenvolvemos nossa maneira única de ver o mundo. Infelizmente, apesar de os cristãos terem uma autoridade suprema da qual beber, nem sempre vivem de maneira consistente com ela.

¹² O termo *Weltanschauung* (cosmovisão), articulado por Immanuel Kant, foi apropriado pelo neocalvinismo holandês para afirmar que toda interpretação da realidade é religiosamente orientada, não neutra. James Orr ajudou a difundir essa ideia no mundo anglófono ao apresentar o cristianismo como uma cosmovisão coerente e abrangente em *The Christian View of God and the World*.

Um dos maiores defensores da afirmação da cosmovisão cristã numa era secularizada foi o holandês Abraham Kuyper¹³. Polímata de rara envergadura, Kuyper foi político, teólogo, jornalista, educador e líder eclesiástico e sua atuação moldou profundamente a sociedade de seu tempo. Segundo ele:

Nem um único espaço de nosso mundo mental pode ser hermeticamente selado em relação ao restante, e não há um único centímetro quadrado em todos os domínios da existência humana sobre o qual Cristo, que é soberano em tudo, não clame: é meu!¹⁴

Tais palavras ecoam a necessidade de afirmar o senhorio de Cristo sobre toda existência humana. Kuyper foi um veemente crítico de dicotomias comuns na vida dos cristãos que, ao mesmo tempo que cultuam a Deus aos domingos, vivem a maior parte de suas vidas como pagãos.

Outrora teologicamente liberal, Kuyper sabia bem o que era ser um cristão nominal. Em seus dias, o cristianismo ainda gozava de algum prestígio cultural, motivo pelo qual muitos eram nominalmente cristãos. Embora haja diferenças do século XIX para era presente, é também possível estabelecer semelhanças.

Vivemos uma época de franco crescimento do número de evangélicos na nação brasileira. Nessa expansão, é comum vermos cada vez mais cristãos que não agem

¹³ Foi o Primeiro-Ministro dos Países Baixos entre 1901 e 1905, Teólogo Calvinista e Fundador da Universidade Livre de Amsterdã

¹⁴ A frase de Kuyper foi proferida em seu discurso na inauguração da Universidade Livre de Amsterdã, em 1880.

O MÍNIMO QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE POLÍTICA CRISTÃ

como cristãos. O mesmo pode ser dito de cristãos que não *pensam* como cristãos. Para além das vidas individuais, essa inconsistência é perceptível na política.

No Brasil, ideologias ocupam cada vez mais espaço na esfera pública, enquanto o número de evangélicos cresce expressivamente. Parecemos longe de viver numa nação transformada pelo Espírito Santo. Essa inversão implica uma deficiência da igreja brasileira que começa em seus teólogos e pastores. Evangélicos brasileiros, com razão, se consideram conservadores em pautas morais como aborto e as teorias de gênero. Apesar disso, devido à falta de uma teologia pública desenvolvida, só lhes resta o reacionarismo quando tais pautas se revelam de maneira mais expressiva.

Há muita dificuldade na elaboração de uma visão de mundo cristã sobre a política e isso se deve a vários fatores: *primeiro*, ao pietismo¹⁵ religioso, que restringe religião à devoção pessoal. Tal ênfase em afetações espirituais, em detrimento do desenvolvimento de uma cosmovisão regenerada, tem produzido pessoas que não possuem muito a dizer na arena pública que seja diferente do que é dito por não-cristãos. Consequentemente, há carência de pensadores capazes de discutir problemas sociais e políticos à luz da Palavra de Deus. Isso torna a

¹⁵ O Pietismo foi um movimento de renovação do luteranismo surgido no século XVII, especialmente com Philipp Jakob Spener, que enfatizava a experiência pessoal de conversão, a santidade prática, o estudo devocional da Bíblia e pequenos grupos de edificação, em reação ao formalismo e à ortodoxia, considerada excessivamente escolástica.

igreja facilmente refém de fenômenos ideológicos como o bolsonarismo.

Segundo, há uma cooptação dos seminários e universidades cristãs pelo pós-estruturalismo¹⁶, pelo “politicamente correto”¹⁷ e pelas “teologias” contemporâneas regadas à ideologia marxista como a Teologia da Libertação¹⁸ e sua versão evangélica, a TMI¹⁹. Terceiro, somos afligidos mediante a inexistência de uma abordagem cristã todo-abrangente que, ao mesmo tempo, abranja a política e seja um contraponto à subversão das igrejas. A proposta deste livro é sanar precisamente o terceiro fator que dificulta a criação de uma visão cristã sobre a política.

Para tal, apresentaremos a abordagem da Teonomia²⁰, perspectiva reformada pouco difundida no Brasil

¹⁶ Propõe um pensamento de recusa aos fundamentos tradicionais da filosofia, como as ideias de verdade, objetividade e razão.

¹⁷ É usado para descrever expressões, políticas ou ações que evitam ofender, excluir e/ou marginalizar grupos de pessoas que são vistos como desfavorecidos ou discriminados, especialmente grupos definidos por gênero, orientação sexual ou cor.

¹⁸ Teve início na década de 1960 na Igreja Católica Romana, com a ênfase na libertação dos oprimidos socialmente.

¹⁹ A TMI (Teologia da Missão Integral), desenvolvida por autores como René Padilla e Samuel Escobar, compartilha alguns pontos com o Marxismo, especialmente na ênfase sobre injustiças estruturais, desigualdade socioeconômica e crítica a formas de opressão presentes na sociedade.

²⁰ “ [...] a palavra do Senhor é o único, supremo e imutável padrão para todas as ações e atitudes de todos os homens em todas as áreas da vida”, Greg L. Bahnsen, *O que é “Teonomia”?*. Acesso em 30 de dez. de 2022. Disponível em:

http://www.monergismo.com/textos/lei_evangelho/o-que-teonomia_bahnsen.pdf

O MÍNIMO QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE POLÍTICA CRISTÃ

(quando não abominada a partir de espantalhos, como ficará claro ao longo da leitura deste livro). Teonomia significa literalmente *lei de Deus* e parte do princípio de que a Palavra de Deus tem aplicações não só na vida privada, como também na esfera pública, o que envolve o Estado.

O grande precursor do modelo de Teonomia que aqui será prolificamente divulgado é o armeno-americano Rousas J. Rushdoony (1916-2001), seguidor do pensamento do Dr. Cornelius Van Til²¹, do Seminário Teológico de Westminster. Herdeiro assumido de Abraham Kuyper, Cornelius Van Til estabelece a antítese fundamental entre cristãos e não-cristãos. Em suas palavras:

O debate entre cristãos e não cristãos envolve cada fato do universo. Se não envolve cada fato, então não envolve fato algum. Se um único fato pode ser interpretado corretamente com base na suposição da autonomia humana, então todos os fatos podem.²²

O conceito de *antítese* envolve a constatação de uma diferença fundamental e irreconciliável entre justos e ímpios. Van Til nos ensina que não há ponto de contato entre a perspectiva cristã e a perspectiva não cristã sobre qualquer coisa. O cristão tem uma concepção sobre o mundo alicerçada em Deus, enquanto o não cristão vê o mundo a partir de si próprio. Há uma diferença funda-

²¹ Cornelius Van Til foi um filósofo cristão, apologista pressuposicional e um dos professores fundadores do *Westminster Seminary*. Ele serviu como pastor na *Orthodox Presbyterian Church* até o fim de sua vida.

²² Cornelius Van Til, *The Defense of The Faith* (Presbyterian & Reformed Publishing, 1979), p. 171

mental nos pressupostos do cristão e do não-cristão. Rousas J. Rushdoony desenvolveu o que posteriormente foi chamado Teonomia a partir do pensamento de Van Til. Sem reconhecer isso, é impossível entender o posicionamento defendido neste livro.

Sobre os ombros de eruditos como Cornelius Van Til, Rushdoony foi um veemente crítico da modernidade e conseguiu, com clareza, enxergar os males de nosso tempo em áreas como a política.

De acordo com Ben House:

Rushdoony não procurou edificar uma catedral sobre os fundamentos do pensamento de Van Til. Ele tomou as premissas de Van Til além do escopo dos escritos de Van Til e procurou construir uma cidade sobre as implicações de cada fato sendo um fato criado e interpretado por Deus.²³

Mais do que de Roger Scruton²⁴, José Ortega y Gasset²⁵, Eric Voegelin²⁶ ou Olavo de Carvalho²⁷, o Brasil precisa desesperadamente de intelectuais como Rushdoony! Prova disso é a superficialidade dos nossos teólogos

²³ Ben House, "Dooyeweerd e Rushdoony," Monergismo. Acesso em 30 de dez. de 2022. Disponível em:

https://www.monergismo.com/textos/filosofia/dooyeweerd-rushdoony_ben-house.pdf

²⁴ Roger Vernon Scruton foi um filósofo conservador britânico e autor de vários livros.

²⁵ José Ortega y Gasset foi um filósofo espanhol fundador da escola de Madrid, ativista político e jornalista.

²⁶ Eric Voegelin foi um filósofo político germano-americano.

²⁷ Olavo de Carvalho foi um ensaísta, jornalista, polemista e ficou conhecido por influenciar o movimento conservador no Brasil.

O MÍNIMO QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE POLÍTICA CRISTÃ

ao sustentar visões políticas que pecam, seja por serem meramente reacionárias e idealizarem uma era de ouro do passado como a Idade Média, a Monarquia Brasileira ou a Reforma Protestante; seja por terem pouco ou nada a acrescentar ao debate público secular, fundamentado sob a égide de pressupostos modernos.

O pensamento de Rushdoony está longe de ser reacionário, ele dá respostas pautadas na Palavra de Deus, o que envolve seu lado inconveniente para aqueles que nutrem compromissos ideológicos.

Em sua vida, Rushdoony foi um inimigo autodeclarado da neutralidade. Não existe um único átomo no universo que possa ser visto de maneira neutra. Todos os fatos do universo, o que envolve todas as relações que perfazem a política, foram criados por Deus. Nem mesmo a mácula do pecado obscurece essa realidade fundamental. Logo, torna-se necessário o estabelecimento de um princípio distintamente cristão para pensar e fazer política.

Quando um evangélico se identifica com a Direita ou com a Esquerda - conforme esses posicionamentos são entendidos pelo brasileiro médio - está necessariamente afirmando um ponto de contato com não-cristãos. Está negando a antítese e pensando como um não-cristão.

Não quero de maneira alguma dar a entender que não-cristãos não possam defender coisas legítimas. Há lucidez em muitos não-regenerados, que se opõem ao aborto, às teorias de gênero e ao intervencionismo do Estado. A questão é o princípio a partir do qual fazem isso: um princípio fundamentalmente humanista, que visa o bem do homem pelo homem e para o homem. O cristão,

de maneira diametralmente oposta, pensa política como uma forma de glorificar a Deus. Isso tem como consequência necessária o derramar de Suas bênçãos sobre a sociedade.

A Palavra-lei de Deus (forma na qual Rushdoony se refere às Escrituras) é o fundamento pelo qual devemos compreender a ordem política. Qualquer tentativa de substituí-la está fadada ao fracasso.

No Capítulo 1, trataremos do dever de criar nações cristãs, o ponto de partida de nossa abordagem. Isso conduzirá ao Capítulo 2, no qual descreveremos o processo de secularização que acarretou o abandono da Cristianidade. O Capítulo 3 explorará como o homem moderno aderiu ao mito da neutralidade religiosa. No Capítulo 4, examinaremos a relação direta entre Estado e moralidade. No Capítulo 5, faremos uma defesa teológica da continuidade da Lei moral de Deus. O Capítulo 6 será dedicado à distinção Estado e Igreja a partir da abordagem kuyperiana da soberania das esferas. No Capítulo 7, trataremos da antítese entre o ateísmo cristão e o ateísmo humanista. O Capítulo 8 será uma defesa da lei de Deus como fundamento para uma cosmovisão política cristã. No Capítulo 9, mostraremos como somente com base na Lei de Deus a liberdade é assegurada. No Capítulo 10, explicaremos a virtude do autogoverno como elemento fundamental para o desenvolvimento do Brasil e do Ocidente. Já o Capítulo 11 abordará a delicada situação dos pobres, apresentando a orientação das Escrituras para essa questão. No Capítulo 12, daremos um diagnóstico do Ocidente, apontando para oportunidade que este tempo nos confere. Concluiremos com uma resposta, à luz do

O MÍNIMO QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE POLÍTICA CRISTÃ

que foi apresentado, sobre o que fazer diante do conteúdo exposto.

CAPÍTULO I

O DEVER DE CRIAR NAÇÕES CRISTÃS

A ideia de nação cristã é fundamental para pensar política de maneira bíblica.

Uma nação é fruto da relação entre muitas pessoas. Do mesmo modo que um homem, uma mulher e filhos cristãos compõem uma família cristã, uma nação influenciada em grande medida por cristãos configura uma nação cristã. Tanto uma família quanto uma nação são instituições às quais pode ser dado o adjetivo “cristão”.

É difícil alguém negar que uma família possa ser considerada cristã, mas teólogos como Gutierrez Siqueira negam a existência de nações cristãs hoje. Em suas palavras:

A natureza do cristianismo é a de uma religião universalizante - nunca a de uma seita nacionalista e tribal. É verdade que podemos falar em uma ‘cultura com influência cristã’, ou até em ‘cristianismo cultural’, mas nunca em ‘nação cristã’. Na Nova Aliança não há nação equivalente à antiga cidade de Jerusalém. Não existe ‘povo escolhido’ como o antigo povo hebreu. O que há e sempre haverá até o final da história é o novo povo de Deus, isto é, a igreja de Jesus Cristo, que não está restrita a nacionalidade ou etnia.²⁸

²⁸ Gutierrez Siqueira, *Quem Tem Medo dos Evangélicos: Religião e Democracia no Brasil de Hoje* (Editora Mundo Cristão, 2022), 1ª Edição Kindle, p. 56.

A consequência de negar nações cristãs é admitir uma fé puramente individual, capaz de apenas influenciar a cultura, sem transformá-la por completo. Vemos, portanto, a criação de uma esfera neutra, onde a divergência entre os mais diversos espectros políticos é aceitável dentro da Igreja.

Dessa forma, torna-se possível ao cristão ser de Esquerda ou de Direita a depender de suas preferências. Por mais bem intencionadas que sejam as motivações de quem sustenta a visão do teólogo pentecostal, estas levam a Igreja a perder seu potencial como sal da terra e luz do mundo. A “cultura com influência cristã” de Gutierrez torna-se assim subserviente a um democratismo que abrange regenerados e não regenerados. Há uma negação da antítese fundamental entre filhos da luz e filhos das trevas.

Tal posição encontra duas falhas fundamentais: a primeira é do ponto de vista teológico; a segunda, do histórico-social. O erro teológico concentra-se no fato de que o chamado da Igreja não se dirige especialmente a indivíduos, mas às nações.

Stephen Perks faz uma análise exegética de Mateus 28:19, onde Nosso Senhor Jesus Cristo profere a Grande Comissão. O teólogo britânico conclui que há uma alteração significativa nas traduções bíblicas mais modernas. Estas cometem um erro ao transformar o verbo grego *discipular* no verbo *fazer* e o objeto direto *nações* em *discípulos*. Sua obra *A Grande Descomissão* oferece a forma mais próxima do sentido original do texto:

[...] a *Authorized Version (AV)* [Versão Autorizada], seguindo Tyndale e a Bíblia de Genebra, apresenta a se-

O MÍNIMO QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE POLÍTICA CRISTÃ

guinte tradução para primeira parte da Grande Comissão: ‘Ide, portanto, *ensinai* todas as nações’. Essa tradução preserva a gramática e o significado claro do grego original de maneira acurada.²⁹

O que Perks argumenta não é difícil de se reparar. Uma rápida lida em versões mais antigas da Bíblia é suficiente para elucidar tal ponto: é predominante a ênfase de Jesus em discipular as *nações* em vez de *indivíduos de todas as nações*, como erroneamente consta nas traduções bíblicas mais atuais, que são influenciadas pelo individualismo de nosso tempo.³⁰

Muita gente tem uma interpretação errônea da Grande Comissão como um mandamento para fazer discípulos de pessoas de todas as nações. Isso não é o que Jesus mandou seus discípulos fazerem. Antes, ele ordenou que disculpassem as nações *como* nações, isto é, de fazer *nações* cristãs.³¹

Portanto, não somente existem nações cristãs como há um chamado para que, como igreja, tornemos as nações cristãs. A segunda falha, que é de caráter histórico-

²⁹ Stephen C. Perks, *A Grande Descomissão* (Brasília, DF: Editora Monergismo, 2015), p. 10.

³⁰ Nas traduções bíblicas para o português o mesmo fenômeno é observado, ao compararmos como o versículo é vertido edições mais modernas da Bíblia Almeida (“façam discípulos de todas as nações” [NAA], “fazei discípulos de todas as nações” [ARA, ACF]) com edições que refletem as versões mais antigas (“ensinai a todos os gentios” [JFA1819], “ensinai a todas as gentes” [Almeida Original], “ensinai todas as nações” [ARC]). [N. E.]

³¹ *Ibid.*, p. 12.

social, se encontra na própria natureza do que é uma nação. Segundo o teólogo James B. Jordan,

Podemos dizer o seguinte: uma nação é um corpo de pessoas, geralmente vivendo no mesmo lugar, que compartilham uma fé e uma cultura comuns, e que desejam um governo comum e separado.³²

Em outras palavras, nações são produtos da cultura de povos que compartilham língua, costumes, crenças e arte, sendo assim muito mais do que uma mera fronteira geográfica sob determinada jurisdição.

É preciso reconhecer que nações são mais importantes do que Estados. A confusão é muito comum em nosso tempo. Para elucidação desse ponto, precisamos explicitar ao que nos referimos como Estado. Certamente uma das definições mais aceitas veio através do sociólogo Max Weber:

O Estado é uma comunidade humana que pretende, com êxito, *o monopólio do uso legítimo da força física* dentro de um determinado território.³³

Um Estado é uma entidade jurídica que detém o monopólio reconhecido da força física. Nem todas as nações da terra tem Estados que representem seus princípios e valores fundamentais. O povo judeu até a criação do Estado de Israel em 1948 é um exemplo de nação que careceu por séculos de uma estrutura política-jurídica.

³² James B. Jordan, *Christendom and the Nations* (Theopolis Books, 2019), p. 4 [Tradução Livre]

³³ Max Weber, *Ensaio de Sociologia* (Rio de Janeiro, RJ: LTC Editora, 1982), p. 98.

O MÍNIMO QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE POLÍTICA CRISTÃ

Conforme James B. Jordan:

Devemos notar, desde já, que a Bíblia se preocupa muito mais com nações do que com Estados. Estados ou governos vêm e vão, mas os povos aos quais Deus repartiu a terra permanecem de geração em geração. Como cristãos, devemos pensar primariamente em termos de nações e povos, e apenas secundariamente em termos de Estados ou governos.³⁴

A primazia das nações sobre os Estados deve ser reconhecida por uma cosmovisão cristã. Cada nação possui sua cultura, que lhe dá identidade. Cultura, longe das ambíguas definições dadas no meio humanista, é religião exteriorizada.

Ao influenciar uma nação, a cosmovisão cristã é capaz de torná-la cristã em seus costumes, suas crenças fundamentais e suas leis. Essa influência começa com o evangelismo de indivíduos e termina com a conversão de sociedades inteiras nas suas instituições, o que envolve o Estado. A história do Cristianismo é a história da formação e do declínio de nações cristãs.

É precisamente por esse motivo que muitos países e grupos étnicos se consideraram e ainda se consideram nações cristãs. Isso envolve todos os países europeus durante a maior parte de sua existência e muitas tradições cristãs orientais, como os ortodoxos gregos e russos.

Os próprios Estados Unidos da América, nação mais poderosa do mundo, foram fundados como uma nação

³⁴ James B. Jordan, *Christendom and the Nations*, p. 5.

cristã a partir do Pacto Mayflower³⁵ quando os peregrinos chegaram, sendo associados pelos puritanos à nação de Israel, pautada na Lei de Deus.

Quando a Nova Inglaterra passou a existir como Estado de direito, a adoção da lei bíblica significou o retorno às Escrituras e a volta ao passado da Europa. Era um novo começo nos termos dos antigos princípios. Não foi um começo fácil, pelo fato de muitos servos que vieram com os puritanos encontrarem-se mais tarde revoltados, em grande escala, contra qualquer fé e ordem bíblica. Mesmo assim, tratou-se do retorno resolutivo dos fundamentos da cristandade.³⁶

Essa, lamentavelmente, não é mais a realidade no imaginário da maioria das pessoas. Para entender como a posição de Gutierrez e de muitos outros teólogos se tornou possível, é preciso compreendermos o que aconteceu com a Cristandade.

³⁵ O documento concordava em aprovar “leis justas e igualitárias para o bem da Colônia”. Foi a primeira experiência de autogoverno do Novo Mundo, assinado em 1620, após a chegada dos puritanos à Nova Inglaterra.

³⁶ R.J. Rushdoony, *Fé e Obediência: Uma Introdução à Lei Bíblica* (Edições Calcedônia, 2016), p. 10.

CAPÍTULO II

O ABANDONO DA CRISTANDADE

Há um ano ou dois eu e Loretta fomos a uma conferência em Corpus Christi e eu me sentei ao lado dessa mulher que era esposa de alguém mais ou menos importante. E ela ficou falando que a ala da direita isso e a ala da direita aquilo. Não tenho nem mesmo certeza sobre o que ela queria dizer. As pessoas que eu conheço são na maioria apenas gente comum. Gente simples. Eu disse isso a ela e ela me olhou de um jeito estranho. Achou que eu estava dizendo uma coisa ruim sobre essas pessoas, mas é claro que isso é um grande elogio na minha parte do mundo. Ela continuou, e continuou. Por fim ela me disse o seguinte: Não gosto do rumo que este país está tomando. Quero que a minha neta possa fazer um aborto. E eu disse bem minha senhora não acho que precise se preocupar com o rumo deste país. Pelo que eu vejo não tenho muitas dúvidas de que ela não só vai poder fazer um aborto como vai poder fazer com que sacrifiquem a senhora. O que mais ou menos encerrou a conversa.³⁷

O monólogo do xerife Bell na obra ficcional, *Onde os Velhos não têm Vez*, de Cormac McCarthy, ilustra a percepção de um homem comum americano acerca de um mundo cada vez mais estranho, cínico e brutal. A obra é

³⁷ Cormac McCarthy, *Onde Os Velhos Não Tem Vez* (Alfaguara, 2023), p. 146.

ambientada nos Estados Unidos em 1980, na fronteira entre o Texas e o México.³⁸

Através do seu amargurado protagonista, McCarthy aponta como a sociedade contemporânea perdeu os seus valores. Isso a colocou num caminho de gradativa normalização de imoralidades. O aborto, outrora crime passível de pena capital, vem sendo cada vez mais tolerado como medida de saúde pública. Com sua mentalidade simples, talvez simplória, o xerife Bell entende que um país que legitima o assassinato de bebês não tardará a abrir precedente para o assassinato de qualquer pessoa que não se conforme ao que é esperado da sociedade à sua volta.

Cormac McCarthy nos apresenta através de sua obra ficcional a existência de um mal-estar na civilização, sentimento compartilhado por muitos em nosso tempo. Os valores que o xerife lamenta serem abandonados são precisamente aqueles que derivam da Cristandade, empreendimento que, por séculos, sustentou a sociedade americana. Para pensar política de maneira cristã, é preciso olhar para o passado do Ocidente, o que nos levará a Cristandade como uma realidade manifesta.

Antes de mais nada, é preciso explicar muito bem ao que nos referimos como Cristandade.

³⁸ Adaptada para o cinema, a obra foi dirigida pelos irmãos Coen e venceu quatro Oscars em 2008 — melhor filme, melhor diretor, melhor roteiro adaptado e melhor ator coadjuvante (Javier Bardem). No Brasil, o filme recebeu o título *Onde os Fracos Não Têm Vez*, tradução interpretativa que se afasta do original *No Country for Old Men*, cujo sentido ressalta antes a ideia de que o mundo se tornou brutal a ponto de os “velhos” não encontrarem mais lugar.

O MÍNIMO QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE POLÍTICA CRISTÃ

A Cristandade é uma civilização — o Reino de Deus na história — que é governada por Deus em todas as áreas, em cada aspecto e detalhe: uma sociedade cujos governantes legitimamente instituídos governam segundo a lei revelada de Deus. Nessa perspectiva, Deus não está aposentado, nem de férias; Ele é um Rei que delegou a seus oficiais a autoridade para exercer o comando. Existem três instituições pactuais: igreja, Estado e família. Negar que a lei pactual de Deus se aplique ao governo civil nos tempos do Novo Testamento é, necessariamente, abandonar o ideal de Cristandade.³⁹

Gary North relaciona a Cristandade com a manifestação do Reino de Deus na história. O que chamamos hoje de Ocidente nada mais é do que um herdeiro, hoje secularizado, do que foi a Cristandade: um conglomerado de nações governadas a partir da Lei de Deus. Até poucos séculos, não se pensava política a parte desse conceito. Seu abandono foi a maior razão pela qual a Igreja moderna é quase completamente incapaz de conceber um mundo plenamente cristianizado.

Para James B. Jordan:

Deus é três Pessoas e, ao mesmo tempo, um só Deus; e o seu mundo deve refletir tanto a sua unidade quanto a sua trindade — sua unidade divina e sua diversidade divina. Deus estabeleceu diferentes cores e raças de pessoas, diferentes tamanhos e formas, diferentes línguas, músicas e danças. Para o cristão, uni-

³⁹ Gary North, ed., *Theonomy, An Informed Response* (Tyler, TX: Institute for Christian Economics, 1991), p. 9

dade e diversidade não estão em conflito entre si, porque Deus é Três e Um.⁴⁰

Por conseguinte, a Cristandade abrange múltiplas nações cristãs. O Deus bíblico ama a pluralidade e criou o homem para que desenvolvesse diversas nações que o cultuassem. Essas nações possuem diferenças legítimas entre si: idioma, costumes, tradições e artes; no entanto, podem e devem ser unidas pela religião cristã.

O processo de abandono do legado cristão do Ocidente foi trazido à tona por intelectuais, que acreditavam estar fazendo um favor ao Cristianismo. Esses intelectuais se colocaram acima da Bíblia, julgando quais de seus versículos procedem e quais devem ser descartados. Gary North atribui esse processo a um casamento entre a Alta Crítica e uma escatologia derrotista:

Humanistas reescreveram a história para minimizar a importância da Bíblia da Bíblia para o pensamento e cultura ocidentais. Cristãos evangélicos geralmente concordaram com essa visão da história ocidental, quase que de forma automática. Membros do mundo acadêmico evangélico foram treinados pelos humanistas que controlam o acesso às principais instituições de ensino superior (i.e., reconhecimento sindical). Ao mesmo tempo, leigos nos bancos das igrejas também aceitaram a visão dos humanistas sobre a natureza periférica da influência da Bíblia no início da história moderna, porque tal visão da falta de relevância da Bíblia na história está em conformidade com a mentalidade daquilo que foi chamado de a esquerda da Reforma: pietismo anabatista. Essa tra-

⁴⁰ James B. Jordan, *Christendom and the Nations*, p. 10

O MÍNIMO QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE POLÍTICA CRISTÃ

dição tem estado em guerra contra a lei do Antigo Testamento desde a sua concepção. De fato, esse movimento foi um dos precursores da alta crítica, pois ele contrastava a Bíblia com o testemunho interior do espírito do homem, e elevava este último sobre aquela.⁴¹

Por um lado, tivemos a Alta Crítica, um movimento que procurou despir a Bíblia de todo o seu caráter “mitológico”, enquanto a reduzia a um livro com uns poucos princípios éticos. Cria-se assim uma seletividade com respeito a quais trechos da Escritura possuem uma autoridade legítima para os dias de hoje. O Antigo Testamento é eclipsado, tornando-se pouco mais que um livro de história (com uma historiografia questionável, diga-se de passagem).

Por outro, vemos dentro da própria igreja uma tendência a minimizar o Cristianismo como poder cultural. Isso é uma herança direta do pietismo religioso⁴², que reduz a fé cristã a uma ética e espiritualidade privadas. Como consequência, a Lei bíblica deixa de ser o fundamento da política cristã.

Acima, exploramos como a negação da existência de nações cristãs é admitida pelos teólogos contemporâneos. Eis aí duas causas: a crítica bíblica e a herança pietista.

⁴¹ Gary North, *A Farsa da Alta Crítica* (Pós-Milenismo Produções, 2025), pp. 64-65.

⁴² Gary North critica o pietismo por sua ênfase excessiva na experiência religiosa individual e na santidade privada, em detrimento de uma teologia com implicações públicas abrangentes, especialmente nas esferas social e política.

Gary North, a partir disso, nos descreve a Igreja moderna:

Esse legado da internalização da Palavra de Deus triunfou na igreja moderna através do fundamentalismo⁴³ do século XX: graça sobre a lei.⁴⁴

A dicotomia lei e graça é um lugar-comum na teologia de muitos, algo que trataremos no capítulo 5. A redução da teologia à graça, sob a alegação de que a Lei é um jugo do qual nos livramos, coloca uma cerca ao redor de boa parte das Escrituras Sagradas, proibindo-as de falar de maneira autoritativa sobre a moral pública. Se a Bíblia não tem o que falar sobre a moral pública, abrangendo cristãos e não cristãos, consequentemente não tem o que falar sobre as leis. A Igreja é assim desprovida de um ideal político, não lhe restando nada a ensinar ao mundo a esse respeito.

Ao deixar de ensinar a sociedade à sua volta sobre política, a Igreja falha em promover a cristandade, única forma de assegurar a paz mundial. Nosso Senhor é chamado príncipe da paz (Is 9:6). A mensagem da Igreja é, portanto, uma mensagem que conduzirá o mundo à paz. Essa paz necessariamente envolverá a política.

Como as Escrituras nos alertam, nos assuntos concernentes a esta vida, “os filhos deste mundo são mais sá-

⁴³ A menção a ‘fundamentalismo’ refere-se ao movimento fundamentalista, que emergiu no século XX em oposição ao liberalismo teológico. Este caracteriza-se por uma interpretação estritamente literal do texto bíblico e, em seu desenvolvimento nos EUA, adotou traços pietistas, o que levou seus adeptos a se distanciar do envolvimento na esfera política. [N. E.]

⁴⁴ *Ibid.*, p. 65.

O MÍNIMO QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE POLÍTICA CRISTÃ

bios na sua geração do que os filhos da luz” (Lc 16:8). Hoje, no mundo, há iniciativas como a ONU, que procuram estabelecer uma união de nações. Tais iniciativas, no entanto, buscam uma unidade através da cosmovisão humanista. Estão todas fadadas à confusão e ao colapso, como sucedeu na Torre de Babel.

Vimos no capítulo anterior como o conceito de nação cristã tem consistência com a Palavra de Deus e com a tradição cristã. Agora, é preciso entender porque a ideia de Cristandade é central para a política cristã. David Chilton diz:

Nosso objetivo é um mundo cristão, que se componha de explícitas nações cristãs. Como poderia o cristão desejar outra coisa? Nosso próprio Senhor nos ensinou a orar: ‘Venha o teu Reino; *seja feita a tua vontade assim na terra como no céu*’ (Mt 6:10). Oramos para que as ordens de Deus sejam obedecidas na terra assim como são imediatamente obedecidas pelos anjos e santos no céu.⁴⁵

O objetivo da política cristã é glorificar a Deus por meio do estabelecimento de nações cristãs. Nosso Senhor Jesus Cristo, como diz David Chilton, nos ensina a oração do Pai Nosso como um clamor pelo domínio. E, para não deixar nenhuma dúvida quanto ao nosso papel aqui na Terra, antes de ascender aos céus, comissionou os apóstolos a discipular e batizar as nações. Disso deduzimos que somos chamados para estabelecer e ampliar os limites da Cristandade!

⁴⁵ David Chilton, *Paraíso Restaurado* (Brasília, DF: Editora Monergismo, 2024), p. 239. Grifo do autor.

O Deus bíblico ama nações e quer tê-las rendidas a Ele! A oração do Pai Nosso é um clamor por isso. É apenas quando os cristãos têm em vista este objetivo que pensam a política corretamente: não como a coisa mais essencial da existência humana como pensava Aristóteles, mas sim um meio de glorificar a Deus.

Diferente do que muitos, influenciados pela dicotomia lei e graça pensam, a política está profundamente relacionada com evangelismo e discipulado. Apenas pessoas rendidas a Cristo e nascidas do Espírito podem pensá-la a partir do fundamento correto. Uma nação, como explicado no primeiro capítulo, implica muitos indivíduos. Quando muitos indivíduos se rendem a Nosso Senhor Jesus Cristo e são discipulados corretamente com relação ao Reino de Deus, temos progressivamente a mudança das esferas. Isso nos conduz a Cristandade, um mundo transformado, onde nações inteiras pensam e fazem política a partir da Palavra-lei de Deus.

É provável que tal proposta espante alguns leitores que sustentam uma escatologia pessimista.⁴⁶ Reconhecemos como o cristianismo, por vezes, foi instrumentalizado para fins nada alinhados à Palavra de Deus. Ideologias se apropriaram da igreja e continuam a ganhar os corações dos cristãos, o que pode gerar alguma hostilidade à posição aqui defendida.

Fato é que essa subserviência do cristianismo às ideologias se dá precisamente em virtude do abandono da

⁴⁶ Para uma breve análise do impacto da escatologia para os temas aqui debatidos, veja o artigo complementar “Escatologia e a Missão da Igreja”, disponível em:

<https://posmilenismo.com.br/art/escatologia-missao-da-igreja> [N. E.]

O MÍNIMO QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE POLÍTICA CRISTÃ

ideia de cristandade. A Cristandade é a implicação máxima do Cristianismo bíblico a nível político, sendo a única resposta abrangente da Igreja contra o desafio da modernidade.

Nas palavras de Abraham Kuyper:

Os principais pensamentos que têm seu nascimento na Revolução Francesa, no final do século 18, e na Filosofia alemã no curso do século 19, formam juntos um sistema de vida diametralmente oposto àquele de nossos pais. Suas [i.e., dos Reformadores] lutas foram por causa da glória de Deus e de um Cristianismo purificado; o movimento atual faz guerra por causa da glória do homem, sendo inspirado não pela mente humilde do Gólgota, mas pelo orgulho do culto a heróis.⁴⁷

Abraham Kuyper ensina como a Reforma Protestante é a perfeita antítese da modernidade. Enquanto os reformadores buscavam a glória de Deus e um cristianismo purificado; os modernistas buscavam a glória do homem. Sendo o homem uma criatura, a única forma de glorificá-lo é através da emancipação da Lei de Deus.

O processo conhecido como Iluminismo teve seu ponto de virada na Revolução Francesa, a partir da qual o Ocidente desenvolveu uma forma de olhar o mundo divorciada da Escritura Sagrada. Este evento foi sucedido por uma sequência de mudanças que nos afastaram da Lei de Deus, trazendo a tirania.

⁴⁷ Abraham Kuyper, *Calvinismo* (Editora Cultura Cristã, 2022), 1ª Edição Kindle, p. 31

Quando olhamos para os resultados históricos do Iluminismo, deveríamos pensar em ‘Revolução Francesa, Revolução Russa e o New Deal do presidente Franklin Roosevelt’. Deveríamos pensar na ‘glorificação do Estado’. O Iluminismo teve, é claro, sua ala direita, e Adam Smith fazia parte dela; porém, ele foi fortemente influenciado pelos ideais morais do Deísmo, que, por sua vez, eram um pálido reflexo do teísmo cristão. Contudo, essa tradição individualista mal sobreviveu à herança revolucionária e estatista do Iluminismo. O que os portadores bem-sucedidos da tocha do Iluminismo fizeram foi incendiar a Europa — em nome da liberdade, da fraternidade e da igualdade. O livro de James Billington descreveu isso muito bem: *Fire in the Minds of Men* [Fogo nas Mentes dos Homens] (1980).⁴⁸ Foi a ala esquerda do Iluminismo que triunfou. Quando os homens deificam a humanidade, quase sempre acabam deificando o Estado, o mais alto coletivo da humanidade, a apoteose do poder humano. Eles se tornam adeptos da religião do poder.⁴⁹

A revolução francesa, a revolução russa e o New Deal são, com frequência, criticados por conservadores. Sua causa fundamental apontada por Gary North reside no humanismo: a ideia de que o homem autônomo é o fundamento da sociedade. Não obstante, nem a Direita liberal, que tem como um de seus expoentes Adam Smith escapa.

⁴⁸ Publicado em português como *A Fé Revolucionária: Sua Origem e História* (Vide Editorial, 2020). [N. E.]

⁴⁹ Gary North, *Authority and Dominion: Exodus*, 3 vols. (Dallas, GA: Point Five Press, 2012), Vol. 1, p. xiv

O MÍNIMO QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE POLÍTICA CRISTÃ

Direita e Esquerda são dois lados da mesma moeda. Ambos os espectros políticos partem de pressupostos modernistas. A modernidade é um fenômeno multifacetado que não será explorado em todas as suas nuances na presente obra.⁵⁰ O que é preciso destacar aqui é que o processo social, político e cultural que chamamos modernidade foi uma transição da Cristandade para uma civilização humanista.

Pensar como um moderno é pensar como se Deus não existisse, como se a Lei de Deus não tivesse nenhum valor. Quando a esmagadora maioria de cristãos discute política, o faz a partir de pressupostos modernos.

De acordo com Rushdoony:

A cristandade sem lei é uma contradição de termos: ela é anticristã. O propósito da graça não é deixar a lei de lado, mas cumprir a lei e habilitar o homem a guardá-la. Se a lei era algo tão sério aos olhos de Deus a ponto de tornar necessária a morte de Jesus Cristo, o Filho unigênito de Deus, para fazer expiação pelos pecados do homem, parece estranho que Deus, em seguida, abandone essa lei! O objetivo da lei não é a transgressão da lei. Tampouco é o propósito da graça o desprezo desregrado de quem concede a graça.⁵¹

Com o abandono da ideia de nação cristã, temos o abandono da Lei de Deus e sem a Lei de Deus, testemunhamos o colapso da Cristandade. Desde que as nações

⁵⁰ Faço especial menção ao Romantismo, fenômeno que, longe de ser um mero movimento literário, é, com frequência, subestimado por cristãos. Isaiah Berlin, em sua obra *Raízes do Romantismo*, sustenta que o Romantismo é a maior revolução que já aconteceu.

⁵¹ R.J. Rushdoony, *Fé e Obediência*, p. 15.

ocidentais deixaram de se considerar cristãs, já não se pensa mais em glorificar a Deus quando se faz política. A política se reduziu ao que é útil, bom, eficiente ou agradável às aspirações humanas. Uma vez que cristãos parem de pensar como cristãos, outros referenciais acabam por ser admitidos para o pensamento político. Assim surgem as ideologias que, com tanta frequência, subvertem a Igreja, afastando-a da verdade.

No próximo capítulo, exploraremos qual o principal mito criado pela modernidade e a razão pela qual deve ser definitivamente abandonado pelos cristãos.

CAPÍTULO III

O MITO DA NEUTRALIDADE RELIGIOSA NA POLÍTICA

Décadas de doutrinação anticristã através das escolas, da mídia e do entretenimento nos levaram a uma concepção de ceticismo, quando não de ojeriza, pela religião. Lembranças da Inquisição, notícias de alvos do terrorismo islâmico e obras de entretenimento como a série *The Handmaid's Tale*⁵² preenchem nosso imaginário.

Aprendemos que a religião se torna uma coisa diabólica quando elevada à esfera pública. Na visão da maior parte das pessoas, isso leva necessariamente à perda de liberdades individuais, despotismo e atrocidades por parte do Estado. É possível criticar e até mesmo repudiar o que muitos religiosos (inclusive cristãos) fizeram ao longo da história. O que não é possível é desconsiderar a natureza inescapável da religião.

Esse desinteresse em religião criou um novo dogma: a autonomia do indivíduo, a concepção de que o homem sem Deus é capaz de chegar à verdade, ao bem e à justiça. Deslumbrada com os progressos científicos e promessas do Iluminismo, a civilização moderna acreditou nesse princípio. Por séculos, as nações ocidentais almejavam um mundo perfeito livre das amarras da religião cristã.

⁵² Seriado de TV baseado no livro homônimo de Margaret Atwood.

Não obstante, o que encontraram foi a total perda de sentido, como nos mostra o filósofo holandês Herman Dooyeweerd⁵³:

O homem médio secularizado de nossos dias perdeu todo e qualquer interesse verdadeiro na religião. Tornou-se vítima de um estado de niilismo espiritual, isto é, ele nega todos os valores espirituais. Perdeu toda a sua fé e nega quaisquer ideais mais elevados do que a satisfação de seus apetites. A fé humanista na humanidade e no poder da razão humana para governar o mundo e elevar o homem a um nível superior de liberdade e moralidade já não exerce nenhum apelo à mente do homem-massa atual. Para ele, Deus está morto, e as duas Guerras Mundiais destruíram o ideal humanista de homem. Este homem moderno perdeu-se a si mesmo e considera-se alguém lançado em um mundo sem sentido, que não oferece esperança de um futuro melhor.⁵⁴

A citação de Herman Dooyeweerd aponta um abandono deliberado da religião por parte do homem moderno. Como ocorria no mundo antigo, o mundo moderno tem seus mitos. Dentre esses, um dos mais difundidos em nossa época é o mito da neutralidade religiosa. Segundo os adeptos da cosmovisão modernista, há uma zona neutra onde a diferença entre cristãos e não-cristãos é irrelevante.

⁵³ Herman Dooyeweerd (1894-1977) foi um filósofo holandês, professor e fundador da Filosofia Reformacional.

⁵⁴ Herman Dooyeweerd, *No crepúsculo do Pensamento Ocidental* (Brasília, DF: Editora Monergismo, 2019), p. 226.

O MÍNIMO QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE POLÍTICA CRISTÃ

É amplamente difundida a ideia de que uma civilização pode existir sem religião. O chamado laicismo é professado não apenas como possibilidade, mas como ideal. Apesar disso, o homem é um ser fundamentalmente religioso, como nos ensina João Calvino.⁵⁵ O abandono da fé cristã, outrora fundamento da civilização ocidental, teve como corolário o advento de uma nova religião. Enquanto no passado tivemos nações explicitamente cristãs no Ocidente, na atualidade uma outra religião está por trás dos Estados modernos. Compreender essa nova religião é essencial para entender o pensamento político predominante em nossa época. Rousas John Rushdoony dedicou grande parte de suas obras para escrutinar tal religião. Em suas palavras:

[...] na maioria dos países hoje, e os Estados Unidos não são exceção, o humanismo é religião estabelecida do Estado e representa, cada vez mais, a fonte do revisionismo legal — assim como a religião estabelecida nas escolas e na maior parte das igrejas e da sociedade. Logicamente, portanto, o cristianismo tem sido pouco a pouco excluído do Estado, da escola e da igreja, mantendo uma posição tibia e pouco persuasiva na vida moderna.⁵⁶

A sociedade na qual vivemos tem uma religião oficial: o humanismo, caracterizado pela fé no homem autossuficiente, que dispensa Deus. É impossível entender o Estado moderno sem compreender essa religião.

⁵⁵ Veja João Calvino, *A Instituição da Religião Cristã*, Livro I, cap. III. [N. E.]

⁵⁶ R. J. Rushdoony, *Cristianismo e Estado*, (Brasília, DF: Editora Monergismo, 2018), p. 38.

O Estado moderno legisla, atua e planeja como se não existisse Deus; sua premissa básica e implícita é que Deus e o Cristianismo estão ambos mortos.⁵⁷

Tendo em vista que a Igreja enfrenta uma religião poderosa e hostil ao seu Senhor, é de se admirar o quanto há pouquíssima resistência a ela por parte de pastores e líderes cristãos. A maior razão para essa negligência é uma concepção estabelecida na maioria nos seminários e igrejas: o ateísmo político. Essa concepção parte do pressuposto de que Deus não tem lugar na política. Sendo uma manifestação do ateísmo religioso, o ateísmo político coopera com a exclusão do Cristianismo da esfera pública.

É preciso destacar que essa posição não se reduz à mera ignorância de cristãos com relação à política, ela foi admitida por teólogos de renome como Emil Brunner, que diz em sua obra *Justice and the Social Order* (1945):

A antítese entre a esfera terrena e o Reino de Deus assume até mesmo um significado programático na conversa entre Jesus e Pilatos. À pergunta de Pilatos se Jesus é o Rei dos judeus, Ele [Cristo] responde de uma maneira que pode significar tanto sim quanto não, mas deixa absolutamente claro em que sentido Ele o é, e em que sentido não o é. 'O meu reino não é deste mundo.' A esfera na qual há reivindicações justas, direitos, débitos e créditos, e na qual a justiça é, portanto, o princípio supremo, e a esfera na qual o dom do amor é supremo, onde não há méritos, onde o amor, sem reconhecer qualquer reivindicação, tudo concede — essas duas esferas estão tão distantes

⁵⁷ *Ibid.*, pp. 88-89.

O MÍNIMO QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE POLÍTICA CRISTÃ

uma da outra quanto o céu está do inferno, assim como aquilo que permanece está do que passa. O Reino de Deus é o Reino no qual o casamento e a família, a lei e o Estado deixaram de existir, e o seu princípio, o amor, é o que permanece quando toda lei, até mesmo a fé, a esperança e o conhecimento que se expressa na linguagem humana, já não existirem mais.⁵⁸

Para Brunner, a essência do Novo Testamento é o amor de Deus. Isso implica uma descontinuidade radical com o Antigo Testamento. O teólogo suíço acrescenta:

É verdade que o próprio Jesus ensinou praticamente nada sobre a justiça deste mundo, pois tinha apenas uma coisa a ensinar e a encarnar — a justiça do Reino de Deus. Os Apóstolos, por outro lado, tiveram de instruir suas comunidades sobre como, sendo pela fé cidadãos de outro mundo, deveriam se comportar em relação às instituições terrenas nas quais, afinal, tinham de viver — o casamento, a família, a relação entre senhor e servo, o Estado. Mas todas essas coisas são, por assim dizer, apenas incidentais à mensagem do Novo Testamento e aparecem, em sua maior parte, em passagens específicas, claramente distintas da mensagem principal, as chamadas *Haustafeln*, ou “códigos domésticos.”⁵⁹

É incorreto dizer que Nosso Senhor Jesus Cristo tenha ensinado pouco sobre a justiça terrena. Desde o primeiro capítulo, apresentamos que a grande comissão tem implicações políticas. Já em relação aos apóstolos, Brun-

⁵⁸ *Justice and the Social Order* (New York: Harper & Brothers, 1945), pp. 112-113.

⁵⁹ *Ibid.*, p. 113.

ner admite uma preocupação maior de sua parte com temas “terrenos”, apesar de reduzi-los a questões “incidentais”. A dicotomia criada pelo teólogo suíço envolve uma noção de antítese equivocada. Ao invés de contrapor o Reino de Cristo com os reinos do mundo, ele contrapõe o Reino de Cristo à esfera terrena. A teologia de Brunner, portanto, leva à negação de um Estado cristão, não apenas no presente como também no passado.

Essa inconsistência é observada pelo filósofo holandês, Herman Dooyeweerd:

Emil Brunner, uma das principais personalidades da chamada teologia suíça fundada por Barth, fez a seguinte declaração enfática em seu conhecido livro *Das Gebot und die Ordnungen* (1932): ‘*O Estado cristão nunca existiu, nem existirá*’. De acordo com ele, foi exatamente um dos conceitos fundamentais da Reforma o fato de o Estado, instituído por causa da Queda, não pertencer ao ‘*Reino de Cristo*’, mas sim às ordenanças naturais, seculares. Ele alega que um Estado cristão é tão impossível quanto uma cultura cristã, uma educação cristã, uma economia, uma arte ou mesmo uma ação social cristã. Brunner pensa que toda a vida no mundo temporal, permeada como está pelo pecado, pertence ao domínio da natureza.⁶⁰

Emil Brunner é acusado por Herman Dooyeweerd de negar ao cristianismo a condição de abarcar a ordem civil. O mesmo se aplica ao círculo de intelectuais que orbitam Karl Barth, os chamados neo-ortodoxos. Sendo a principal elite intelectual protestante do século XX,

⁶⁰ *Estado e Soberania: Ensaio Sobre Cristianismo e Política* (São Paulo, SP: Vida Nova, 2014), pp. 39-40.

O MÍNIMO QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE POLÍTICA CRISTÃ

torna-se claro porque a ideia de “Estado cristão” está fora de moda.

Como a neo-ortodoxia favoreceu a ideia de neutralidade, isso se mantém um paradigma em muitos meios teológicos. Tal pensamento, no entanto, não é exclusivo ao círculo de Karl Barth. A crença em um governo civil livre das amarras da revelação bíblica tem raízes antigas semeadas desde a Idade Média.

Um dos maiores revolucionários do conceito de Estado antes de Karl Marx, Thomas Hobbes ou Maquiavel foi Marsílio de Pádua⁶¹ (1270 - 1343), filósofo italiano que defendeu o Estado como a ordem essencial e total da sociedade. Segundo Rushdoony:

Em primeiro lugar, ele [Marsílio de Pádua] fundamentou o Estado na razão, e não na revelação; transferiu o Estado do governo da teologia para a filosofia e da ciência política. Isto significava que os reis-filósofos deveriam reger a humanidade. Em segundo lugar, Marsílio apresentou a supremacia do Estado por seu poder coercitivo supremo, cuja competência é regular e controlar revoltas e dissensões mediante seu poder. Em terceiro lugar, para Marsílio, o Estado era a voz e a vontade do povo, de maneira que representava a verdadeira voz do homem.⁶²

Marsílio de Pádua foi o responsável pela visão de Estado que a esmagadora maioria de nós sustenta nos dias atuais: uma esfera neutra, governada de forma centralizada, detentora de poder coercitivo e legitimada pela

⁶¹ Marsílio de Pádua (1270-1342), autor de “Defensor Pacis”, foi um filósofo, pensador político, médico e teólogo italiano.

⁶² R. J. Rushdoony, *Cristianismo e Estado*, p. 197.

“vontade do povo”. Há séculos, vem sendo difundida a noção de que o povo é uma entidade soberana. Apesar de comum, esta crença consiste em um grande engano. O povo nada mais é do que uma abstração instrumentalizada por aqueles que procuram se impor sobre a sociedade. Para Rushdoony,

‘O povo’ não é uma entidade corporativa com uma vontade corporativa; é uma ideia, não um fato da vida, nem uma entidade. Basear nossa vida política em um mito equivale a atrair todo tipo de mal em nome do mito.⁶³

Como cada cabeça é uma sentença, sob um regime democrático torna-se necessário apelar a um denominador comum. Este denominador comum é o que conhecemos como “povo”. O povo, por necessidade, abrange muitas pessoas, com cosmovisões diferentes (muitas vezes, radicalmente diferentes). Qualquer sociedade que se esmere em um fundamento dessa natureza está fadada ao fracasso. Segundo o cientista político católico-romano, Erik Von Kuehnelt-Leddihn:

Como não é Deus (aparentemente) o censor das ações dos políticos, mas o povo, cuja opinião tem muito valor ‘prático’, mas nenhuma base ética, filosófica ou histórica, não cresce entre os políticos o sentimento de *profunda* cobrança moral. Manter-se popular com o eleitorado nada tem a ver com um verdadeiro sentido de responsabilidade que, em última análise, sempre se dirige a Deus.⁶⁴

⁶³ *Ibid.*, p. 212.

⁶⁴ Erik von Kuehnelt-Leddihn, *Liberdade ou Igualdade: o Dilema da Era Moderna* (Vide Editorial, 2023), 1ª Edição Kindle, p. 140.

O MÍNIMO QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE POLÍTICA CRISTÃ

A nação brasileira é uma evidência daquilo que o erudito austríaco tem a nos dizer. Nossa classe política, seja de Direita ou de Esquerda, se move, na maior parte das vezes, por puro oportunismo. O povo pode espremer, reclamar e protestar, sua cobrança é quase totalmente infrutífera.

Para democracia, o povo é a fonte da autoridade política. *Todo poder emana do povo!* se tornou um dizer comum nas discussões políticas. Não obstante, quem ou o que é o povo? Essa é precisamente uma das provocações que David Koyzis tem a nos fazer:

Existe, contudo, um problema evidente nessa noção de ‘povo’ como fonte da autoridade política: Quem é exatamente o povo? O corpo de cidadãos como um todo? Os formadores de opinião que moldam a atitude dos cidadãos? A maioria do corpo político? Ou talvez uma entidade mítica, oculta nas sombras, que precisa ser constantemente criada e recriada por quem deseja usá-la em benefício próprio? Quando o comunismo ruiu no leste europeu e na antiga URSS, ficou claro que ‘o povo’ nunca tinha de fato existido como agente identificável e responsável.⁶⁵

É preciso ser bastante cauteloso neste ponto: reconhecemos que o povo tem um papel a cumprir na política, mas isso não implica lhe conferir autoridade absoluta. Podemos tomar o consentimento de uma população como validação do poder estabelecido. O ministro presbiteriano Samuel Rutherford nos ensina que tal concepção, diferente do democratismo, tem respaldo bíblico.

⁶⁵ David Koyzis, *Visões e Ilusões Políticas*, pp. 178-179.

O poder real está de três modos no povo. Primeiro, essencial e potencialmente, como no primeiro tópico. Segundo, *collative vel communicative* [de modo coletivo ou compartilhado]; por meio da livre contribuição, dão o poder a esse homem, não àquele homem, para que possa governar sobre eles. Terceiro, *limitate* [de modo limitado] – eles o dão enquanto estes três atos permanecerem com o povo: 1) Que possam medir por pesos mínimos o quanto de poder real, nem mais, nem menos. 2) De modo que possam limitar, moderar e definir margens e barreiras ao exercício. 3) Que o entreguem *conditionate* [condicionalmente], sob essa ou aquela condição, e possam tomar novamente para si o que deram sob condição, se uma vez a condição for violada.⁶⁶

Rutherford reconhece o papel do povo na política. É necessário que um governante seja reconhecido por seu povo, como acontece com Davi: embora ungido por Samuel em 1 Samuel 16:13, sua coroação como rei de Israel só se consolida em 2 Samuel 5:1-3, décadas depois. O ministro presbiteriano argumenta contra o absolutismo monárquico dos jesuítas que um governante pode se tornar ilegítimo quando não tem o reconhecimento de seus governados. Isso não significa tornar o povo uma autoridade última. O povo pode errar, é por isso que existe uma autoridade superior a ele: a Palavra de Deus. É apenas sobre um precedente infalível que se pode pensar e fazer política de forma consistente.

Enquanto fonte de autoridade, o povo nada mais é que uma abstração evocada para afirmar a ideia de neu-

⁶⁶ Samuel Rutherford, *LEX REX: A Lei e o Príncipe* (Editora Caridade Puritana, 2023), 1ª Edição Kindle, p. 48.

O MÍNIMO QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE POLÍTICA CRISTÃ

tralidade política. O cristão deve repudiar a concepção de que 'o poder emana do povo', admitindo que, embora caiba ao povo um papel de reconhecer seus governantes, o poder em si pertence a Deus.

Toda ordem social, sendo religiosa, responde a uma divindade, seja ela transcendente ou imanente. Vimos como a concepção moderna de Estado carece de qualquer fundamento suficiente para nortear a sociedade.

Isso atesta a total relação entre o Estado e a Moralidade, que será objeto de nosso próximo capítulo.

CAPÍTULO IV

ESTADO E MORALIDADE

Há muito tempo, Estado e moral são vistos como coisas sem qualquer relação uma com a outra.

Atualmente, uma maneira comum de se enxergar o governo civil é como uma mera gestão de recursos públicos. As chamadas “pautas morais” tornam-se assuntos de segunda importância e recebem esse nome de maneira pejorativa. A função do Estado, na perspectiva moderna, é a de criar uma harmonia social, econômica e civil, empregando os recursos disponíveis para tal.

Não há preocupação com a moral quando se discute o Estado, apenas com *resultados*. As circunstâncias de um país dependem exclusivamente da competência dos governantes. Há quem afirme que caminhamos para uma tecnocracia, uma civilização técnica. Uma civilização técnica é uma civilização onde a moral não recebe importância: todo foco se concentra na eficiência. Governantes, burocratas e políticos são reduzidos a engenheiros.

Contudo, mesmo uma civilização técnica desenvolve uma moral pragmática e utilitária onde homens são recursos e sistemas econômicos, meios de geri-los. Todo Estado precisa de uma ordem moral e é da sua ordem moral que provém sua ordem jurídica. Conforme vimos anteriormente, por séculos, o Ocidente teve uma ordem moral norteada pela Palavra-lei de Deus. Com essa ordem moral enfraquecida, o colapso civilizacional se tornou inevitável.

Uma cultura não convencida do próprio valor se encontra inapta para se defender. Sua energia é substituída pela apatia, e suas convicções, por tormentos de autoanálise.⁶⁷

Desde que a Cristandade viu seu fim, tornou-se lugar-comum menosprezar nosso legado cristão. Hoje, a civilização ocidental vive de repudiar seu próprio passado baseado nas Escrituras Sagradas. Essa concepção revisionista está presente tanto no mundo quanto na própria Igreja.

São comuns alegações como a do teólogo Russell Moore:

Uma das razões pelas quais digo que é bom para o cristianismo americano deixar de se considerar uma ‘maioria moral’ é que essa mentalidade obscurece a estranheza do evangelho. Quando uma visão de engajamento político cristão depende da construção de uma rede politicamente viável de eleitores ideologicamente unidos, Cristo e sua crucificação tendem a ser um obstáculo, não um ponto de convergência. Tenho certeza de que, se um jornalista estivesse presente quando Jesus disse: ‘Nem só de pão viverá o homem’, a manchete do dia seguinte provavelmente seria: ‘Líder religioso pede recuo na política agrícola’.⁶⁸

⁶⁷ R. J. Rushdoony. *Esquizofrenia Intelectual* (Brasília, DF: Editora Monergismo, 2016), p. 165.

⁶⁸ Russell Moore, “Why Politics Can’t Drive the Gospel”. Acesso em 03 de fev. de 2026. Disponível em: <https://www.russellmoore.com/2015/09/09/why-politics-cant-drive-the-gospel/>

O MÍNIMO QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE POLÍTICA CRISTÃ

Toda cultura necessita de um grande número de pessoas para se consolidar. Portanto, a ideia de “maioria moral” é imprescindível à política cristã, como abordaremos adiante. Em contrapartida, para Moore, um cristianismo que abarca muitas pessoas implica um obstáculo para o que ele chama “estranheza do evangelho”. Moore concebe um cristianismo mínimo como a norma.

A igreja de Jesus Cristo nunca é maioria, em nenhuma cultura caída, mesmo que sejamos em maior número do que todos os outros ao nosso redor. As Escrituras falam de um sistema mundial que está em desacordo com o reino, um mundo ao qual somos constantemente tentados a moldar nosso intelecto e nossos afetos até sermos interrompidos pela transformação contínua do reino (Romanos 12:1). O sistema mundial ao nosso redor, a matriz cultural em que vivemos, é estranho ao reino de Deus — com prioridades diferentes, estratégias diferentes e uma visão diferente do futuro. Se não percebermos que estamos trilhando um caminho estreito e contrainutivo, não teremos nada de distintivo a dizer, porque teremos esquecido quem somos.⁶⁹

Aqui, vemos o exato oposto da ideia de Cristandade: a concepção de que se estabelecerá um sistema mundial em desacordo com o Reino de Deus. Nem é preciso se delongar em dizer que não há espaço para um Estado cristão na teologia do sr. Moore. Para ele, Cristandade não só é um ideal inalcançável como uma compreensão equivocada do Evangelho.

⁶⁹ *Ibid.*

Mais do que isso, há quem enxergue o fim da Cristandade com suas nações cristãs sob uma perspectiva positiva. Para Timothy Keller,

Na cristandade, podíamos nos dar ao luxo de instruir as pessoas apenas na oração, no estudo bíblico e no evangelismo — habilidades para a vida privada —, porque não estavam enfrentando valores radicalmente não cristãos na vida pública.⁷⁰

Keller trabalha a Cristandade como uma ocasião em que os cristãos permaneceram “confortáveis”, enquanto a hostilidade de nosso tempo viabiliza uma igreja missional. É possível concordar com Keller quanto à necessidade de uma igreja preparada para os desafios da contemporaneidade, mas essa perspectiva carece de um ideal político alcançável. Quando as nações cristãs são abandonadas, a Cristandade é abandonada.

Quando carecemos do ideal de Cristandade, a própria igreja se torna subserviente ao humanismo, pois só lhe resta uma postura reativa. Um cristianismo que não tem objetivo de criar cultura tende a se tornar um cristianismo cada vez mais fraco. O próprio Keller admite e advoga a necessidade de formar uma cultura cristã.

Mesmo que 80% de um país seja de cristãos bíblicos, eles não exercerão quase nenhuma influência cultural se não viverem em centros culturais e se não trabalharem em campos formadores de cultura, como os ambientes acadêmicos, as editoras, a mídia, entretenimento e as artes. A pressuposição de que a sociedade vai melhorar simplesmente pela presença

⁷⁰ Timothy Keller, *Igreja Centrada* (Edições Vida Nova, 2014), p. 307.

O MÍNIMO QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE POLÍTICA CRISTÃ

de um maior número de cristãos não é mais válida. Se realmente nos importamos em influenciar a sociedade, o evangelismo só não é suficiente.⁷¹

Curiosamente, ao mesmo tempo que, nesta e em outras passagens, Keller reconhece o valor de uma cultura cristã, sua postura é veementemente contra a concepção de um Estado cristão. Isso é perceptível sobretudo na sua oposição à visão teonomista:

[...] enquanto os participantes do campo reconstrucionista ensinam que o governo civil deve ser abertamente comprometido com padrões e verdades bíblicas, os neocalvinistas falam em ‘pluralismo imbuído de princípios’ — a crença de que os cristãos no governo devem buscar princípios de justiça que sejam reconhecidos como tais por não cristãos em virtude da revelação natural ou da graça comum, alinhando-se assim também, e claramente, com os princípios bíblicos.⁷²

Qualquer cultura cristã que permita um “pluralismo de princípios” estará contribuindo para sua própria subversão e destruição. Lembremos de que o Estado necessita de um fundamento moral que, por sua vez, depende de um fundamento religioso. É precisamente no abandono da Palavra de Deus como normativa para todas as áreas da vida que reside a crise de nossa civilização.

O Ocidente está em franco processo de autodestruição na medida que negligencia seu valor fundamental cristão. No âmbito do Estado, tal declínio se manifesta na multiplicação de leis injustas que promovem o assassi-

⁷¹ *Ibid.*, pp. 220-221.

⁷² *Ibid.*, p. 234.

nato, dignificam comportamentos pecaminosos e legitimam a criminalidade. A raiz da corrupção legislativa é a corrupção moral.

A Palavra-lei de Deus atribui responsabilidade ao Estado como esfera que detém o poder da espada (Rm 13). Espada implica o poder de castigar os injustos. Para se compreender o que seja um injusto, é necessário a existência de uma lei moral preexistente que ensine como a injustiça se manifesta.

Nossas leis são todas leis morais, pois representam um sistema de moralidade. Leis contra homicídio culposo e assassinato são leis morais; ecoam o mandamento: “Não matarás”. Leis contra roubo são mandamentos para que não se furte. Leis contra calúnia e difamação, assim como leis contra o perjúrio, decretam uma exigência moral: “Não darás falso testemunho”. Leis de compra e venda são também leis morais: seu propósito é proteger a vida e a propriedade; mais uma vez, refletem o Decálogo. [...] A lei está interessada no certo e errado; pune e restringe o mal e protege o bem - e é justamente a isso que a moralidade diz respeito. É impossível ter lei sem que, por trás dela, haja moralidade, visto que toda lei é simplesmente uma moralidade promulgada.⁷³

No Antigo Testamento, Deus deu o Decálogo a Moisés: uma descrição de dez proibições que descrevem comportamentos desagradáveis a YHWH. No Novo Tes-

⁷³ R. J. Rushdoony, *Lei e Liberdade* (Brasília, DF: Monergismo, 2020), p. 12.

O MÍNIMO QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE POLÍTICA CRISTÃ

tamento, o Apóstolo Paulo descreve como função da lei evidenciar o pecado do homem (Rm 7:7).

Há, no entanto, um equívoco comum, cometido ao se considerar a relação lei e graça: o erro de confundir a lei como apta para salvar. Muitas são as passagens onde o Apóstolo Paulo expõe o equívoco de se buscar salvação pela Lei (Rm 3:20-28; Rm 4:4-5; Rm 9:30-32; Rm 10:3-4; Gl 2:16; Gl 3:10-11; Gl 3:24-25; Gl 5:2-4; Ef 2:8-9; Fp 3:8-9). Reconhecer a moralidade do Estado não significa afirmar que este seja capaz de salvar, muito menos salvar através do cumprimento da Lei.

Rushdoony afirma:

Podemos concordar, portanto, que pessoas não podem ser salvas pela lei. Mas uma coisa é tentar salvá-las mediante a lei; outra, ter uma legislação moral, isto é, leis relacionadas à moralidade. A declaração: 'Você não pode legislar a moralidade' é uma meia-verdade perigosa e, por vezes, uma mentira, já que toda legislação está relacionada à moralidade. Toda lei em estatutos de cada governo civil é ou um exemplo de moralidade promulgada ou está em processo de sê-lo.⁷⁴

Quando as leis diminuem a pena de criminosos, vemos, conseqüentemente, um aumento da criminalidade. Essas leis possuem um fundamento moral socialista. Partindo desse pressuposto, o problema do criminoso deixa de ser seu caráter. Já não podemos dizer que um homem é condenado por ter sido mau. Ao invés disso, o motivo

⁷⁴ *Ibid.*

pelo qual alguém infringe a lei é um ambiente precário, uma casa pobre ou uma má educação.

Visto que toda moralidade e lei se assentam sobre premissas religiosas, para a Igreja, o colapso da aplicação universal da lei divina resultou na sua total irrelevância nas questões de ordem social; na negação do poder soberano de Deus sobre todas as instâncias, incluindo a lei e o Estado; e, por fim, no recuo para o politeísmo prático.⁷⁵

Por negligência da Igreja em defender a lei universal de Deus, o Estado moderno vive um politeísmo prático, onde várias visões de mundo conflitam pelo poder. Há em nossos dias uma pluralidade de moralidades concorrentes: há a moralidade liberal e a moralidade socialista; a moralidade romantista e a moralidade tecnocrática. Todas, no entanto, preservam o elemento comum de desobediência a Deus.

A única maneira de reverter isso é estabelecendo o extremo oposto: a obediência à Lei de Deus, baseada na supremacia universal de Nosso Senhor Jesus Cristo.

A supremacia do Rei da Glória, Jesus Cristo, sobre todos os falsos reis da glória é a mais evidente. Sugerir que o reino de Cristo deva ser controlado ou autorizado por falsos reis é absurdo e blasfemo. O Estado moderno, por meio de vários símbolos, declara portar a verdadeira glória.⁷⁶

⁷⁵ R. J. Rushdoony, *Cristianismo e Estado*, p. 87.

⁷⁶ *Ibid.*, p. 118.

O MÍNIMO QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE POLÍTICA CRISTÃ

Há quem se ponha a contra-argumentar o peso de tal afirmação, como é o caso de Gutierrez Fernandes, citado no primeiro capítulo.

Todavia, a única alternativa ao domínio cristão é o politeísmo, que relativiza o valor de Cristo, mantendo a igreja restrita às amarras do poder secular. A visão de Moore admite abertamente o domínio pagão. Já Timothy Keller é incapaz de fazer jus ao ideal kuyperiano de soberania de Cristo quando afirma um “pluralismo imbuído de princípios”. Quando o cristão deixa de afirmar a predominância da Lei de Deus sobre todas as instâncias da vida (incluindo o Estado), cava a cova de sua própria religião, à qual foram delegadas ordenanças para o domínio.

A negação do domínio por parte de Keller é uma incompreensão do fato de que nem todo domínio é uma expressão do pecado. Ao invés disso, domínio consiste em uma ordenança dada desde a criação. Em Gn 1:28, é dito:

E Deus os abençoou e Deus lhes disse: Frutificai, e multiplicai-vos, e enchei a terra, e sujeitai-a; e dominai sobre os peixes do mar, e sobre as aves dos céus, e sobre todo o animal que se move sobre a terra.

Segundo o especialista em Antigo Testamento, Michael Heiser, quando Deus nos confere a *imago Dei*, Ele nos estabelece como representantes seus sobre a terra. O erudito associa nossa ordenança desde a Criação à geração de mais imagens de Deus, isto é, filhos, que nos assegurem o domínio sobre a terra.

Fomos criados para gerar a imagem de Deus, ser geradores da Sua imagem. É o que somos por definição.

A imagem não é uma aptidão, e sim um estado de ser. Somos os representantes de Deus na terra. Ser humano é gerar a imagem de Deus. É por isso que Gênesis 1:26-27 é acompanhado pelo que os teólogos chamam de “mandato de domínio” no versículo 28. O versículo nos informa que Deus intencionou que fôssemos Ele neste planeta. O objetivo é criarmos mais geradores da imagem (“sede fecundos e multiplicai-vos ... enchei”) a fim de supervisionarmos a terra ao administrarmos bem os seus recursos e os captarmos para o benefício de todos os seres humanos, geradores da imagem humanos (“sujeitai ... dominai”).⁷⁷

A chegada do pecado não obstruiu a capacidade intrínseca do homem para o domínio. Nas Sagradas Escrituras, Caim, o fratricida, é o fundador da primeira cidade, Enoque (Gn 4:17). Agostinho de Hipona se refere a Caim como o primogênito da cidade dos homens⁷⁸. João Calvino nos ensina que a primeira civilização humana se baseou em um desejo de fuga de Deus:

O medo, fruto de sua iniquidade, o impele [Caim] para dentro dos muros de uma cidade, para que possa se fortificar de uma maneira até então desconhecida; e, por outro lado, irrompe uma vaidade arrogante. Certamente, ele deveria ter escolhido que seu nome fosse sepultado para sempre; pois como sua memória poderia ser transmitida, senão para ser contemplada com execração? Contudo, a ambição o impele a erigir um monumento à sua linhagem em nome de sua

⁷⁷ Michael S. Heiser, *O Mundo Invisível* (LIVREPRESS Editora, 2025), p. 52.

⁷⁸ Agostinho, *A Cidade de Deus*, Livro XV, Capítulo I.

O MÍNIMO QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE POLÍTICA CRISTÃ

cidade. O que diremos aqui, senão que ele se endureceu contra o castigo, com o propósito de resistir, em obstinação inflada, a Deus?⁷⁹

A partir da transgressão da lei de Deus, o homem se tornou um rebelde que domina buscando emancipar-se de Deus. O tipo de sociedade que as ideologias aspiram está em franca continuidade com o projeto de Caim em fugir do castigo que lhe foi imposto. Afetado pelo pecado original, o homem pecador procura, a todo custo, suprimir seu conhecimento de Deus (Rm 1:21).

Sendo salvo única e exclusivamente pela graça através da fé (Ef 2:8), o homem é feito nova criatura (2 Co 5:17), cidadão da cidade de Deus (Fp 3:20). Isso não destrói sua disposição ao domínio, mas a reorienta. Em contraposição ao domínio pecaminoso dos projetos ideológicos como o comunismo, o domínio cristão se ampara nas Escrituras Sagradas que afirmam o senhorio de Cristo:

O SENHOR disse ao meu Senhor: Assenta tu à minha destra, até que eu faça teus inimigos o teu escabelo. (Salmos 110:1)

Desde a sua vitória na cruz, Nosso Senhor Jesus Cristo jaz à direita do pai (Mc 14:62; 16:19; At 2:34-35; 7:55; Rm 8:34; Cl 3:1; Hb 1:3; 10:12; 1 Pe 3:22). Sua volta aguarda a submissão de seus inimigos, que serão um a um postos debaixo do escabelo de seus pés.

⁷⁹ João Calvino, *Genesis 4 – Calvin’s Commentary on the Bible*. Acesso em 9 de abr. de 2026. Disponível em: <https://www.studylight.org/commentaries/eng/cal/genesis-4.html>

Enquanto existir um “pluralismo de princípios”, eufemismo para politeísmo, não há perspectiva para uma volta iminente de Cristo. A mera existência e popularidade de ideologias como o comunismo, o feminismo e o liberalismo implica a existência de inimigos de Cristo, que precisam ser rendidos ao Nosso Senhor.

A grande comissão é muito clara quanto a nossa missão enquanto igreja:

Portanto, ide, ensinai todas as nações, batizando-as em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo; ensinando-as a guardar todas as coisas que eu vos tenho mandado; e eis que eu estou convosco todos os dias, até à consumação dos séculos (Mt. 28:19-20)

Desde que essas palavras foram proferidas, devemos comunicar as boas novas a todos os povos. A Igreja é chamada a participar do processo de restauração de todas as coisas conforme a ordenança criacional conferida a nós. Isso começa na salvação de almas, mas termina com o domínio de nações inteiras. Por necessidade, isso implica a esfera política, que tem como instituição fundamental o Estado. O fundamento desse Estado, por sua vez, requer o estabelecimento da Lei moral de Deus como vinculante.

É deveras comum no século XXI que cristãos repudiem a ideia da Bíblia como fundamento para a política. Por esse motivo, no próximo capítulo daremos a fundamentação teológica para a perspectiva reconstrucionista.

CAPÍTULO V

UMA DEFESA BÍBLICA DA LEI DE DEUS

É preciso resgatar a noção de um Estado cristão baseado na Lei de Deus.

Conforme foi dito no capítulo anterior, o Estado é uma instituição de caráter *moral*, portanto necessita de uma base religiosa. Sustentamos que essa base religiosa se encontra na Palavra-lei de Deus, mas a pergunta que fica é: *como?*

No Antigo Testamento, há leis concebidas para uma sociedade tribal. A tradição reformada as distinguiu em leis morais, cerimoniais e civis.⁸⁰ Conforme a CFW, tanto a lei civil quanto a lei cerimonial não têm mais poder vinculante. A lei civil abrange normas peculiares à nação de Israel, como o levirato, algo ao qual nenhum de nós está sujeito desde o fim daquele corpo político. Já as leis cerimoniais tinham por objetivo prefigurar Cristo. Como Nosso Senhor já nos foi dado, estas foram abrogadas.⁸¹ Isso não significa que não haja valor na compreensão dessas leis, mas que não é exigido de nós cumpri-las enquanto Igreja. Devemos preservar das leis civis seus princípios de equidade, assim como nos regozijar na forma como Deus ensinou seu povo no passado acerca de Cristo usando um riquíssimo sistema sacrificial.

⁸⁰ Essa distinção é afirmada no Capítulo XIX da CFW.

⁸¹ Para um tratamento mais aprofundado do tema, veja Greg L. Bahnsen, *Por Este Padrão* (Pós-Milenismo Produções, 2026), cap. 14: “As Categorias da Lei de Deus”. [N. E.]

Em contrapartida, cristãos e não cristãos estão obrigados ao cumprimento da lei moral ensinada nas Escrituras. Quando afirmamos que o Estado deve ser cristão, não fazemos apologia a um Estado que force as pessoas a serem cristãs⁸². Antes defendemos um Estado que professe a lei moral de Deus, revelada nas Escrituras.

Um argumento utilizado contra a posição defendida neste livro se baseia em Hb 7:12: “*Mudando-se o sacerdócio, necessariamente se faz também mudança da lei*”. Os críticos da visão teonomista, com frequência, citam versículos dessa epístola. A razão é que o autor aos hebreus confronta um erro comum ao seu tempo: a manutenção dos ritos pertinentes à Antiga Aliança. Alguns cristãos do primeiro século procuravam no cumprimento da Lei Cerimonial um atestado de verdadeira fé.

Já vimos que a fé reformada nega a continuidade da Lei Cerimonial, visto que essa tipificava Cristo. Quando foi manifesta a realidade que os sacrifícios e símbolos da Antiga Aliança prefiguravam, já não havia mais necessidade de se ater àqueles elementos. Isso nos coloca em perfeita consonância com a Epístola aos Hebreus.

Do ponto de vista hermenêutico, a alegação de que “a lei passou” carece de fundamento, considerando a diversidade de significados que a palavra “Lei” assume ao longo da Escritura.

Greg Bahnsen afirma:

De acordo com a Bíblia, que papel a lei mosaica tem na vida do crente da atualidade? Não podemos chegar a uma resposta que glorifique a Deus e que seja teo-

⁸² O ministério da palavra pertence exclusivamente à igreja.

O MÍNIMO QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE POLÍTICA CRISTÃ

logicamente correta, se não levarmos em consideração a completitude e a complexidade do testemunho do Novo Testamento e da diversidade do uso que faz da palavra 'lei'.⁸³

A lei é descrita de forma positiva pelo Apóstolo Paulo em alguns contextos (Rm 7:12; 1Co 9:9; Ef 6:1,2; Tg 2:8-10). Nestas passagens, ela é um caminho a ser seguido para nos conformamos ao que Deus requer de nós. Já em outros, ela é exposta de forma negativa (GI 2:19; 1Co 9:20; Rm 6:14), como um jugo do qual devemos nos desvencilhar. Greg Bahnsen explica essa aparente tensão:

Essa ambivalência e aparente contradição na postura do Novo Testamento em relação à lei do Antigo Testamento começa a ser esclarecida e resolvida, quando Paulo declara em 1 Timóteo 1:8: 'Sabemos que a Lei é boa, se alguém a usa de maneira adequada'. O testemunho infalível de Paulo é que não deve haver dúvida sobre o fato de que a instrução moral contida nos mandamentos da lei do Antigo Testamento é inerentemente boa. [...] Portanto, as prescrições morais da lei precisam ser vistas como algo positivo. No entanto, a excelência da lei é manchada se for usada de uma forma contrária à intenção de Deus. Paulo qualifica sua afirmação categórica a respeito da excelência da lei ao acrescentar: 'se alguém a usa de maneira adequada'. A lei precisa ser usada de acordo com sua natureza, direção e intenção. Isso obviamente implica que as pessoas podem fazer mau uso da lei — podem interpretá-la e usá-la de forma contrária aos propósitos de Deus. Nesse caso, a lei seria

⁸³ Greg L. Bahnsen, *Lei e Evangelho: A Posição Reformada Teonomista* (Editora Monergismo, 2008), p. 4.

perversa em algo contrário à sua natureza e intenção, tornando-a má e ímpia. Esse tipo de uso da boa lei de Deus é condenado aberta e repetidamente nas páginas do Novo Testamento.⁸⁴

A Lei de Deus é boa em si mesma, pois é um meio pelo qual alcançamos a santidade. Apesar disso, ela pode ser utilizada para fins hipócritas como uma forma de estabelecer a própria justiça. Era o que faziam os fariseus, criticados por Jesus por atarem fardos pesados sobre os ombros dos homens, quando eles mesmos não levantavam um dedo para movê-los (Mt 23:4).

Paulo de Tarso é, de todos os autores bíblicos, o mais incisivo no combate ao legalismo. Como foi um dos maiores dentre os fariseus, certamente sabia bem o que combatia ao falar contra os que se agarravam a Lei como uma forma de salvação. O próprio Apóstolo incorreu neste erro antes de seu encontro com Cristo. Uma vez alcançado pela graça, Paulo compreendeu que a lei era incapaz de salvar.

Sobre isto, Greg L. Bahnsen acrescenta:

E, exatamente, onde e *como* Paulo aprendeu essa lição fundamental? Observe cuidadosamente o que ele diz em Gálatas 2:19: 'Pois, *por meio da Lei* eu morri para a Lei, a fim de viver para Deus'. Foi *a própria lei* que ensinou Paulo a não buscar a justiça e a aceitação de Deus por meio de obras da lei! A lei do Antigo Testamento nunca foi legalista em sua natureza e intenção, embora os judeus a tenham pervertido nesse propósito interesseiro. Eles simplesmente não perceberam que "o fim da Lei é Cristo, para a justificação

⁸⁴ *Ibid.*, pp. 4-5.

O MÍNIMO QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE POLÍTICA CRISTÃ

de todo o que crê” (Rm 10:4). Paulo lamentou que ‘até hoje o mesmo véu permanece quando é lida a antiga aliança [...] até o dia de hoje, quando Moisés é lido, um véu cobre os seus corações’ (2 Co 3:14,15).⁸⁵

A Lei é fundamental para nos fazer entender a nossa própria pecaminosidade: ela humilha o homem e mostra o quanto ele está aquém do padrão de Deus. No entanto, é preciso reconhecer que tanto a lei quanto a graça são manifestações do caráter de Deus, e, portanto, instrumentos pelos quais abençoou o seu povo eleito.

Se permitirmos que a Bíblia se interprete a si mesma e não introduzirmos nessa interpretação uma antítese teológica preconcebida entre a nova e a antiga aliança (lei e evangelho), somos levados a concluir que a antiga aliança — a lei de Moisés — foi uma aliança de *graça* que ofereceu salvação com base na graça por meio da fé, assim como o faz a boa nova encontrada no Novo Testamento. A diferença é que a aliança de Moisés ou da Lei olhava para a frente, para a vinda do Salvador, administrando, assim, as alianças de Deus por meio de promessas, profecias, ordenanças rituais, tipos e prefigurações que anteviam o Salvador e sua obra redentora. O evangelho ou a nova aliança proclama a realização daquilo que a lei antevia, administrando a aliança de Deus por meio da pregação e dos sacramentos. A essência do relacionamento salvador de Deus e da aliança é a mesma sob a lei e o evangelho.⁸⁶

⁸⁵ *Ibid.*, p. 7.

⁸⁶ *Ibid.*, p. 8.

Cristo não veio para revogar a Lei, mas para cumpri-la (Mt 5:17), portanto, como fim da Lei, Cristo na nova aliança é o seu fundamento e exemplo máximo de obediência.

Há quem sustente que a Lei é boa, mas que tal Lei, cuja finalidade é a santificação do homem mediante sua observância, seja prerrogativa exclusiva da igreja, e não do Estado. “Dai, pois, a César o que é de César” (Mt 22:21) é uma sentença vinda da boca de Nosso Senhor Jesus Cristo também muito utilizada pelos críticos da posição sustentada neste livro.

Tal passagem é, algumas vezes, utilizada para se justificar uma separação de Estado e Igreja no seio do próprio Cristianismo, subscrevendo um governo desprovido de bases religiosas. Até Roger Scruton, autor conservador, apela para esta concepção:

Jesus viu-se em conflito com o legalismo dos seus colegas judeus e simpatizou com a ideia de um governo secular. Daí a famosa frase na parábola sobre o dinheiro dos impostos: “Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”. Depois da sua morte, a fé cristã foi moldada por Paulo tendo em vista comunidades dentro do Império Romano que buscavam apenas liberdade de culto, sem intenções de desafiar o poder secular.⁸⁷

Tal modo de pensar caracteriza muitos cristãos: há uma esfera secular subscrita pelo próprio Senhor Jesus Cristo. É necessário explicar primeiro a origem do termo

⁸⁷ Roger Scruton, “O Islã e o Ocidente”. *Dicta & Contradicta*. Acesso em 12 de jan. de 2023. Disponível em:

<http://www.dicta.com.br/edicoes/edicao-3/o-isla-e-o-ocidente/>

O MÍNIMO QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE POLÍTICA CRISTÃ

secular, a qual remete ao mundo cristão. Durante a Idade Média, governantes foram chamados autoridades seculares por pertencerem a *este século* em contraposição à Igreja, cuja autoridade deriva de Deus, e representa um Reino para além desse século.

Para o cristão moderno, em um mundo repleto de numerosas crenças religiosas e ideológicas, secular é um conceito que recebeu a conotação de *laico*, o que representa um Estado sem uma confissão religiosa.

Há dois problemas fundamentais nesta visão: *primeiro*, o fato de o Cristianismo nunca ter fomentado uma rebelião pela força militar contra o império romano não significou que ele não o venceria. Embora a natureza dessa vitória não tenha vindo por meio da força, não significa que ela não veio. Ela veio através da evangelização e do discipulado progressivo das nações. Com o seu caráter subversivo durante a *pax romana*, o cristianismo se estabeleceu como religião fundamental do que seria a civilização ocidental.

Segundo, quando Cristo diz “dai a César o que é de César”, em nenhum momento diz que César não deveria se submeter a Deus. É importante avaliar toda a mensagem de Cristo: ele não conquista o seu Reino à base da espada, mas da sua Igreja como ministra do evangelho. Nosso Senhor disse que as portas do inferno não prevaleceriam contra a Igreja (Mt 16:18) e elas não tem prevalecido ao longo de séculos.

[...] é importante notar, primeiramente, que, para a Bíblia, a lei é uma revelação. No hebraico, a palavra para lei é *torah*, que significa instrução, direção por

uma autoridade. O conceito bíblico de lei é mais amplo que os códigos legais de formulação mosaica.⁸⁸

Para que o Reino de Deus se estenda a todos os reinos humanos de maneira plena é inevitável que obtenha o poder da *espada*, ou seja, o poder de ministrar justiça. O Salmo 33:12 diz “Bem-aventurada é a nação cujo Deus é o Senhor”. Toda nação necessariamente possui um governo civil que estabelece as leis pelas quais seus cidadãos são julgados. É preciso estender o senhorio de Deus sobre a esfera do Estado.⁸⁹

Conforme a própria Palavra de Deus, sustentamos que o poder da Igreja está em sua *mensagem* e não na força da espada. Ela não deve exercer esse poder, que cabe exclusivamente ao *Estado*. O melhor Estado, por sua vez, é aquele que se valerá da Lei de Deus que é boa e favorecerá uma sociedade com esferas de poder distintas.

A admissão de um governo civil cristão, no entanto, deve ser contrabalanceada com uma concepção sólida dos limites do poder civil. Isso só é possível, assegurando-se o poder da Igreja, o que exploraremos no próximo capítulo.

⁸⁸ Rosas J. Rushdoony, *Fé e Obediência*, p. 17.

⁸⁹ A maneira como esse Estado cristão deve ser estruturado é matéria da *política* feita sob pressupostos cristãos, admitindo o vigor da Lei de Deus. Alguns teonomistas empreenderam o esforço de pensar o governo civil a partir da Lei Bíblica e aqui destacamos a monumental obra de R.J Rushdoony, *The Institutes of Biblical Law*, sua *magnum opus*.

CAPÍTULO VI

A SEPARAÇÃO ENTRE ESTADO E IGREJA

A igreja é uma instituição especificamente cristã. Não há igrejas nas outras religiões. Claro que há templos e crentes, mas não uma comunidade de crentes organizada em separado do Estado como corpo orgânico com origem e chamado transcendentais. O conceito não cristão da sociedade é unitário; há uma ordem social unificada sob o Estado, e a religião é um de seus departamentos, existindo apenas como um aspecto da vida estatal.⁹⁰

Não há instituição parecida com a igreja nas outras religiões. Foi especialmente a existência da Igreja que permitiu ao mundo ocidental desenvolver uma sociedade sem precedentes na história. Uma sociedade apresenta progresso conforme se diferencia em esferas soberanas. Há, dessa forma, um movimento diacrítico onde instituições se diferenciam.

Ao visitar uma tribo indígena isolada de contato com grandes civilizações, há a figura do pajé como autoridade tanto espiritual quanto política. De igual forma, ele é o curandeiro, patriarca e líder militar. Embora haja autoridade, não há uma variedade de esferas distintas nesse tipo de sociedade primitiva.

⁹⁰ R. J. Rushdoony, *Cristianismo e Estado*, p. 41.

Na sociedade contemporânea, especialmente a ocidental, há um desenvolvimento de variadas esferas de poder: há a igreja, o governo civil, o mercado, a família, as ciências e as artes. A bem da verdade todas essas esferas se entrelaçam, como observou Herman Dooyeweerd:

As várias estruturas sociais pelas quais a soberania das esferas é garantida internamente não ficam lado a lado em isolamento. Na vida temporal, elas são entretecidas e entrelaçadas. Todas as demais relações sociais também têm uma função no Estado, assim como, em contrapartida, o Estado funciona em todas as outras relações sociais. Todavia, na análise final, todas essas interações estruturais mantêm o seu caráter externo com respeito à soberania das esferas. Membros de uma família, de uma congregação ou de um empreendimento de negócios são, ao mesmo tempo, cidadãos. E, em contrapartida, o Estado sempre lida com famílias, igrejas e empreendimentos de negócios. Mas a competência, a esfera de jurisdição do Estado, jamais pode ser expandida em preocupações internas, estruturalmente determinadas, que são próprias dessas relações sociais sem por meio disso violar de uma maneira revolucionária a constituição cósmica da soberania das esferas.⁹¹

Esse desenvolvimento só foi possível devido à instituição da Igreja. Existiram grandes civilizações ao longo da história como a hindu ou a chinesa; depois de Cristo temos a civilização islâmica, por muito tempo superior à Ocidental. Todas partiam de um princípio centralizador, com um Estado forte e intervencionista, detentor do poder religioso. O exemplo do islamismo é particularmente

⁹¹ Herman Dooyeweerd, *Estado e Soberania*, pp. 95-96.

O MÍNIMO QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE POLÍTICA CRISTÃ

esclarecedor: não há uma Igreja para a religião de Maomé, sendo o Estado aquele que desempenha o papel religioso.

Um dos maiores erros metodológicos de nossa era é pensar o Estado como uma instituição meramente política. Esse erro decorre do desenvolvimento histórico ocidental que permitiu uma diferenciação de Estado e Igreja, ambos *simultaneamente* políticos e religiosos. Como Rushdoony destaca, o problema do conflito Estado e Igreja ocorreu em um contexto cristão, especialmente na Baixa Idade Média onde tanto o Papa quanto os reis e nobres reivindicavam o poder sobre a Cristandade.

Todo Estado configura-se como ordem legal, e toda ordem legal, por sua vez, representa a moralidade promulgada, atuante a favor de seu cumprimento. Toda moralidade representa uma forma de ordem teológica, isto é, um aspecto e expressão religiosos. A igreja não é, portanto, a única instituição religiosa, pois o Estado também o é.⁹²

Além de enfatizar o papel religioso do Estado, é igualmente importante falar do papel político da Igreja. A Igreja é uma esfera política quando anuncia o Reino de Cristo. Isso a torna rival dos Estados pagãos, que representam a besta que saiu do mar (Ap 13:5-8). Muitos séculos antes de Abraham Kuyper desenvolver o conceito de soberania das esferas, o Papa Gelásio I (492-496) lançou os rudimentos da distinção entre Estado e Igreja como duas instituições políticas:

⁹² R. J. Rushdoony, *Cristianismo e Estado*, pp. 36-37.

Pois há dois [poderes], ó augusto imperador, pelos quais o mundo é principalmente regido: a autoridade sagrada dos pontífices e o poder real. Entre estes, tanto mais grave é o encargo dos sacerdotes, pois terão de prestar contas ao Senhor, no dia do juízo [final], até mesmo pelos próprios reis. Pois sabes, ó filho clementíssimo, que, embora pela dignidade presidida sobre a raça humana, todavia inclinavas devotamente o teu pescoço aos ministros das coisas divinas, e deles esperas os meios da tua salvação, e reconheces que, ao participares dos sacramentos celestiais, e sendo devidamente preparado para a eles, deves sujeitar-te à ordem da religião em vez de governar sobre ela.⁹³

A superioridade da Igreja precisa ser admitida pelo seu papel profético na sociedade. A Igreja deve ter a liberdade de *ensinar* o Estado a partir da Revelação, auxiliando-o a compreender seu papel designado por Deus: de empenhar o poder da espada, sendo um terror para as más obras (Rm 13:1).

Quando teólogos procuram no Estado a garantia de liberdade para Igreja, pecam por assumirem os pressupostos do humanismo. Eles consideram o Estado humanista superior à Igreja como instituição profética. O governo civil precisa de uma moralidade, e só a Revelação Bíblica pode fornecê-la de maneira consistente.

Para tal, é necessário a sustentação de uma igreja livre, que faça frente a eventuais corruptelas do Estado. Um Estado Laico, nos moldes do Iluminismo, não reco-

⁹³ Gelásio I, *Famuli Vestrae Pietatis* §2, traduzido livremente a partir de versão em inglês. Acesso em 28 de mar. de 2026. Disponível em: <https://thejosias.com/2020/03/30/famuli-vestrae-pietatis/>

O MÍNIMO QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE POLÍTICA CRISTÃ

nhece uma igreja livre. Ao invés disso, ele a *tolera*. Tolerância religiosa é uma concepção moderna herdada do Iluminismo, e não da Reforma Protestante. Uma igreja tolerada não é uma igreja livre.

Atualmente, vemos o avanço de muitas pautas ideológicas na sociedade: teoria *queer* (popularmente chamada de ideologia de gênero), aborto, eutanásia e desarmamento civil. Ao mesmo tempo, qualquer manifestação pública da fé cristã é paulatinamente suprimida, seja por um favorecimento a outras manifestações religiosas, seja pela proibição de um discurso político pautado na Palavra-lei de Deus. O cristianismo bíblico é cada vez mais categorizado como ultrapassado, fundamentalista ou homofóbico.

‘Se existe um Estado imparcial e neutro, por que há dois pesos e duas medidas?’ é um questionamento legítimo de cristãos conservadores. A razão é que, por mais que teólogos e pastores sustentem o Estado laico, há um reconhecimento da parte dos inimigos da fé de que o Cristianismo é, em essência, uma religião totalizante. Como disse nosso Senhor Jesus Cristo, “os filhos deste mundo são mais prudentes na sua geração do que os filhos da luz” (Lc 16:8).

Tal desafio não é novo para a Igreja de Cristo: o Império Romano teve uma reação similar diante do surgimento do Cristianismo.

Todos os cultos pagãos que se infiltraram em Roma, como o mitraísmo, eram cultos em busca de um Estado. O Cristianismo, ao anunciar o Deus triúno totalmente separado do Estado e acima dele em autoridade, era ateu; negava o Estado e seus deuses. O

cristianismo fez do Deus triúno a fonte de todo o poder, toda a autoridade e legitimidade, ao passo que Roma sustentava que apenas ela tornava os deuses legítimos, já que o poder e a autoridade lhe pertenciam. Roma, portanto, reconheceu o Deus sobrenatural do cristianismo como o inimigo de seus fundamentos e poder.⁹⁴

O que caracteriza uma cultura são os seus valores considerados inquestionáveis pelos seus membros. Os valores fundamentais de nossa cultura são o materialismo, o historicismo e o relativismo. É impossível fazer frente a esses três valores fundamentais apelando para conceitos como *democracia*, *Estado laico* ou *soberania popular*. Devemos, como Igreja, rejeitar completamente os princípios que regem as discussões políticas no Brasil e afirmar o Senhorio de Cristo sobre o Estado, ensinando-o o seu devido papel: ministrar justiça, conforme a Lei de Deus.

A essa altura o leitor já deve estar consciente do que o cristão deve afirmar: a Palavra de Deus como normativa sobre todas as áreas da vida. Entretanto, antes de explicar quais os princípios necessários para efetivamente pensar política de maneira cristã, é preciso entender o que o cristão deve negar.

O ateísmo político é um mal presente na igreja que precisa ser abandonado. Em contrapartida há um ateísmo legítimo a ser sustentado pelos cristãos. O ateísmo, por necessidade, implica a negação da divindade. A questão a ser colocada é: que divindade nós devemos negar?

⁹⁴ Rushdoony, *Cristianismo e Estado*, p. 224.

CAPÍTULO VII

ATEÍSMO CRISTÃO VS. ATEÍSMO HUMANISTA

Uma teologia política baseada na Bíblia compreende Cristo como um imperador que, antes do fim, terá todos os reinos da terra debaixo do escabelo de seus pés. Segundo Rushdoony:

A supremacia do Rei da Glória, Jesus Cristo, sobre os falsos reis da glória é a mais evidente. Sugerir que o reino de Cristo deva ser controlado ou autorizado por falsos é absurdo e blasfemo. O Estado moderno, por meio de vários símbolos, declara portar a verdadeira glória.⁹⁵

O primeiro alicerce para uma teologia política bíblica é a *supremacia* de Cristo. É preciso reconhecer Nosso Senhor como “cabeça de todo principado e potestade” (Cl 2:10), o que envolve não somente a Igreja, mas o governo civil na intenção de produzir explícitas nações cristãs.

Embora Estado e Igreja tenham atribuições diferentes, ambos respondem ao mesmo Deus: a Igreja, na esfera da pregação da Palavra e administração dos sacramentos, e o Estado, na execução da justiça. Uma ordem social centrada em Deus é uma ordem na qual cada esfera cumpre sua devida atribuição, reconhecendo o fundamento do qual deriva sua autoridade.

⁹⁵ Rushdoony, *Cristianismo e Estado*, p. 118.

Apenas Cristo deve ser afirmado como soberano. Cabe assim ao político cristão afirmar solenemente o que dizem as Sagradas Escrituras no Salmo 2:

Agora, pois, ó reis, sede prudentes; deixai-vos instruir, juízes da terra. Servi ao Senhor com temor e alegrai-vos com tremor. Beijai o Filho, para que se não ire, e pereçais no caminho, quando em breve se inflamar a sua ira. Bem-aventurados todos aqueles que nele confiam. (Sl 2:10-12)

As Escrituras não fazem distinção entre o magistrado cristão e não cristão. Elas apenas afirmam que todos os reis da terra prestarão contas ao Nosso Senhor.

Apenas Cristo é a autoridade final em matéria de política, não o povo. Como implicação, isso envolve a autoridade profética da Igreja. Como nos tempos passados, a Igreja detém um ofício profético, uma autoridade dada por Deus para confrontar o magistrado civil sempre que este se provar uma pedra de tropeço.

Há séculos, a Igreja admite Cristo como Senhor, mas isso não é suficiente. O Cristianismo é um chamado não apenas para afirmação, mas também para negação. Somos chamados a afirmar o domínio de Cristo e a negar a idolatria ao Estado.

Encerramos o capítulo anterior afirmando que há uma forma de ateísmo a ser professada de maneira legítima pelo cristão. Chegou a hora de ensinar aos cristãos modernos o ateísmo da igreja primitiva

O termo “ateu” aparece pela primeira vez na história do Ocidente para descrever cristãos que negavam prestar culto ao imperador. A igreja antiga atribuía o título de *Kyrios* (Senhor) a Cristo. Tal palavra é utilizada para tra-

O MÍNIMO QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE POLÍTICA CRISTÃ

duzir o nome de Deus no Antigo Testamento na Septuaginta. Já no Novo Testamento, aparece mais de 700 vezes, geralmente se referindo a Cristo. É preciso deixar claro que *Kyrios* era um título político dado a César. Por esse motivo, quando o apóstolo Paulo se refere a Cristo em suas cartas como *Kyrios*, lhe atribui o título que a sociedade de sua época dava ao imperador pagão.

Os cristãos davam a Cristo um título político, o que lhes custou, muitas vezes, a vida.

O Cristianismo foi acusado de ser um culto ateu - e Roma odiava o ateísmo como uma força subversiva. A prontidão de Roma em acreditar que os cristãos eram culpados de incesto e canibalismo devia-se à convicção de que os ateus eram capazes de qualquer coisa. Eusébio nos fornece o relato da perseguição de cristãos em Lião na *História Eclesiástica* (Livro V). Antes, os judeus haviam sido acusados de ateísmo. Agora, os cristãos se tornaram os alvos. Justino Mártir disse que os cristãos eram chamados ateus por se posicionarem contra as forças demoníacas de seu tempo e contra sua corrupção moral. Os cristãos afirmavam que os deuses pagãos eram 'demônios malvados e ímpios'.⁹⁶

Como nos dias da igreja primitiva, nossa era também têm os seus "deuses malvados e malignos" personificados na forma das ideologias políticas. A constatação de que uma ideologia política é, em seu fundamento, uma religião foi observada por intelectuais como Eric Voegelin e Christopher Dawson. Só há uma religião verdadeira, o cristianismo bíblico, logo as ideologias são falsas religiões.

⁹⁶ *Ibid.*, p. 221.

ões. A cosmovisão cristã aplica o termo *idolatria* à quebra dos dois primeiros mandamentos. Ideologias são fruto da idolatria humana. Nas palavras de David Koyzis:

A idolatria toma algo pertencente à criação, tenta elevá-lo acima do limite que separa Criador e criatura, e faz dele um tipo de Deus. Por conta da abrangência da religião, a idolatria busca colocar todo o resto da criação a serviço desse deus inventado.⁹⁷

Toda ideologia começa com a absolutização de um aspecto da criação de Deus, o qual ela eleva à divindade. Conservadores absolutizam a tradição como âncora para a prudência na aceitação ou repulsa à mudanças. O nacionalismo, por sua vez, faz da etnia ou da cultura cívica atributos tão fundamentais de um povo que precisam ser exportados para o resto do mundo. Em contrapartida, socialistas veem na igualdade entre os homens o bem supremo, buscando meios de alcançá-la de maneira plena.

Uma vez que os seguidores das ideologias não veem o mundo como pertencente a Deus, mas à humanidade, acabam entendendo mal o caráter do mundo de forma bastante básica.⁹⁸

Por maiores que sejam suas diferenças, todas as ideologias compartilham a crença no homem como soberano. O homem autônomo é o ídolo supremo de todo pensamento ideológico. A emancipação de Deus tem um preço: a negação da condição de criatura. Como nenhum de nós é autossuficiente em virtude de sua própria limitação, resta ao homem rebelde o estabelecimento de re-

⁹⁷ David Koyzis, *Visões e Ilusões Políticas*, p. 34.

⁹⁸ *Ibid.*, p. 41.

O MÍNIMO QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE POLÍTICA CRISTÃ

ferenciais que tomem o lugar de Deus. É então que a tradição, a igualdade, o povo e a ciência são elevados ao status de deuses menores a lhes satisfazer os desejos. O edifício ideológico, assim, se prova um empreendimento fundamentalmente idólatra.

O ateísmo político dá lugar à idolatria no meio da igreja. Muitos cristãos admitem-se, sem nenhuma ressalva, como conservadores, socialistas, nacionalistas e liberais. Temos um grande número de filhos da luz pensando política como os filhos das trevas. A causa da popularidade das ideologias no meio cristão é a incapacidade dos pastores em abordar política sob premissas bíblicas. Isso permite a introdução da doutrina de Balaão (Ap 2:14) em meio ao povo eleito de Deus. As ideologias se tornam assim definidoras do que é ou não politicamente legítimo, no lugar da Palavra de Deus.

Outra consequência do pensamento ideológico é a completa cegueira quanto aos limites biblicamente estabelecidos para o Estado. O governo civil deixa de ser um mero diácono, que ministra justiça em nome de Deus, para se tornar o Leviatã, uma entidade imbuída de poder absoluto. Por esse motivo, se sobressai como providência aos olhos do homem moderno. Cada ideólogo, não à toa, procura no Estado uma forma de difundir sua própria moralidade. No capítulo 4, já exploramos de maneira mais aprofundada, a relação do Estado com a moralidade. Por aqui, basta dizer que, quando o cristão se priva de afirmar uma cosmovisão consistentemente bíblica, ele tem sua fé cada vez mais ameaçada pelo Estado moderno.

O ateísmo da igreja primitiva, que, para fins didáticos, chamaremos aqui de “ateísmo cristão”, é a completa negação da soberania do Estado. Somos ateus em relação

a um Estado capaz de, por si próprio, definir o que é santo e o que é profano, o que é certo e o que é errado, o que é bom e o que é mal. Reconhecemos o Estado enquanto um ministro da justiça, cuja autoridade é dada por Deus, não como uma divindade. Nas palavras do apóstolo Paulo em Rm 13:1-4:

Toda alma esteja sujeita às autoridades superiores; porque não há autoridade que não venha de Deus; e as autoridades que há foram ordenadas por Deus. Por isso, quem resiste à autoridade resiste à ordenação de Deus; e os que resistem trarão sobre si mesmos a condenação. Porque os magistrados não são terror para as boas obras, mas para as más. Queres tu, pois, não temer a autoridade? Faze o bem e terás louvor dela. Porque ela é ministro de Deus para teu bem. Mas, se fizeres o mal, teme, pois não traz de balde a espada; porque é ministro de Deus e vingador para castigar o que faz o mal.

Muitos estudiosos creem que o imperador reinante quando essa carta foi escrita foi Nero, o que atestamos.⁹⁹ A ordenança se refere a um magistrado não necessariamente cristão, sendo aplicado por São Paulo a um governo pagão. Não obstante, as palavras do apóstolo não são precedente para uma obediência canina a um Estado não-cristão. Em contrapartida, consistem na afirmação de que mesmo o Estado não-cristão tem sua autoridade dada por Deus. O Cristianismo, dessa forma, é uma força

⁹⁹ De acordo com o renomado comentarista bíblico William Hendriksen, “a data para a composição da epístola aos Romanos [...] provavelmente foi 57 ou 58 [d.C.]” (Hendriksen, *Comentário do Novo Testamento: Romanos* [Editora Cultura Cristã, 2001], p. 26), situando-se, assim, no reinado de Nero César (54-68 d.C.).

O MÍNIMO QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE POLÍTICA CRISTÃ

subversiva aos olhos dos césores de nosso tempo. Ele afirma Cristo como Senhor, enquanto nega o senhorio do Estado humanista.

A igreja fiel à Palavra de Deus sempre encontrará represália por parte do Estado pagão. A razão dessa hostilidade se dá na *negação* da religião fundamental que alicerça este Estado pagão por parte dos cristãos: o humanismo. O ateísmo cristão consiste na negação do homem autônomo como Deus. É somente negando o humanismo, que se torna possível ser consistentemente fiel às Escrituras na política.

O Estado humanista é, biblicamente, uma encarnação da besta que saiu do mar (Ap 13:5-8) e persegue a Igreja. A natureza dessa perseguição pode envolver desde restrições à pregação do Evangelho até prisão, tortura e morticínio de cristãos. Embora o Estado Laico assegure a liberdade religiosa, a igreja só continua a existir mediante uma concessão. Uma vez que levantamos o fato de que a Bíblia tem algo a dizer sobre política, nossos inimigos se revelam em fúria.

No documentário *Apocalypse nos Trópicos*, da cineasta de esquerda Petra Costa, os evangélicos são culpados pela invasão às sedes dos Três Poderes em Brasília, no dia 8 de janeiro de 2023. O pr. Silas Malafaia é apresentado como o principal articulador entre a ala conservadora dos evangélicos e o ex-presidente Jair Bolsonaro, visando um projeto de dominação.

O documentário de Petra Costa claramente exagera o papel de Silas Malafaia no movimento evangélico, algo que é corroborado mesmo por veículos de esquerda hos-

tis aos evangélicos. De acordo com o *The Intercept Brasil*, em sua resenha:

Malafaia não é tudo isso. Mas propagar a ideia de principal líder religioso com esse imenso poder lhe interessa. Trará dividendos políticos a ele. Malafaia é hoje o mais midiático, o mais verborrágico e talvez mais barulhento e espalhafatoso pastor evangélico no país. É o que mais tem espaços na chamada mídia hegemônica, que costuma amplificar o seu discurso. Mas não é o maior líder evangélico do país. Nem a sua igreja, a Assembleia Vitória em Cristo, a Advéc, está entre as principais. É apenas um ramo, entre os menores, da Assembleia de Deus.¹⁰⁰

Além disso, Malafaia não possui nenhuma espécie de plano político para o Brasil, tampouco alguma pretensão explícita de estabelecer um Estado cristão. O mesmo pode ser dito de todas as demais denominações do Brasil. Tanto o bolsonarismo quanto o movimento evangélico na política se baseiam em pura reação a uma ameaça do Estado. Uma reação desorganizada e desprovida de rigor analítico e cosmovisional.

A reação um tanto exagerada da participação evangélica na política revela como se espera da igreja uma completa subserviência ao *status quo*.

¹⁰⁰ Gilberto Nascimento, “Apocalipse nos trópicos, da Netflix, irrita Malafaia e erra ao simplificar força de evangélicos na política.” *The Intercept Brasil*. Acesso em 4 de abril de 2026. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2025/07/16/apocalipse-nos-tropicos-irrita-malafaia-e-erra-ao-simplificar-evangelicos-na-politica/>

O MÍNIMO QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE POLÍTICA CRISTÃ

No Brasil, vivemos um tempo de perseguição aos cristãos. Isso não se aplica aos que apenas se declaram evangélicos, mas sim aos que negam a soberania do Estado sobre todas as áreas da vida. Assim como nos tempos do cristianismo primitivo, a liberdade de culto, à semelhança das outras religiões, é hoje oferecida por parte do Estado anticristão. O preço é aparentemente pequeno, conforme observado por Rushdoony:

Parte do processo para se alcançar a condição de religião lícita consistia em dirigir-se a um dos centros da Roma imperial para queimar um pouco de incenso num braseiro da imagem do imperador ou de uma insígnia de batalha e dizer brevemente: 'César é o Senhor!'. Bastava isso. Era o reconhecimento da soberania de César em todas as áreas da vida e do pensamento.¹⁰¹

A Igreja Primitiva reconheceu um único Senhor e se negou a dar tal título a César que fosse por uma única vez. Um único troço era visto como ato de apostasia. No mundo contemporâneo, em contrapartida, a igreja vem fazendo progressivas concessões ao Estado humanista.

Em nenhuma ocasião tal subserviência se tornou tão clara quanto durante a Pandemia da COVID-19. O fechamento de igrejas é uma prova viva de como até os pastores modernos são subservientes ao humanismo.

John Cooper, vocalista da banda cristã Skillet, em seu livro *Wimpy, Weak and Woke* de maneira muito apropriada associa a covardia dos pastores ao humanismo.

¹⁰¹ R. J. Rushdoony, *O Ateísmo da Igreja Primitiva* (Brasília, DF: Editora Monergismo, 2018), p. 19.

Eu seria omissos se não mencionasse como o humanismo infectou a tomada de decisão da igreja durante o Covid. Em 2020, a Califórnia estava em lockdown estrito, e as igrejas não eram permitidas a se reunir pessoalmente. Entretanto, clubes de strip, clínicas de aborto e lojas de bebida permaneceram abertas. Aparentemente, sexo, porno, álcool e abortos são “essenciais”. Mas ir à igreja é ilegal. A posição óbvia – mesmo para o ateu razoável – é admitir o hipócrita padrão duplo da lei. Isso é uma tirania, e tiranos devem ser lembrados de que não são Deus.¹⁰²

A inabilidade da igreja moderna em combater o humanismo é tão grande que a negligência em relação à COVID-19 se deu no mandato de Donald Trump, figurão da direita política¹⁰³. John Cooper é americano, mas não podemos negar que omissão semelhante se não maior ocorreu no Brasil em pleno mandato Bolsonaro (político apreciado pelos evangélicos). Pastores fecharam igrejas por todo país, baixando a cabeça para o mainstream humanista.

Em 2020, Rick Warren, aclamado autor do best-seller *Uma Vida com Propósitos* solicitou aos cristãos que confiassem no governo, depreciando perspectivas científicas alternativas às vacinas como “teorias da conspiração”¹⁰⁴.

¹⁰² John L. Cooper, *Wimpy, Weak and Woke: How to Save America From Utopian Destruction?* (ed. independente, 2023), 1ª Edição Kindle, p. 35.

¹⁰³ Isso atesta como as ideologias direitistas, tão apreciadas pelos evangélicos, não são suficientes para deter a Esquerda.

¹⁰⁴ HHS Partnership Center, “HHS Partnership Center Special Feature: Dr. Francis Collins + Pastor Rick Warren”, vídeo do YouTube, 19 de nov. de 2020. Acesso em: 29 de mar. de 2026. Disponível em:

O MÍNIMO QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE POLÍTICA CRISTÃ

Em dezembro do mesmo ano, Russell Moore, braço do lobby da Convenção Batista do Sul, a ERLC¹⁰⁵, recebeu uma figura controversa: Francis Collins, diretor dos Institutos Nacionais de Saúde, em um *webinar*. Defensor ferrenho da narrativa de que as igrejas que se reuniam presencialmente eram uma fonte de preocupação, Collins se referiu às máscaras como um dispositivo médico que salva vidas. Megan Basham, em sua obra *Pastores à Venda*, faz menção à subserviência do teólogo:

Mesmo no final de 2020, essa alegação era altamente discutível entre especialistas médicos, com muitos estudos internacionais mostrando até então que as máscaras eram, na melhor das hipóteses, inúteis. Posteriormente, o estudo mais rigoroso e abrangente até hoje concluiu que as máscaras não surtiram efeito algum — exceto aumentar a taxa de dislexia e distúrbios de fala em crianças pequenas.¹⁰⁶

A ocasião levou a jornalista americana a observar uma clara subversão da igreja pelo pensamento progressista. Na mesma entrevista em que Moore prestou apoio ao establishment humanista, não houve um único questionamento fosse em relação ao radicalismo das medidas restritivas tomadas pelo governo ou à permissividade com as reuniões públicas do *Black Lives Matter*.

[...] Moore não perguntou a Collins por que muitos funcionários da saúde pública apoiavam reuniões públicas para o Black Lives Matter enquanto se opu-

<https://www.youtube.com/watch?v=Lz-WMXld0rk>

¹⁰⁵ Ethics & Religious Liberty Commission — em português, Comissão de Ética e Liberdade Religiosa

¹⁰⁶ Megan Basham, *Pastores à Venda* (Editora Trinitas, 2026), p. 207.

nham a reuniões públicas para adorar a Cristo conforme a Bíblia ordena. Tampouco perguntou por que Collins e os Institutos Nacionais de Saúde estavam estabelecendo políticas de uso de máscaras para os Estados Unidos diferentes daquelas endossadas pela Organização Mundial da Saúde e o equivalente europeu dos Centros de Controle e Prevenção de Doenças, exigindo máscaras em crianças acima de dois anos, enquanto as outras duas organizações recomendavam idades de seis e doze anos, respectivamente. Ele apenas concluiu dizendo a Collins: ‘Bem, preciso deixar você voltar a salvar o mundo’.¹⁰⁷

O episódio mostra a completa inversão no papel do que um órgão ligado a uma denominação evangélica deveria fazer.

Em vez de usar sua instituição visando o propósito para o qual foi criada — representar os interesses dos batistas do sul (cujos dízimos pagam seus salários) perante o governo —, a ERLC estava representando os interesses do governo perante os batistas do sul.¹⁰⁸

Felizmente, Deus levanta homens corajosos para ir na contramão de uma igreja acanhada. Nos Estados Unidos, John MacArthur foi uma voz dissonante em meio a uma multidão de pastores que aceitaram fechar suas igrejas abrindo mão de sua liberdade, assegurada por Deus e pela Constituição Americana. Cooper não deixa de reconhecer o papel de MacArthur, mas nota, junto à coragem deste homem, algo pior:

¹⁰⁷ *Ibid.*

¹⁰⁸ *Ibid.*, p. 208.

O MÍNIMO QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE POLÍTICA CRISTÃ

O pastor John MacArthur desafiou o ilegal e arrogante poder do Estado, e abriu sua igreja. Se você pensa que este seria o momento que traria união para o povo de Deus, você estaria errado. Em vez disso, um amontoado de retaliações vieram de cristãos da nação inteira.¹⁰⁹

Em um podcast disponível no site da *BioLogos*¹¹⁰, Timothy Keller, pastor presbiteriano da *Redeemer Church*, concordou com Francis Collins que a resposta dada John MacArthur ao Lockdown foi “feia e má”¹¹¹. A ira da igreja contra este homem de Deus não se restringiu ao solo americano. Determinado pastor youtuber brasileiro disse que John MacArthur aderiu a um discurso “negacionista”, tendo seu ministério manchado por sua oposição às medidas restritivas do Estado Humanista¹¹².

Tal acusação, além de revelar uma cosmovisão incompatível com as Escrituras Sagradas, é imoral tendo em vista a forma cuidadosa e responsável com que MacArthur defendeu a legitimidade de culto.

¹⁰⁹ John L. Cooper, *Wimpy, Weak and Woke*, p. 36.

¹¹⁰ A *BioLogos*, fundada por Francis Collins, é uma organização que busca conciliar fé e ciência, afirmando o evolucionismo teísta. A organização vê os processos evolutivos como instrumentos da ação divina, enquanto rejeita interpretações conservadoras de Gênesis.

¹¹¹ Tim Keller, et al., “Where Is God in a Pandemic? A Conversation Between Tim Keller and Francis Collins”. *BioLogos*. Acesso em 27 de abril de 2026. Disponível em:

<https://biologos.org/resources/where-is-god-in-a-pandemic>

¹¹² O pastor batista Yago Martins diz isso no vídeo postado em seu canal em 2021: <https://www.youtube.com/watch?v=6CgtI2idBtY> a partir de 32 minutos.

MacArthur não estava dizendo que todos os cristãos deveriam ir à igreja. Ele não disse que era desobediência a Deus permanecer em casa se você acreditasse que era do melhor interesse de sua família ou vizinhos. Ele estava apenas dizendo que quando e onde nós adoramos não deve ser ditado pelo governo, especialmente quando eles estão entrando em acordo com outros negócios. Isso é dificilmente controverso em minha opinião.¹¹³

Com o tempo, a própria ciência mainstream admite como os lockdowns foram um insucesso. Estudos comprovaram a ineficácia da vacina¹¹⁴, das máscaras¹¹⁵ e do “fique em casa”¹¹⁶. O ex-diretor da *Rolling Stones*, Matt Taibbi, progressista famoso, foi assustadoramente honesto

¹¹³ John L. Cooper, *Wimpy, Weak and Woke*, p. 36.

¹¹⁴ Akshay Syal, M.D., “Immunity Acquired from a Covid Infection Is as Protective as Vaccination Against Severe Illness and Death, Study Finds,” *NBC News*, 16 de fev. de 2023. Acesso em 2 de fev. de 2026. Disponível em:

<https://www.nbcnews.com/health/health-news/natural-immunity-protective-covid-vaccine-severe-illness-rcna71027>.

¹¹⁵ Paul Elias Alexander, “More than 170 Comparative Studies and Articles on Mask Ineffectiveness and Harms”, *Brownstone Institute*, 20 de dez. de 2021. Acesso em 27 de mar. de 2026. Disponível em: <https://brownstone.org/articles/studies-and-articles-on-mask-ineffectiveness-and-harms>

¹¹⁶ Mary Makary, “10 Myths Told by COVID Experts—And Now Debunked,” *New York Post*, 27 de fev. de 2023. Acesso em: 2 de fev. de 2026. Disponível em:

<https://nypost.com/2023/02/27/10-myths-told-by-covid-experts-now-debunked/>

O MÍNIMO QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE POLÍTICA CRISTÃ

ao admitir que o que o governo fez durante a pandemia igualou sua credibilidade à de um cônjuge pego traindo.¹¹⁷

O que a Sagrada Escritura assegura como verdade infalível: “Há caminho que ao homem parece direito, mas o fim dele são os caminhos da morte” (Pv 14:12) foi reconhecido até mesmo por aqueles que não tem nenhum compromisso com ela.

Durante a Pandemia, cristãos brasileiros que assumiram posição semelhante a John MacArthur foram acusados de extremistas, influenciados pela ideologia bolsonarista. Hoje, não tenho conhecimento de um único crítico que tenha se retratado, mediante a constatação de uma enormidade de mentiras e propagandas vindas à tona¹¹⁸.

Isso mostra como a ideologia cegou muitos cristãos, tornando-os covardes e estultos. A Palavra de Deus diz que aqueles que desprezam a sabedoria amam a morte (Pv 8:36). Exatamente o que a postura passiva da igreja em relação ao humanismo gerou.

As consequências negativas dos lockdowns da Covid para a saúde mental e o suicídio, especialmente entre os jovens, são enormes, para não dizer altamente evi-

¹¹⁷ Matt Taibbi, “Covid’s Origins and the Death of Trust”, *Racket News*, 20 de jul. de 2023. Acesso em: 30 de mar. de 2026. Disponível em:

<https://www.racket.news/p/covids-origins-and-the-death-of-trust>

¹¹⁸ Jeremy Herb e Natasha Bertrand, “US Energy Department Assesses Covid-19 Likely Resulted from Lab Leak, Furthering US Intel Divide Over Virus Origin,” *CNN Politics*, última atualização 27 de fev. de 2023. Acesso em: 2 de fev. de 2026. Disponível em:

<https://www.cnn.com/2023/02/26/politics/covid-lab-leak-wuhan-china-intelligence/index.html>

táveis. O impacto econômico (especialmente sobre os pobres), a perda das liberdades individuais dos americanos, os efeitos psicológicos, a hostilidade que foi criada entre grupos baseada nas máscaras e status de vacinação, e ostensiva depravação espiritual causada por essas políticas deveria ter sido considerada pelos nossos líderes cristãos.¹¹⁹

O humanismo em sua desobediência a Deus traz a desordem, o caos e a morte. Diante de afirmações e demonstrações tão categóricas, muitos evangélicos se depa-ram com o desespero. No entanto, em tempos de crise, a resposta bíblica é um caminho muito diferente: “Se o meu povo, que se chama pelo meu nome, se humilhar, e orar, e buscar a minha face, e se converter dos seus maus cami-nhos, então, eu ouvirei dos céus, e perdoarei os seus pe-cados, e sararei a sua terra.” (2Cr 7:14).

Primeiro, a igreja deve tomar dimensão de seu erro em tolerar o humanismo. *Segundo*, devemos nos humilhar diante de nosso Senhor e clamar. *Terceiro*, abandonarmos completamente o modo de pensar política conforme ho-mens caídos e, *quarto*, buscar ao Senhor, entendendo que ele tem muito a nos ensinar sobre política. Afinal de con-tas, longe de ser apenas um livro religioso, a Bíblia é um livro que fala autoritativamente sobre tudo.

Precisamos, em consonância com a igreja antiga, afirmar solenemente em alto e bom tom que Cristo é Se-nhor, não César.

¹¹⁹ John L. Cooper. *Wimpy, Weak and Woke*, p. 35.

CAPÍTULO VIII

UMA APOLOGIA DA LEI DE DEUS NA POLÍTICA

No dia 31 de julho de 2025¹²⁰, o deputado Nikolas Ferreira participou do Flow Podcast. Igor, o entrevistador, o questiona sobre suas crenças políticas. O jovem político, autodenominado evangélico, para nenhuma surpresa, defendeu valores cristãos como a família e o respeito aos pais.

Até aí, nenhum problema. O que chama atenção é a razão pela qual Nikolas defende essas coisas: elas simplesmente têm dado certo. Famílias estruturadas e valores como honrar pai e mãe são facilmente constatados como legítimos e capazes de prover muitos benefícios. Apesar de persuasiva, tal abordagem é puramente utilitarista: ela se valida em torno do que é socialmente útil, por uma via pragmática. Trata-se de um argumento conservador, não essencialmente cristão.

Essa oscilação aponta para o desafio do cristão no debate público: a tentação de recorrer ao senso comum, omitindo o fundamento revelacional sempre que este for inconveniente.

As confrontações do entrevistador prosseguem no que toca ao fundamento do que Nikolas crê. Igor questiona qual o papel da Bíblia quando o deputado faz política.

¹²⁰ Fiz um React em meu canal do Youtube a essa entrevista, que pode ser acessado em: <https://youtu.be/jQ6fYZ9JivA>

A resposta é um tanto contraditória: por um lado, ele afirma não utilizar a Bíblia de forma *normativa* ao fazer política; ao mesmo tempo, diz que a Bíblia deve nortear a política, negando a ideia de uma “neutralidade”. Será que na cabeça do deputado Nikolas Ferreira, há diferença entre a Palavra de Deus ser normativa e, ao mesmo tempo, capaz de nortear a política? Onde reside a diferença? A ambiguidade revela uma falta de clareza por parte dos cristãos quanto a qual é o verdadeiro papel da Palavra de Deus na política.

Em favor do deputado, deve-se reconhecer que Nikolas afirma uma moral perfeita a ser buscada, em contraposição ao relativismo moderno. Ele usa a analogia de um círculo perfeito em relação ao qual outros círculos podem ser avaliados. Sua falha reside em não associar esse círculo à Palavra de Deus.

O jovem político interroga Igor a respeito da origem do mal, questionando à luz de que “matar um inocente é errado”. A provocação é bem-vinda sob uma perspectiva política cristã, visto que o humanismo é completamente incapaz de definir o mal de maneira consistente. Por último, Nikolas diz que regimes totalitários, por negarem Deus, substituem-no por figuras humanas autoritárias, como ocorre na China e na Coreia do Norte.

Ao mesmo tempo em que o deputado se mantém fiel ao cristianismo em parte de sua cosmovisão, ele incorre na inconsistência de pensar política sob premissas humanistas. Nikolas Ferreira certamente entende o valor do cristianismo melhor do que muitos cristãos, mas falha em omitir a Lei de Deus como padrão absoluto.

O MÍNIMO QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE POLÍTICA CRISTÃ

Não devemos ser duros com o deputado Nikolas Ferreira a ponto de negar o contexto no qual ele se inseria: em um podcast não cristão, sob o escrutínio de diversos públicos. O ponto é: a forma como até os mais reconhecidos políticos cristãos têm apresentado suas pautas parte de premissas não-bíblicas.

Isso mostra, *primeiro*, o quão limitada tem sido a nossa compreensão da lei de Deus; *segundo*, como é possível argumentar a favor da lei de Deus, algo que Nikolas Ferreira demonstrou parcialmente. O pensamento do deputado é incompleto quando avaliado sobre uma perspectiva distintamente cristã.

Até então, explicamos como o cristão deve agir de maneira ativa para o estabelecimento de nações cristãs que conduzam a uma Cristandade. Visto que nos encontramos em mundo secularizado, isso envolve reformas em todas as esferas humanas, incluindo o governo civil. Em alternativa ao que foi apresentado pelo deputado Nikolas Ferreira, cabe-nos explicitar agora como pensar política. Segundo Rushdoony:

A cristandade cria ser, ela mesma, o reino de Deus — não menos que o Antigo Israel —, por ser governada pela lei de Deus, segundo as Escrituras. Ocorreram desvios dessa lei, variações dela e negligência da fidelidade que lhe era devida, mas a cristandade considerava-se o novo Israel de Deus, e não menos sujeito à lei.¹²¹

O primeiro alicerce para uma teologia bíblica da política é a *obediência à Lei de Deus*. Quando utilizamos o

¹²¹ R. J. Rushdoony, *Fé e Obediência*, p. 10.

termo Lei de Deus é necessário deixar claro ao que nos referimos: a Palavra de Deus na sua totalidade como normativa. Por muito tempo no Ocidente, a ordem social foi entendida à luz da obediência a Deus à semelhança do antigo Israel. No livro de Juízes, há uma relação clara entre a prosperidade e paz do povo e sua obediência à Lei de Deus.

Então o povo de Israel pecou contra Deus, o SENHOR, adorando os deuses dos cananeus é uma máxima que se repete várias vezes no decorrer do livro. Ela evidencia uma relação entre a obediência de uma nação à Palavra de Deus e a sua condição, seja de paz ou de guerra, de sossego ou dificuldade. A obediência a Deus tem consequências. O mesmo se aplica à desobediência.

A relação que Deus tem com as nações não é modificada na nova aliança, o que a fé reformada admitiu por séculos. Segundo a CFW, no capítulo VII, parágrafo VI: “Não há, portanto, dois pactos da graça diferindo em substância, mas um só e o mesmo, sob várias dispensações”.¹²² Em outras palavras, a relação que Deus para com seu povo se mantém a mesma, embora plenificada na nova aliança (segunda dispensação).

Já abordamos como a concepção de nação cristã tem consistência histórica e teológica. Agora, cabe-nos aprofundar qual a relevância prática desta concepção para compreendermos quão relevante é a obediência à Lei de Deus.

¹²² *O Padrão de Westminster* (Publicações O Pacto, 2024), p. 43.

O MÍNIMO QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE POLÍTICA CRISTÃ

Francis Schaeffer, gigante do século XX, nos provoca a pensar os males de nosso tempo de maneira bíblica. Deixemo-no falar por si só:

Existe apenas uma perspectiva que podemos ter do mundo pós-cristão de nossa geração: uma compreensão de que nossa cultura e nosso país estão sob a ira de Deus. Nosso país está sob a ira de Deus! A cultura do norte da Europa está sob a ira de Deus. Não basta dizer quão grandes somos. Não basta dizer que os Estados Unidos é o país de Deus de uma maneira especial. Não basta esconder a diferença entre o consenso de hoje e o consenso de um mundo cristão. As últimas gerações pisotearam a verdade da Reforma e tudo aquilo que essas verdades suscitaram. E nós estamos debaixo da ira de Deus.¹²³

Embora a sociedade atual prefira atribuir os males de nosso tempo a causas sociais, econômicas ou políticas, durante a maior parte da história do Ocidente, a Cristianidade avaliou seus ocasos à luz da lei bíblica.

A Palavra de Deus foi a força motriz da civilização ocidental por muitos séculos. Nesse longo período, o Deus bíblico foi tido como uma realidade presente e atuante na história através de Sua providência. Para o homem ocidental pré-moderno, Deus era o Senhor da história em relação ao qual os reis deste mundo prestam contas.

A afirmação de que a lei de Deus não tem significado ou qualquer força vinculante para o homem hoje é uma heresia moderna, uma característica da influên-

¹²³ Francis Schaeffer, *Morte na Cidade* (Editora Cultura Cristã, 2023), 1ª Edição Kindle, p. 13.

cia do pensamento humanístico e evolutivo na igreja - que preconiza um Deus em evolução, em desenvolvimento.¹²⁴

Mesmo se tratando de cristãos, não se pensa em Deus quando se discute a esmagadora maioria dos temas relacionados à política. Rushdoony atribui as causas disso ao humanismo e ao pensamento evolucionista. Restaurar uma cosmovisão política cristã exige, portanto, duas coisas: *primeiro*, uma afirmação da verdade bíblica; *segundo*, uma antítese a essas duas formas de pensar.

É comum a alegação de que tamanha expressão da fé cristã na política produz o tolhimento de liberdades. No próximo capítulo, demonstraremos como é precisamente o oposto: a Lei de Deus é o único fundamento a partir do qual a liberdade política é assegurada.

¹²⁴ R. J. Rushdoony, *Fé e Obediência*, p. 11.

CAPÍTULO IX

COMO A LEI DE DEUS ASSEGURA A LIBERDADE

Liberdade é um conceito profundamente caro a uma cosmovisão cristã do Estado, pois o povo de Deus vive sob a sua liberdade. Tal liberdade, no entanto, deriva (e não contradiz) a obediência a Deus, que é seu fundamento, obtendo bençãos ou castigos na medida em que se submete à Revelação.

S. Paulo declarou, ‘onde está o Espírito do Senhor, aí há liberdade’ (2 Co 3:17). Deus e liberdade são inseparáveis. E a liberdade pressupõe e requer a atividade livre; ela tem seu esforço, suas recompensas e castigos, seu céu e inferno, seu êxito e fracasso. Essas são as condições necessárias para liberdade. A alternativa é a escravidão. A escravidão oferece uma forma muito real de segurança, mas isso o faz também a morte e um cemitério (Dt 30:15-20).¹²⁵

O livro de Juízes, fonte de estudos empreendidos pelos puritanos que buscavam construir uma concepção bíblica de liberdade, sustenta Deus como provedor da *paz*. Uma vez tendo conquistado a terra prometida, é dito que o povo de Israel muitas vezes se corrompeu ante as práticas idólatras das nações cananeias.

Isso atraía o juízo de Deus, que os disciplinava através do jugo de outras nações (Jz 2:11-14; Jz 3:7-8; Jz 3:12;

¹²⁵ R. J. Rushdoony, *Cristianismo e Capitalismo* (Edições Calcedônia, 2016), p. 5.

Jz 4:1–2; Jz 6:1; Jz 10:6–7; Jz 13:1). O que as Sagradas Escrituras nos ensinam é que, em decorrência de nossa relação pactual com Deus, a desobediência gera a escravidão. Sendo a escravidão a antítese da liberdade, compreendemos como, apenas sob a Lei de Deus, o homem pode ser livre.

Felizmente, o jugo de outros povos nunca é definitivo no livro de Juízes. Deus, em sua misericórdia, levanta juízes para livrar seu povo das nações que os despojavam (Jz 2:16; Jz 3:9; Jz 3:15; Jz 4:4–6; Jz 6:12–14; Jz 10:1–2; Jz 11:29; Jz 13:5). O livramento da opressão através de governantes capacitados é trabalho do próprio Deus que intervém na história garantido a paz e a liberdade de seu povo.

Embora em franca contraposição aos conceitos do homem moderno, a Palavra de Deus nos ensina que apenas em Deus a liberdade é possível, como nos lembra Rushdoony. Isso, por implicação, significa que a apostasia conduz à tirania.

Nos dias atuais, liberdade é um conceito apreciado como um fim em si mesmo. Isso ocorre tanto por parte de progressistas, ávidos por liberdade da religião, da tradição e do corpo, quanto de conservadores, desejosos por liberdade de expressão, do mercado e do Estado. É possível contestar que nem todos os espectros ideológicos valorizam em igual medida ideal da “liberdade”¹²⁶; não obstante, sempre que este termo é evocado, Deus não está presente.

¹²⁶ É correto dizer que a Direita é muito mais preocupada com o valor da “Liberdade” enquanto a Esquerda, apesar de utilizar o termo, acredita que este esteja subserviente a outro valor: a “Igualdade”.

O MÍNIMO QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE POLÍTICA CRISTÃ

Apenas uma perspectiva bíblica é capaz de tirar as escamas dos olhos dos ideólogos afirmando que a liberdade não é um fim em si mesmo. Em vez disso, é um meio para que o homem, criado à imagem e semelhança de Deus, o adore e glorifique livre de qualquer amarra institucional.

A CFW aborda a liberdade precisamente nestes termos:

Somente Deus é o Senhor da consciência, e Ele deixou livre das doutrinas e mandamentos humanos que, em qualquer coisa, sejam contrários à Sua Palavra, ou que, em matéria de fé ou de culto, vão além dela. Portanto, crer nessas doutrinas ou obedecer a tais mandamentos, por motivo de consciência, é trair a verdadeira liberdade de consciência; e requerer para elas fé implícita e obediência cega e absoluta é destruir tanto a liberdade de consciência quanto a própria razão.¹²⁷

A verdadeira liberdade de consciência é a liberdade dos mandamentos de homens e falsas doutrinas. Não somos vinculados a homens hipócritas e a falsos mestres. Nossa única autoridade absoluta é a Palavra de Deus e é apenas sob o aval dela que devemos seguir alguma doutrina.

Os autores da CFW, ao reconhecerem Deus como Senhor da consciência, estavam protegendo a Igreja e a sociedade dos falsos ensinos dos papistas, anabatistas e de outros grupos heréticos. A heresia e a desobediência à Lei de Deus, como vimos, traz consequências negativas não apenas para os que a transgridem, mas para toda socie-

¹²⁷ Capítulo XX, Parágrafo II. Citado a partir de *O Padrão de Westminster*, p. 66.

dade. Afirmar uma liberdade para heresia, para o erro e para mentira é semear nossa própria destruição.

Essa verdade não se restringe à esfera da Igreja. Foi precisamente com a concepção de uma liberdade humana limitada que as nações protestantes cultivaram uma tradição sólida de liberdade política.

Um dos grandes fundadores do sistema americano foi o John Cotton (1584-1658), que tornou básica para o governo colonial a premissa que a lei e a ordem piedosa significam *poder limitado e liberdade limitada*. Nem o homem, nem o seu governo civil têm o direito moral ao poder ilimitado ou à liberdade ilimitada. Em todos os tempos deve haver poder e liberdade sob a lei, e, ultimamente, sob Deus (Dt 17:14-20; Pv 8:15,16; 1Rs 2:1-4, etc.)¹²⁸

Em seu governo cristão estabelecido na América, os puritanos prezavam por uma liberdade de culto e de consciência. Sua diferença em relação aos secularistas é que compreendiam ser Deus, e não o homem, a fonte dessa liberdade. Tal liberdade, logo, não é uma liberdade ilimitada, mas garantida pela lei, sob restrições. A liberdade bíblica implica liberdade para empreender, mas não para blasfemar.

É útil destacar a absurdidade de imaginar, no plano natural apenas, uma liberdade qualquer sem a disciplina de uma lei. A liberdade de circular de carro se dá em função do respeito a todas as regras de circulação. A liberdade de tocar um instrumento depende em primeiro lugar da submissão às leis determinantes do bom uso do instrumento e do respeito às

¹²⁸ R. J. Rushdoony, *Cristianismo e Capitalismo*, p. 5.

O MÍNIMO QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE POLÍTICA CRISTÃ

regras musicais. O mesmo ocorre com a prática de todas as artes e profissões. A negação estúpida dessa evidência conduz a pintura e a música erudita e popular aos impasses e à insignificância experimentadas. A vida moral e social dos homens também deve se submeter às regras do bom senso. O bom senso é, no fundo, apenas o reflexo, mais ou menos fiel, da mentalidade e da forma da obediência humana à lei divina.¹²⁹

Toda liberdade verdadeira requer disciplina, e a disciplina impõe restrições que devem ser respeitadas para manutenção dessa própria liberdade. Tais restrições são reconhecidas a partir de certos axiomas, que estabelecem o que é certo e que é errado. Esses axiomas correspondem à Lei de Deus escrita no coração mesmo de homens ímpios¹³⁰, mas plenamente manifesta através das Escrituras infalíveis.

Em sua polêmica pregação *O Brasil Não será do Senhor Jesus*¹³¹, o teólogo Rodrigo Bibo se diz a favor da liberdade de expressão do canal de comédia Porta dos Fundos em blasfemar, insultando Cristo, a Bíblia e os apóstolos. Sua posição se esmerou sob o pretexto de temer uma censura que, eventualmente, possa se voltar contra os evangélicos em um futuro próximo.

¹²⁹ Jean-Marc Berthoud, *Apologia da Lei de Deus* (Brasília, DF: Editora Monergismo, 2019), p. 42

¹³⁰ O Apóstolo Paulo fala sobre essa lei escrita nos corações dos gentios em Rm 2:12-15. A cristandade se referiu a ela, por vezes, como Lei Natural.

¹³¹ Igreja Red, “O Brasil Não Será de Jesus - Rodrigo Bibo”, YouTube, 5 de set. de 2022. Acesso em 15 de fev. de 2026. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XqVJf0k0mnA&t=582s>

Quando um cristão defende liberdade de expressão ilimitada para os que blasfemam de Deus, não há ali uma defesa da liberdade bíblica, mas a afirmação da liberdade humanista que conduz à tirania. Conforme as Escrituras, somente Deus tem liberdade e poder absolutos. Portanto, uma defesa da liberdade por parte dos cristãos deve reconhecer a Lei de Deus como um instrumento para assegurar e restringir a liberdade humana de maneira apropriada.

Devemos abandonar a ideia perigosa que liberdade significa um escape da lei: isso pode ser verdade somente se o escape for do comunismo, que não é lei verdadeira, mas sim, tirania. A palavra *tirania* vem de uma antiga palavra grega com um significado simples: significa governo secular ou humano no lugar da lei, no lugar da verdadeira liberdade sob Deus.¹³²

A Lei de Deus não é pesada: “Porque este é o amor de Deus: que guardemos os seus mandamentos; e os seus mandamentos não são pesados” (1Jo 5:3). A lei humanista, em contrapartida, é um jugo insuportável. Iluminado pela revelação, o cristão não deve em hipótese alguma confundir uma com a outra. A Lei de Deus é uma lei pessoal, fruto da vontade de um Ser soberano e infinito. Em contrapartida, a lei humanista leva ao farisaísmo, como bem observou Rushdoony:

Ora, nossas leis, cortes e legisladores cada vez mais humanistas nos apresentam uma nova moralidade. Eles nos dizem, enquanto derrubam leis que se assentam sobre alicerces bíblicos, que não se pode legislar

¹³² R. J. Rushdoony, *Cristianismo e Capitalismo*, p. 6.

moralidade, porém, o que oferecem não é somente a moralidade legislada, mas a salvação pela lei, algo inaceitável para qualquer cristão. Para onde quer que olhemos agora, seja no âmbito do combate à pobreza, da educação, direitos civis, direitos humanos, paz e tudo mais, vemos leis passadas que foram planejadas para salvar o homem. Supostamente, essas leis nos oferecerão uma sociedade livre de preconceitos, ignorância, doença, pobreza, crime, guerra e todas as demais coisas consideradas malignas. Esses problemas legislativos resumem-se a uma só coisa: salvação pela lei. Isso nos leva à diferença crucial entre a lei bíblica e a lei humanista. As leis fundamentais na Bíblia não intentam salvar o homem ou inaugurar um admirável novo mundo, a paz mundial, um mundo livre da pobreza, ou qualquer outro ideal afim. Antes, o propósito da lei bíblica e de todas as leis fundamentadas na fé bíblica, é punir e restringir o mal, proteger a vida e a propriedade, prover a justiça para todas as pessoas. Não é propósito do Estado e sua lei mudar ou reformar os homens: essa é uma questão espiritual e uma tarefa para religião. Os homens podem ser mudados apenas pela graça de Deus mediante o ministério de sua Palavra. Os seres humanos não podem ser transformados pela legislação estatista; não se pode legislá-lo até que assuma um novo caráter. [...] As realidades da lei e de sua aplicação estrita são restrições às inclinações pecaminosas do homem. No entanto, embora o indivíduo possa ser restringido pela lei e ordem estritas, ele não pode ser transformado pela lei; esta não pode salvá-lo. O homem só pode ser salvo pela graça de Deus por meio de Cristo.¹³³

¹³³ R.J. Rushdoony, *Lei e Liberdade*, pp. 13-15.

A Lei de Deus nos conduz à graça, enquanto a lei humanista se afirma um meio de justificação. Não há liberdade sem Deus e todos os remédios que homens caídos podem nos oferecer conduzem à ruína.

Somente estabelecendo a Lei de Deus é possível restringir as inclinações pecaminosas do homem. Isso abarca não apenas os indivíduos, como também os governantes e a própria Igreja. Enquanto o preço de seguir a lei de Deus não for admitido pelo homem moderno, este estará sujeito ao farisaísmo e à tirania da lei humanista.

CAPÍTULO X

O AUTOGOVERNO: O CAMINHO PARA ECONOMIA E POLÍTICA BÍBLICAS

O protestantismo é, sem qualquer sombra de dúvidas, um dos fatores fundamentais para o sucesso da nação americana.

Em sua obra *A Ética Protestante e o “espírito” do Capitalismo*, Max Weber mostra como o protestantismo teve um papel fundamental no desenvolvimento econômico das nações que influenciou como cosmovisão predominante. Enquanto a mentalidade católico-romana era hostil ao lucro, condenando como usura qualquer mínima propensão à aquisição de bens, o protestantismo enxergava o trabalho como uma forma de glorificar a Deus. Isso viabilizou o surgimento precoce do capitalismo moderno nas nações protestantes. Nas palavras de Weber:

Esse ascetismo protestante intramundano [...] agiu poderosamente contra a fruição espontânea das posses; restringiu o consumo, especialmente de luxos. Por outro lado, tinha o efeito psicológico de liberar a aquisição de bens das inibições da ética tradicionalista. Ele rompeu as limitações do impulso à aquisição no sentido de que não apenas o tornou legítimo como também (no sentido discutido) algo desejado por Deus. A campanha contra as tentações da carne e a dependência em coisas externas não era, pois, uma luta contra a aquisição racional, mas contra o uso ir-

racional da riqueza, como expressamente diz, além dos puritanos, o grande apologista *quaker*, Barclay.¹³⁴

A perspectiva protestante livrou o homem das superstições da Igreja Católica Romana, permitindo o acúmulo de capital. Ao mesmo tempo, restringiu a aspiração pelo luxo e o consumo irresponsável. Tal peculiaridade, distinta especialmente nos puritanos calvinistas, favoreceu o desenvolvimento da burguesia.

À medida que a perspectiva puritana se estendeu, sob todas as circunstâncias — e isso é, notadamente, muito mais importante do que o mero encorajamento da acumulação de capital —, ela favorecia o desenvolvimento de uma vida racional econômica burguesa; trata-se da mais importante e, acima de tudo, da mais consistente influência no seu desenvolvimento. Ela estava no berço do homem econômico moderno.¹³⁵

A análise de Max Weber é refinada pela abordagem de Rousas John Rushdoony:

A capitalização foi um produto em cada período da disposição puritana, da atitude de abrir mão de prazeres presentes para acumular certa riqueza para propósitos futuros (Pv 14:23). Sem caráter, não há capitalização, mas sim descapitalização, a exaustão contínua da riqueza. Como resultado, o capitalismo é supremamente um produto do cristianismo e, em

¹³⁴ Max Weber, *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (Martin Claret, 2013), p. 250

¹³⁵ *Ibid.*, p. 253.

O MÍNIMO QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE POLÍTICA CRISTÃ

particular, do puritanismo que, mais que qualquer outra fé, tem promovido a capitalização.¹³⁶

É frequentemente subestimada a relação entre economia e ética. A ética de um povo é o fator fundamental para seu sucesso (ou insucesso) econômico. Esse divórcio tem como causa uma secularização da economia, que Jean-Marc Berthoud atribui ao filósofo escocês, Adam Smith:

Adam Smith (1723-1790), o pai de todas as ciências econômicas ímpias, era um presbiteriano apóstata do Iluminismo Escocês, um grande amigo de David Hume (1711-1776), o célebre ateu. Por meio de sua teoria da ‘mão invisível’, Adam Smith equiparou bem e mal (Gênesis 2:15-17). Isto é, ele afirmou que nas transações comerciais o fato de a ação ser boa (honesta) ou má (desonesta) não teria efeito no lucro econômico obtido pela sociedade e pelos agentes que participam do mercado. Para ele, a destruição da sociedade mediante más ações não tinha consequências econômicas. Todos os agentes econômicos, para Adam Smith, lucrariam naturalmente dessa confusão satânica entre bem e mal. Pois a riqueza das nações aumentaria como uma consequência não das bênçãos decorrentes da aliança com Deus, mas de um ‘mecanismo científico’ chamado ‘livre mercado’, neutralizando assim as consequências das ações boas ou más.¹³⁷

¹³⁶ Rushdoony, *Cristianismo e Capitalismo*, pp. 8-9.

¹³⁷ Jean-Marc Berthoud, *Uma Religião Sem Deus: Os Direitos Humanos e a Palavra de Deus* (Editora Monergismo, 2024), p. 79.

O protestantismo histórico entende a economia como diretamente relacionada à provisão de Deus. Adam Smith, em contrapartida, estabelece o princípio da “mão invisível” como mecanismo neutro a partir do qual pessoas e nações enriquecem. A consequência do liberalismo político é, portanto, uma emancipação da economia em relação à ética. Como qualquer área da vida, a economia não é neutra e uma concepção cristã compreenderá uma necessidade de redimi-la, retornando à Lei de Deus.

Apenas o Cristianismo bíblico é capaz de fundamentar a liberdade econômica e possibilitar a prosperidade. Para que o capitalismo exista, torna-se necessário o cultivo de virtudes protestantes como a *diligência* e a *frugalidade*. Afastar-se das futilidades e das tentações da luxúria enquanto se trabalha de maneira consistente são hábitos imprescindíveis para o acúmulo de capital. A partir de tais princípios, a América se tornou uma grande nação.

Quando comparamos os EUA com o Brasil, notamos até os dias de hoje uma diferença cultural significativa na forma como cada nação vê o trabalho e lida com o dinheiro. Essa antítese tem como causa o ideal religioso de cada um desses países: o primeiro, protestante; o segundo, católico romano.

É reconhecido entre estudiosos da cultura como as nações católicas cultivam o ideal de boa vida, ao mesmo tempo em que são subservientes ao autoritarismo. Em oposição a uma vida ociosa, regada a festividades e à expectativa de “ter um filho, plantar uma árvore e escrever

O MÍNIMO QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE POLÍTICA CRISTÃ

um livro”¹³⁸, o protestantismo criou sociedades baseadas no ideal de frugalidade.

A visão austera do protestantismo se dá mediante a compreensão de que a vida cristã é dura e consiste em uma luta implacável contra o mundo, a carne e o diabo. A obra *O Peregrino*, de John Bunyan, é elucidativa quanto à maneira que o protestantismo enxerga a jornada do cristão.

Não foi ao acaso que os puritanos produziram centenas de devocionais voltados à vigilância não apenas contra o pecado, como também contra a tentação interior¹³⁹. Apesar de existirem místicos e santos católicos romanos preocupados com a santidade, como Teresa d’Ávila e Inácio de Loyola, não se vê nada semelhante ao zelo puritano no catolicismo romano em relação à ética. As diferenças entre o mundo protestante e o mundo católico romano não se reduzem à economia e à ética, mas abrangem também a política.

De acordo com o cientista político católico tradicionalista Erik von Kuehnelt-Leddihn:

O catolicismo é autoritário em sua estrutura hierárquica, mas é liberal e ‘individualista’ em sua teologia.¹⁴⁰

¹³⁸ Provérbio espanhol

¹³⁹ Para tal, o livro *Vigilância*, de Brian Hedges e Donald Whitney (Éden Publicações, 2023) é uma excelente obra moderna a resgatar o ideal puritano de busca pela santidade. O zelo dos puritanos não encontra nenhum paralelo no mundo católico-romano.

¹⁴⁰ Erik von Kuehnelt-Leddihn, *Liberdade ou Igualdade*, p. 246.

É conhecida a propensão do catolicismo romano para um autoritarismo vertical,¹⁴¹ o que é atestado no duradouro casamento entre a monarquia e o papismo. Ao mesmo tempo, o Brasil é um excelente exemplo do liberalismo da teologia católica romana em sua “variedade dentro da unidade”. Frouxidão ética e autoritarismo estatal andam de mãos dadas. Um povo com uma ética predominantemente liberal é um povo dado ao paternalismo e à obediência cega à autoridade.

O próprio erudito católico-romano reconhece como católicos romanos são suscetíveis à ditadores:

A alma católica, caso não encontre sossego no colo paterno de um monarca, precisará ser contida pelas correntes e grades de um regime ditatorial. Não há meio-termo. As tentativas de se atingir uma ‘terceira via’ não trouxeram senão morte e desolação.¹⁴²

O pensamento protestante, movido pelos ideais de frugalidade, trabalho diligente e descentralização política, desenvolveram o que Rousas John Rushdoony

¹⁴¹ Com respeito a este ponto, o célebre teólogo reformado Loraine Boettner, escrevendo na década de 60, observa: “O catolicismo romano se opõe ao comunismo, evidentemente, do mesmo modo que um sistema totalitário se opõe ao outro. E, por motivos de propaganda, chega a tentar apresentar-se como o principal oponente e bastião contra o comunismo. Mas o fato é que, durante os últimos 15 anos, o comunismo fez seus maiores avanços em nações católico-romanas, tanto na Europa quanto na América Latina, enquanto as nações protestantes [...] têm sido seus mais eficazes oponentes.” Loraine Boettner, *Roman Catholicism* (Monergism Books, 2025), p. 15 [N. E.]

¹⁴² Erik von Kuehnelt-Leddihn, *Liberdade ou Igualdade*, p. 257.

O MÍNIMO QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE POLÍTICA CRISTÃ

chama *autogoverno*, elemento fundamental para o sucesso da sociedade americana:

O governo começa com o autogoverno do indivíduo cristão e abrange o autogoverno da família, da igreja, da escola, das vocações, da sociedade em geral.¹⁴³

Embora o protestantismo tenha cultivado o autogoverno no passado, essa é uma virtude a ser resgatada nos dias de hoje no Ocidente. É verossímil sugerir que a mentalidade predominante dentre os evangélicos brasileiros não é uma cosmovisão protestante, antes um amálgama entre uma mentalidade anabatista e uma mentalidade católica romana. Como o anabatismo possui uma ojeriza completa pelo Estado, repudiando qualquer envolvimento com a política, torna-se mais necessário avaliar a antítese entre o protestantismo reformado e o catolicismo romano.

O catolicismo romano criou sociedades paternalistas e hostis ao comércio. Isso é admitido mesmo por cientistas políticos pouco favoráveis ao protestantismo, como o já citado Erik von Kuehnelt-Leddihn:

A ideia calvinista (presente no Antigo Testamento) de considerar a prosperidade material como um presságio favorável do destino eterno não existe nos países católicos, onde os mendigos cumprem uma ‘importante’ função social e o comércio não é lá muito celebrado. [...] Quanto ao comércio, os católicos têm muito viva a imagem dos comerciantes e agiotas no Templo; as únicas pessoas que sofreram punições físicas de Nosso Senhor. Santo Tomás de

¹⁴³ R. J. Rushdoony, *O Ateísmo da Igreja Primitiva*, p. 40.

Aquino só considera moralmente válidas formas muito específicas de comércio, (*Summa*, IIa IIae, q. 77, a. 4) e não via lugar para muitos comerciantes na cidade ideal (*De regimine principum*, II, 3).¹⁴⁴

Enquanto existe uma relação sólida entre protestantismo e capitalismo, Leddin admite que o catolicismo romano tem maior familiaridade com “sociedades agrárias do que [com] urbanas.”¹⁴⁵ Podemos acrescentar como a centralização papista criou sociedades fracas economicamente, o que é admitido até mesmo pelo ensaísta católico romano, Olavo de Carvalho:

O autoritarismo papal e monárquico criou sociedades anêmicas, desfibradas, intimidadas e corrompidas pela subserviência à burocracia onipotente.¹⁴⁶

A liberdade econômica anda de mãos dadas com a liberdade política. Ataques à propriedade privada necessariamente fortalecem o Estado centralizador humanista, sendo sinais da iminência da tirania.

Segundo Rushdoony:

Sempre que a propriedade privada desaparece, a liberdade do homem se vai. O homem é colocado completamente à mercê do Estado. Sempre que a posse privada é enfraquecida, a liberdade do homem é enfraquecida também. Existe uma relação essencial

¹⁴⁴ Erik von Kuehnelt-Leddihn, *Liberdade ou Igualdade*, p. 233.

¹⁴⁵ *Ibid.*, p. 234.

¹⁴⁶ Olavo de Carvalho, “Cultura e Desenvolvimento Econômico”, *Revista Leader* (Agosto, 2003). Disponível em:

https://posmilenismo.com.br/files/olavo_de_carvalho_leader_ago_2003.pdf

O MÍNIMO QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE POLÍTICA CRISTÃ

entre liberdade e propriedade. Os colonos americanos viram isso. Um dos slogans da Guerra da Independência foi 'Liberdade e propriedade'. Todo ataque sobre a posse privada de propriedade é, portanto, um ataque sobre a liberdade.¹⁴⁷

O autogoverno é essencial para a garantia tanto da propriedade privada quanto da liberdade civil. Isso só é possível mediante o entendimento de que o cristão é pacualmente responsável diante de Deus, não do Estado humanista. Devemos prestar contas ao Estado enquanto diácono de Deus, não como o próprio Deus.

A compreensão da virtude do autogoverno exige sobretudo uma correção conceitual acerca de como se entende a palavra *governo*. Atualmente, se habituou a considerar o Estado como sinônimo de governo, o que constitui um erro a partir da perspectiva bíblica e protestante. Quando o Estado se tornou o único governo que existe aos olhos do homem moderno, a família e a igreja deixaram de sê-lo, o que enfraqueceu essas instituições.

A Escritura, longe de compactuar com a equivalência de Estado com o governo civil, afirma a Igreja enquanto instituição como uma forma de governo estabelecida pelo próprio Cristo:

Pois também eu te digo que tu és Pedro e sobre esta pedra edificarei a minha igreja, e as portas do inferno não prevalecerão contra ela. E eu te darei as chaves do Reino dos céus, e tudo o que ligares na terra será ligado nos céus, e tudo o que desligares na terra será desligado nos céus. (Mt 16:18-19)

¹⁴⁷ Rushdoony, *Cristianismo e Capitalismo*, p. 18.

O evangelista João fundamenta nesta passagem a autoridade apostólica de Pedro, que é confirmada pelo recebimento deste das chaves do reino dos céus.¹⁴⁸ O poder dado a Pedro nessa passagem é dado aos demais apóstolos em João 20:21-23:

Disse-lhes, pois, Jesus outra vez: Paz seja convosco! Assim como o Pai me enviou, também eu vos envio a vós. E, havendo dito isso, assoprou sobre eles e disse-lhes: Recebei o Espírito Santo. Àqueles a quem perdoardes os pecados, lhes são perdoados; e, àqueles a quem os retiverdes, lhes são retidos.

Podemos concluir que o governo da Igreja é real em um aspecto que não cabe ao Estado: o poder de perdoar pecados, de ligar e desligar. Em sua primeira epístola aos Coríntios, o Apóstolo Paulo afirma o poder da igreja de *julgar* os de dentro:

Porque que tenho eu em julgar também os que estão de fora? Não julgais vós os que estão dentro? Mas Deus julga os que estão de fora. Tirai, pois, dentre vós a esse iníquo. (1Co 5:12-13)

Quando Paulo admoesta a necessidade de expulsar um malfeitor de dentro da Igreja, está fundamentando o que chamamos *excomunhão*. Enquanto a pena de morte consiste na pena capital por parte do magistrado civil; a

¹⁴⁸ Essa passagem é oficialmente entendida pela Igreja Católica Romana como o fundamento do papado. Para uma crítica à visão, sugiro o artigo do Lucas Banzoli:

<https://heresiascaticas.blogspot.com/2014/01/estudo-exegetico-completo-sobre-mateus.html>

O MÍNIMO QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE POLÍTICA CRISTÃ

excomunhão consiste na pena máxima por parte da Igreja.

A CFW, alicerçada nas Sagradas Escrituras, chama a Igreja de governo:

O Senhor Jesus, como Rei e Cabeça de Sua Igreja, instituiu um governo nas mãos de oficiais da Igreja, que é distinto do magistrado civil.¹⁴⁹

A distinção entre Estado e Igreja, que explicamos anteriormente, é atestada pela CFW, não meramente como uma distinção entre instituições. Antes se trata de uma distinção entre *governos*. De acordo com a CFW, o poder de perdoar pecados, ligando e desligando foi dado aos ministros ordenados:

A esses oficiais são confiadas as chaves do reino do céu. Em virtude disso eles têm, respectivamente, poder de reter e perdoar pecados; de fechar este reino aos impenitentes, tanto pela Palavra quanto pelas censuras; de abri-lo aos pecadores penitentes, pelo ministério do evangelho e pela absolvição das censuras, conforme as circunstâncias o exigirem.¹⁵⁰

De maneira semelhante, é possível fundamentar biblicamente a família como uma forma de governo, distinta tanto do governo civil quanto da Igreja. Quando o Apóstolo Paulo se refere a autoridade dos bispos diz que uma de suas atribuições é o *governo* da própria casa:

[...] que governe bem a sua própria casa, tendo seus filhos em sujeição, com toda a modéstia (porque, se

¹⁴⁹ Capítulo XXX, Parágrafo I, em *O Padrão de Westminster*, p. 86.

¹⁵⁰ Capítulo XXX, Parágrafo II, *ibid.*

alguém não sabe governar a sua própria casa, terá cuidado da igreja de Deus?) (1Tm 3:4-5)

A Escritura Sagrada assegura o poder da família de disciplinar os filhos:

Se suportais a correção, Deus vos trata como filhos; porque que filho há a quem o pai não corrija? Mas, se estais sem disciplina, da qual todos são feitos participantes, sois, então, bastardos e não filhos. Além do que, tivemos nossos pais segundo a carne, para nos corrigirem, e nós os reverenciamos; não nos sujeitaremos muito mais ao Pai dos espíritos, para vivermos? (Hb 12:7-9)

Já exploramos no Capítulo 7 como, durante a Pandemia da COVID-19, o Estado humanista transgrediu seus limites, afirmando-se capaz de fechar igrejas. De igual forma, poderíamos elencar estratégias estatais para subverter a autoridade dos pais sobre os filhos. A Lei da Palmada¹⁵¹, que os proíbe de disciplinarem os filhos com castigos físicos, é um exemplo de intromissão do governo civil no governo da família.

Quando nos deparamos com o Estado subvertendo a autoridade da Igreja e da família, temos um atestado definitivo de como ele se tornou o completo sinônimo de governo na sociedade moderna.

A segunda implicação do erro de associar Estado ao governo é considerar esta instituição a única capaz de nos conduzir ao bem-estar social. Os malefícios dessa visão são facilmente constatados quando se verifica que o Es-

¹⁵¹ Lei da Palmada,

<https://itr.ufrj.br/portal/wp-content/uploads/2017/10/t94.pdf>

O MÍNIMO QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE POLÍTICA CRISTÃ

tado não tem condições de proporcionar tudo o que esperamos dele.

Além de o Estado moderno ser incompetente para garantir saúde, segurança, educação, financiamento de marginalizados, oportunidades e tudo que nos seja necessário, tudo isso custa caro e é autodestrutivo. A concepção de um Estado que sirva sua população nos mais diversos aspectos tem levado as economias avançadas do mundo a um endividamento em níveis não registrados desde o fim da Segunda Guerra Mundial¹⁵².

Segundo o economista e historiador Niall Ferguson a dívida pública tem uma causa *política*:

Milton Friedman notoriamente afirma [...] que a inflação sempre foi, em todos os lugares, um fenômeno monetário. Quero sugerir-lhes que crises de dívida pública sempre são, em todos os lugares, um fenômeno político. Elas são consequências de fraqueza política. Gastos excessivos e tributação insuficiente, [e] a incapacidade de tomar decisões acerca de políticas fiscais insustentáveis são fatores políticos; não são o resultado de processos econômicos profundos.¹⁵³

¹⁵² Carmen M. Reinhart e Kenneth S. Rogoff, “A Decade of Debt,” *NBER Working Paper* no. 16827, National Bureau of Economic Research, February 2011, <https://doi.org/10.3386/w16827>

¹⁵³ Niall Ferguson, *Fiscal Crises and Imperial Collapses: Historical Perspective on Current Predicaments*. Palestra, Peterson Institute for International Economics, Washington, DC, 13 de maio de 2010. Acesso em 2 de maio de 2026. Disponível em: <https://www.piie.com/sites/default/files/publications/papers/niar-chos-ferguson-2010.pdf>

Esperar muito do Estado tem nos tornado cada vez mais endividados enquanto cria uma casta de parasitas irresponsáveis. A base do erro está em esperar no Estado como uma *providência*, palavra bíblicamente só atribuível à Deus.¹⁵⁴

Uma sociedade que repudia o autogoverno se esmera no Estado humanista para assegurar proteção, saúde, educação e bem-estar. A concepção bíblica, em antítese a uma esfera de poder tão robusta, sustenta uma pluralidade de governos em linha com o conceito kuyperiano de soberania das esferas. Há muitas formas de governo, o Estado é apenas *uma* delas, sendo especificamente o governo civil, responsável por ministrar justiça.

Já foi abordada no capítulo anterior a relação entre lei e liberdade, sendo enfatizado que a Lei de Deus é a única capaz de restringir os impulsos pecaminosos do homem, enquanto lhe assegura proteção da tirania do Estado. Agora nos cabe acrescentar que a liberdade civil de uma nação tem um preço a ser pago. Este preço é o autogoverno.

O homem moderno se acostumou a pensar como um socialista. Acomodado, imaturo e incapaz de criar tempos prósperos, ele vive do que foi criado por seus antecessores, como um parasita. A mentalidade socialista nos tornou incapazes de sentir *culpa*, o que observou Rushdoony:

¹⁵⁴ Cabe deixarmos claro que não defendemos uma posição capitalista como os liberais, amparados em ficções como o libertarianismo de Ayn Rand e Rothbard, o que será esclarecido com maior profundidade no capítulo sobre o cuidado dos pobres.

O MÍNIMO QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE POLÍTICA CRISTÃ

A partir de uma perspectiva socialista, o homem não tem culpa. É o ambiente. Lincoln Steffens disse que não deveríamos culpar Satanás, nem Adão ou Eva pela queda do homem: foi a maçã! Ele estava falando seriamente; é o determinismo econômico. O homem é visto como criatura, não de Deus, mas do seu ambiente. O homem é, portanto, não um pecador, antes, é uma vítima.¹⁵⁵

Nos países de tradição católico-romana como o Brasil, autogoverno é um conceito *inexistente*: há muita expectativa na figura do Estado como agente de transformação da sociedade. Uma nação composta de homens que culpam o ambiente, a natureza ou entidades sobrenaturais está fadada a nunca crescer, pois se encontra apegada a superstições. A Palavra-lei de Deus, no entanto, nos chama à responsabilidade pessoal (Ez 18:1-4).

É preciso que o cristão evoque para si responsabilidade e se torne maduro na medida em que crie riqueza para os tempos futuros.

A partir da perspectiva bíblica, um homem é responsável por seus pensamentos e ações e é culpado se transgredir a lei. É, portanto, um ato necessário de maturidade e graça confessar nossa responsabilidade, admitir nossos próprios erros.¹⁵⁶

O homem que pratica o autogoverno tem completa consciência de que criar novos tempos exige, sobretudo, uma ética voltada para o trabalho e para o serviço. Essa ênfase na responsabilidade individual diante de Deus precisa andar em conjunto com o cuidado dos pobres, ou-

¹⁵⁵ Rushdoony, *Cristianismo e Capitalismo*, pp. 13-14.

¹⁵⁶ *Ibid.*, p. 14.

tro ponto fundamental para pensar política de maneira bíblica, o que abordaremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO XI

O CUIDADO COM OS POBRES E O RESSURGIMENTO DA DIACONIA

Os diáconos são estabelecidos na Igreja Primitiva (At 6) na intenção de cuidar das viúvas dos helenistas que eram desamparadas. A palavra diácono vem do grego *diákonos*, cujo sentido se refere ao serviço: o diácono nada mais é do que um servo ordenado do Reino de Deus.

Uma vez que os apóstolos receberam a incumbência de pregar o Evangelho, eles restringiram sua atividade, sobretudo à oração ao ministério da palavra (At 6:4). Dessa maneira, os diáconos são eleitos para servir à comunidade em suas necessidades. Em um país como o Brasil, o povo de Deus ainda tem muitas necessidades que devem ser supridas pela Igreja (e não pelo Estado).

O Apóstolo Paulo é claro no ponto de que a caridade cristã deve ser dispensada primeiramente sobre os domésticos da fé (Gl 6:10): “Então, enquanto temos tempo, façamos o bem a todos, mas principalmente aos domésticos da fé.” A prioridade de nosso cuidado deve ser dada a cristãos para fortalecimento da igreja. A partir de uma igreja sustentável, esse cuidado deve ser estendido à sociedade como um todo, o que envolve não cristãos. Nisso reside a chave da obtenção do poder político pelos cristãos.

Para uma teologia política centrada na Escritura, é imprescindível restabelecer o *cuidado com os pobres* como responsabilidade da igreja e da família. Embora tal ele-

mento soe impopular para muitos conservadores, a política cristã tem muito a dizer sobre eles.¹⁵⁷

A Lei de Deus é explícita a respeito do cuidado dos desfavorecidos. De acordo com Lv 19:9-10:

Quando também segardes a sega da vossa terra, o canto do teu campo não segaráis totalmente, nem as espigas caídas colherás da tua sega. Semelhantemente não rabiscarás a tua vinha, nem colherás os bagos caídos da tua vinha; deixá-los-ás ao pobre e ao estrangeiro. Eu sou o Senhor, vosso Deus.

O trecho apresenta um princípio profundo para os nossos dias: a generosidade em relação aos menos favorecidos. Enquanto a ganância nos levou a uma sociedade obcecada com lucro a qualquer custo, a Escritura nos move à caridade. Segundo Dt 24:14-15:

Não oprimirás o jornaleiro pobre e necessitado de teus irmãos ou de teus estrangeiros que estão na tua terra e nas tuas portas. No seu dia, lhe darás o seu salário, e o sol se não porá sobre isso; porquanto pobre é, e sua alma se atém a isso; para que não clame contra ti ao Senhor, e haja em ti pecado.

Essas duas passagens não são as únicas.¹⁵⁸ O cuidado com os pobres está longe de ser uma preocupação periférica das Escrituras, como muitos cristãos influenciados

¹⁵⁷ R. J. Rushdoony foi alguém que falou muito sobre o papel de serviço da igreja à sociedade, especialmente em uma de suas últimas obras, *Ao Seu Serviço: O Chamado Cristão à Caridade* (Editora Monergismo, 2020).

¹⁵⁸ Lv 19:9-10; Lv 23:22; Dt 15:7-11; Dt 24:14-15; Dt 24:19-21; Dt 26:12-13; Sl 41:1; Sl 82:3-4; Pv 14:31; Pv 19:17; Pv 22:9; Pv 29:7

O MÍNIMO QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE POLÍTICA CRISTÃ

pelo conservadorismo ou pelo liberalismo podem vir a pensar. É impossível ter uma política consistentemente cristã sem que esse elemento seja considerado.

Deus abençoa quem dá ao pobre: *“Bem-aventurado é aquele que atende ao pobre; o Senhor o livrará no dia do mal”* (Sl 41:1). Em contrapartida, as Escrituras não poupam palavras duras contra os que se isentam dessa responsabilidade:

Eis que o salário dos trabalhadores que ceifaram as vossas terras e que por vós foi diminuído clama; e os clamores dos que ceifaram entraram nos ouvidos do Senhor dos Exércitos. (Tg 5:4)

Reter o salário dos trabalhadores não é mera negligência quanto a um princípio vago: é um pecado que clama aos céus. Em outras palavras, um pecado grave. O livro de Isaías nos mostra como a opressão dos ricos sobre os povos é tida como algo inadmissível:

Ai dos que decretam leis injustas e dos escrivães que escrevem perversidades, para prejudicarem os pobres em juízo, e para arrebatarem o direito dos aflitos do meu povo, e para despojarem as viúvas, e para roubarem os órfãos! Mas que fareis vós outros no dia da visitação e da assolação que há de vir de longe? A quem recorrereis para obter socorro e onde deixareis a vossa glória, sem que cada um se abata entre os presos e caia entre os mortos? Com tudo isto a sua ira não se apartou, mas ainda está estendida a sua mão. (Is 10:1-4)

Há uma responsabilidade por parte dos ricos e proprietários em pagar salários apropriados e agir de forma justa para com os pobres. O contrário disso é a opressão

contra a qual o profeta Isaías irrompe em bom tom. A caridade deve ser deliberada, nunca mediante coerção do magistrado civil. Os pobres têm à sua disposição um vingador, muito mais implacável que o Estado moderno: o próprio Deus.

Na nova aliança, a igreja absorve para si o papel de servir aos pobres e desfavorecidos deste mundo. Nosso Senhor Jesus Cristo ensina uma missão valiosa aos discípulos: “*Mas Jesus, chamando-os a si, disse-lhes: Sabeis que os que julgam ser príncipes das gentes delas se assenhoreiam, e os seus grandes usam de autoridade sobre elas; mas entre vós não será assim; antes, qualquer que, entre vós, quiser ser grande será vosso serviçal.*” (Mc 10:42-43).

Com essa afirmação, Cristo subverte toda concepção sobre o poder pagã, segundo a qual os maiores são os que dominam. O verdadeiro poder está com quem serve. A Igreja moderna deveria levar as palavras de Nosso Senhor a sério. Exatamente como os primeiros cristãos fizeram:

O poder da igreja Primitiva estava no notável ministério de serviço aos necessitados, às viúvas e órfãos, aos enfermos, desabrigados e viajantes. Cativos eram resgatados, recém-nascidos abandonados eram recolhidos e criados, e muito mais. Tratava-se do poder da obediência.¹⁵⁹

O poder da Igreja está diretamente associado à sua capacidade de servir a sociedade. *Servir* a sociedade é o que dá poder político à igreja.

¹⁵⁹ R. J. Rushdoony, *Ao Seu Serviço* (Editora Monergismo, 2020), p. 47.

O MÍNIMO QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE POLÍTICA CRISTÃ

A história mostra que, num período em que as instituições do Império Romano estavam em franco declínio, houve dos próprios pagãos uma disposição para serem julgados pelos tribunais eclesiásticos cristãos, que se mostraram mais eficazes e mais apropriados num tempo de crise. A igreja deve ser reconhecida como uma instituição *política* apta para cuidar da sociedade, especialmente dos pobres e desfavorecidos.

Nas palavras de Jean Marc-Berthoud:

O Estado fiel à função designada por Deus não deve em nenhum caso substituir as instituições estabelecidas pelo Criador: a família, a igreja e todas as associações que o homem cria em conformidade com a lei divina.¹⁶⁰

A soberania das esferas, conforme resgatada por Abraham Kuyper mediante uma tradição que remonta a João Calvino e ao bispo de Roma, Gelásio I, expressa a concepção bíblica de múltiplas autoridades atuantes como ministros de Deus. Cada esfera deve permanecer dentro do escopo que lhe cabe.

Não cabe à igreja o poder da espada pertencente ao Estado. De igual forma, não cabe ao Estado o poder de cuidar dos pobres. Quando o governo civil se apropria do serviço aos oprimidos, usurpa uma responsabilidade que cabe à igreja.

O Estado também, muito frequentemente, se mostrou pronto a fazer o que a Igreja, com indiferença, negligenciou. Os resultados foram seriamente prejudicados. [...] O crescimento do poder estatista na sa-

¹⁶⁰ Jean Marc-Berthoud, *Apologia da Lei de Deus*, p. 118.

úde, educação e assistencialismo foi marcado por um retraimento dos cristãos nesses setores. Isso permitiu que o Estado adentrasse, em revelia, na área central do poder da sociedade, isto é, a família. O controle da família implica controle sobre toda a sociedade. A igreja não pode ser forte onde a família é fraca. A decadência da família e da igreja é a ruína da sociedade.¹⁶¹

Quando o Estado toma para si a responsabilidade de cuidar dos pobres, a Igreja diminui. Quando a Igreja diminui, a influência do Estado cresce. Isso, por sua vez, requer: *primeiro*, maior coleta de impostos, que sobrecarregam a população; *segundo*, a interferência deste em setores como a saúde e a educação; *terceiro*, sua predominância em relação à família e a igreja.

Vimos no Capítulo 6 que o propósito do magistrado civil é ministrar justiça, tendo o poder da espada outorgado por Deus. A negligência da Igreja cria um vácuo a ser preenchido pelo Estado que, gradualmente, exerce domínio sobre várias esferas da vida.

A subversão da soberania das esferas assegurada por Deus cria dois problemas com os quais a igreja deve lidar: *primeiro*, a opressão dos pobres não atendidos por uma máquina pública endividada e sobrecarregada, *segundo*, um Estado intervencionista cada vez mais inflado, que conspira abertamente contra o Reino de Deus.

A única maneira suficiente de deter o Estado intervencionista moderno é reestabelecer a Igreja como instituição responsável pelo cuidado dos pobres. Isso exige

¹⁶¹ R. J. Rushdoony, *Ao Seu Serviço*, p. 183.

O MÍNIMO QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE POLÍTICA CRISTÃ

tempo e esforço, mas o primeiro passo é uma retomada da diaconia como eixo do cuidado com os desfavorecidos.

CAPÍTULO XII

CRISE E OPORTUNIDADE

Assim como o Estado, ministro da justiça, desprovido da Revelação está sujeito a se converter na besta que saiu do mar (Ap 13:1); a Igreja, ministra da palavra de Deus, ao trair seu papel, se converte na besta que saiu da terra (Ap 13:11). A besta que saiu da terra tem chifres como cordeiro, mas fala como dragão, exercendo poder na presença da primeira besta, a qual convocava os povos a adorarem (Ap 13:12).

É de grande riqueza a descrição do Apóstolo João: a falsa igreja tem aparência de igreja (chifres como de cordeiro), no entanto, sua mensagem (a voz de dragão) exalta o próprio Satanás, que incita a desobediência humana desde o início dos tempos. Há muitas falsas igrejas em nosso meio. É sua mensagem que as condena, pois é pela mensagem que uma igreja é julgada.

A mensagem da Igreja fiel excede meras palavras e implica um modo de vida que exalta a Cristo e reconhece o seu senhorio sobre toda existência. Em contrapartida, a igreja apóstata exalta o Estado humanista, reconhecendo-o como a fonte de seu poder.

Em um contexto de apostasia, há um amálgama da igreja corrupta com o Estado corrupto. Isso proporciona a centralização a partir de uma forma de governo apóstata. É o que vemos em nossos dias no contexto brasileiro.

O Estado não se contenta mais em ser a forma de governo do ministro [isto é, um servo] da justiça às or-

dens de Deus. Antes, afirma ser o suserano ou deus da sociedade. Busca subordinar as outras jurisdições à sua, como se o Estado representasse a benevolência desinteressada e fosse, portanto, o juiz apropriado de todas as coisas. Quando existem vários governos, a corrupção de um só não é necessariamente a corrupção de todos. Entretanto, quando o estatismo triunfa, as pequenas corrupções são substituídas pela corrupção maciça do Estado, o mal que permeia toda a sociedade.¹⁶²

A Igreja é um governo estabelecido por Deus, uma autoridade que supera a do Estado. Como dito acima, suas prerrogativas diferem daquelas do governo civil, sendo restritas à pregação da palavra, ministração dos sacramentos e disciplina eclesiástica. Não obstante, ambas as esferas são legitimadas pelo Deus triúno revelado nas Escrituras. É mandatório que o Estado reconheça a fonte de seu poder e se admita também um ministro de Deus a cumprir seu papel em uma sociedade que vise a Sua glória. Afirmar o senhorio de Cristo é, portanto, fundamental tanto para a Igreja quanto para o Estado.

Vimos como, desde o Iluminismo, há um intenso processo de secularização do Ocidente. Isso culminou no século XX, em que ocorreram duas guerras mundiais, genocídios e revoluções em nome de ideologias sanguinárias.

O historiador Christopher Dawson afirma:

A ordem capitalista, baseada no poder do dinheiro e na razão do lucro, alheou-se profundamente dos valores cristãos e foi a principal causa da secularização

¹⁶² R, J. Rushdoony, *Cristianismo e Estado*, p. 234.

O MÍNIMO QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE POLÍTICA CRISTÃ

de nossa cultura. A ordem totalitária, baseada no culto do poder, marca a reversão às normas pré-cristãs e busca a experiência religiosa que lhe seja adequada em alguma forma de neopaganismo. Mas a ordem que se funda no princípio da vocação tem natural afinidade com os ideais cristãos.¹⁶³

O mundo que vivemos deixou de ser cristão há décadas. Os males de nossa era são consequência do abandono da tradição do cristianismo bíblico que engendrou a civilização ocidental. Restou-nos um capitalismo impessoal e frio e uma luta por poder a qualquer custo na esfera pública.

Há muito tempo, a Igreja abandonou a ordem social à própria sorte, ao mesmo tempo em que sofre com seus próprios problemas. Instituições autodeclaradas cristãs se tornaram verdadeiras empresas a buscarem sucesso a qualquer custo, enquanto em boa parte das igrejas há intensa luta por poder, nepotismo e heresias.

“Já não temos nossos próprios problemas para envolver o Estado nisso?” é o questionamento de alguns. A opção por fazer da igreja um convento, distante do mundo é e será, com alguma frequência, uma tentação para cristãos comprometidos com a Palavra de Deus. No entanto, cabe aqui dizer que tanto a Igreja quanto o Estado Moderno sofrem do mesmo mal: o abandono das verdades centrais da fé cristã.

Nas igrejas rendidas, há uma capitalização das almas, com venda não mais de indulgências, mas de bênçãos materiais, em cultos centrados em personalidades carismá-

¹⁶³ Christopher Dawson, *O Julgamento das Nações* (Livraria Agir Editora, 1945), p. 183.

ticas. Técnicas de marketing são empregadas com peso em igrejas, pois sua pregação não é o bastante. O crescimento de evangélicos no Brasil é assustador, mas ainda mais assustador é o fato de que a nação em que vivemos continua a mesma em suas mazelas sociais e políticas.

No Estado brasileiro, há busca pelo poder por parte de oportunistas tanto da Esquerda quanto da Direita. Personalidades como Lula e Jair Bolsonaro são exaltadas como salvadores da pátria. Ideologias pipocam no Legislativo e, a cada dia, nossa sociedade apresenta uma instabilidade maior, com constantes ameaças à liberdade de expressão por parte do Judiciário.

Tanto a Igreja quanto o Estado carecem da mesma autoridade: as Escrituras Sagradas. A Palavra sobrepõe as personalidades e nos permite pôr colírio em nossos olhos para que percebamos a realidade tal qual ela é (Ap 3:18). Isso nos dá conhecimento de nossas responsabilidades enquanto Igreja, assim como nos confere fundamento sólido para assegurar os limites do poder do Estado. É inútil apelar para os mesmos pressupostos dos ímpios para combater os males de nosso tempo: é preciso resgatar uma cosmovisão política orientada exclusivamente pela Palavra.

Christopher Dawson fala do conceito de *vocação espiritual* como uma forma de reformar a sociedade:

Com efeito, é na ideia cristã de vocação espiritual que o conceito de vocação social encontra o seu arquétipo e modelo. Nós vemos tal afinidade desde o princípio nas relações entre os apóstolos cristãos e os representantes da ordem romana, de modo que Pedro e Paulo, os eleitos do Senhor, parecem ter sentido por Cornélio o Centurião, e Festo o Governador, uma espécie

O MÍNIMO QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE POLÍTICA CRISTÃ

de instintiva compreensão que não sentiam pelos sacerdotes judaicos nem pelos filósofos gregos. Eles os viam como a homens que estavam prestando serviço desinteressado em seu próprio ofício e, portanto, eram ministros de Deus, como eles mesmos, embora em plano de ação inferior.¹⁶⁴

Diante da constatação de que vivemos em tempos difíceis, é preciso lembrar da Reforma Protestante, o maior avivamento da história do Ocidente. Deus levantou Martinho Lutero para se erguer contra os desvios doutrinários de seu tempo, iniciando uma onda avassaladora de arrependimento e glorificação a Deus. No entanto, como Calvino bem diz em suas Institutas, o inferno também se levantou naquele tempo. Houve guerras, perseguições, massacres e cismas.

Não obstante, ainda que com dificuldade, as ideias de Lutero e Calvino sobreviveram e chegaram até nós. Por providência divina, a crítica de Lutero aconteceu precisamente durante o advento da imprensa, o que permitiu que as ideias da Reforma escoassem por toda Europa.

De maneira semelhante, vivemos no tempo em que um novo desenvolvimento tecnológico se encontra em pleno vigor: as mídias sociais constituem um meio de comunicação ainda mais eficaz que a prensa de Gutemberg. É preciso que cristãos as utilizem com responsabilidade para difusão de uma teologia do Estado consistentemente bíblica.

Rushdoony afirma:

¹⁶⁴ *Ibid.*, p.183-184.

O fim de uma época é sempre um tempo de desordem, guerra, catástrofe econômica, cinismo, anarquia e angústia. Mas é também uma era de desafio e criatividade intensos, e também de grande vitalidade. E devido à intensificação das questões problemáticas, e de seu alcance global, nunca uma era se deparou com uma crise mais exigente e excitante. Esta, então, é, acima de tudo o mais, a maior e mais gloriosa era para estar vivo, o tempo de oportunidade, que requer um pensamento estimulante e vigoroso — de fato, um tempo glorioso para viver.¹⁶⁵

É preciso coragem para se viver no século XXI: um tempo de desafios para a fé cristã, mas de iguais *oportunidades*. A ordem social chamada Ocidente está a ponto de ruir, uma vez que o Velho Mundo apostatou, rendendo-se à modernidade. Isso não é o fim, mas a possibilidade de *reconstruir* um Novo Mundo centrado na soberania de Cristo.

Comprometer-se com uma busca pelo senhorio de Cristo sobre todas as áreas da vida é um desafio, que trará aos cristãos genuínos o ostracismo e a perseguição. Muitas vezes, estes virão da própria igreja contemporânea, embebida da filosofia moderna.

Vivemos num mundo obcecado por combater todo relance mínimo de dogmatismo e pretensão de verdade absoluta. Em contrapartida, o Cristianismo se apresenta como uma verdade absoluta. Mais do que isso, ele busca de maneira deliberada levar cativo todo conhecimento à Cristo (2 Co 10:5).

Segundo o Dr. Greg L. Bahnsen:

¹⁶⁵ R. J. Rushdoony, *Esquizofrenia Intelectual*, p. 181.

O MÍNIMO QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE POLÍTICA CRISTÃ

Vivemos em uma cultura que por tanto tempo tem estado saturada com as alegações da autonomia intelectual e as demandas por neutralidade na academia que essa perspectiva ímpia se entranhou em nós: assim como a suposta ‘música das esferas’, ela é tão constante e estamos tão acostumados com ela que não conseguimos discerni-la. Faz parte do senso comum, e simplesmente contamos com ela. Não é de admirar, então, que a posição epistemológica do pensamento bíblico e reformado se apresente em absoluto contraste! Ele desafia o *status quo*, exige uma reorientação da nossa vida e dos nossos pensamentos e ameaça ‘virar o mundo de cabeça para baixo’. Ela parece dogmática e absolutista porque é dogmática e absolutista. O cristão não deve ter vergonha desse fato.¹⁶⁶

O *status quo* é humanista. Cristianismo e Humanismo são água e óleo e o cristão contemporâneo precisa assumir uma posição. Essa posição perpassará a política. O que o cristão pode e deve fazer em matéria de política é o que procuraremos responder em nosso último capítulo.

¹⁶⁶ Greg L. Bahnsen, *Sempre Preparados: Orientações Para a Defesa da Fé* (Editora Monergismo, 2016), p. 39.

CAPÍTULO XIII

CONCLUSÃO: E AGORA, O QUE FAZER?

Mediante tudo o que foi apresentado, uma dúvida legítima pode acometer o leitor: o que fazer?

Os evangélicos só começaram a se preocupar com política há poucas décadas. É compreensível que haja certo espanto diante da constatação de que estamos distantes de pensar política de maneira bíblica. Se isso lhe ocorreu, cumpri parte de meu objetivo com esse livro. Todavia, é preciso lembrar que o cristão verdadeiro nunca cede ao desespero. Em vez disso, ele anda pela fé convicto da vitória inevitável de Nosso Senhor Jesus Cristo. Somos seus embaixadores e levamos seu plano a cabo.

O trabalho apresentado é um diagnóstico. Outras obras devem ser escritas provendo um prognóstico de como o cristão deve trabalhar na restauração deste país. Contudo, não me sentiria bem em encerrar sem algumas diretrizes claras para o leitor. Adianto que há muito a ser feito.

O primeiro passo para a transformação política é o *discipulado* da nação brasileira. É evidente que o Brasil já tem milhões de evangélicos. O problema não é o número, mas a formação. Temos muito emocionalismo e pouco catecismo, com quase nenhuma erudição teológica. O ensino das verdades de fé ainda é precário nesta nação, o

que nos exige investimento na formação teológica tanto dos pastores e teólogos quanto dos membros.

A relação entre teologia e política é absoluta, sendo a segunda consequência direta da primeira. Quando temos uma má teologia, teremos, por implicação, uma má política. As Escrituras nos ensinam que a política não é o elemento essencial da vida cristã, ela é um aspecto da realidade a ser, como todos os outros, submetido ao senhorio de Cristo.

Parafraseando o filósofo holandês Herman Dooyeweerd, o aspecto *pístico* (relacionado à fé) é o aspecto modal da existência humana, no qual se expressa a direção da existência humana como um todo. Isso se dá em virtude de sua relação com o coração, o centro existencial humano que transcende a ordem modal. Segundo o livro de Provérbios, é do coração que “procedem as saídas da vida” (Pv 4:23). Toda nossa vida é governada a partir do centro religioso: o coração.

É impossível falar em política sob uma ótica cristã sem conhecer o que é essencial à salvação. O abandono dos catecismos e da confessionalidade trouxe às igrejas modernas uma rasidade teológica, que torna os cristãos presa fácil de falsos mestres. O discipulado dos próprios evangélicos tornou-se não apenas algo necessário, como também urgente. A teologia reformada tem desenvolvido um ensino sólido sobre as verdades concernentes à salvação que cremos ser de grande valor para o discipulado das igrejas contemporâneas.

A situação se torna mais crítica quando falamos da política. Isso nos leva ao *segundo* passo: estabelecer uma

O MÍNIMO QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE POLÍTICA CRISTÃ

educação cristã sólida através de *think tanks* qualificados. Como diz a CFW no Capítulo I, par. VII:

Na Escritura, nem todas as coisas são igualmente claras por si mesmas, nem igualmente evidentes a todos; contudo, as coisas que precisam ser conhecidas, cridas e observadas para a salvação são tão claramente apresentadas e explicadas em algum lugar da Escritura, que, não só os doutos, mas ainda os indoutos, no devido uso dos meios ordinários, podem alcançar uma suficiente compreensão delas.¹⁶⁷

A política é manifestamente um assunto que envolve muitas complexidades, o que a enquadra nas coisas menos claras. Por este motivo, é imprescindível o desenvolvimento de uma erudição cristã capaz de discutir o assunto de maneira séria e elevada. Ao longo dessa obra, muitos autores foram citados. Embora, com alguma frequência, partam de perspectivas políticas ligeiramente diferentes (ou muito diferentes), todos trataram política, procurando um pensamento consistentemente cristão: Jean-Marc Berthoud, Abraham Kuyper, Francis Schaeffer, Greg Bahnsen, James B. Jordan, Herman Dooyeweerd, David Koyzis, Gary North e, nossa principal referência, Rousas John Rushdoony.

De todas as possibilidades de cosmovisão política cristã, cremos que o Reconstrucionismo Teonomista e o Neocalvinismo são excelentes referenciais à luz dos quais discutir política de maneira cristã. Digo “referenciais”, pois há muitos desafios no Brasil com os quais esses homens não lidaram em grau. Isso não é uma crítica à suficiência de suas análises ou a muitas de suas soluções pro-

¹⁶⁷ *O Padrão de Westminster*, p. 30.

postas, antes uma constatação de que o Brasil precisa desenvolver uma cosmovisão política, que o permita lidar com os seus problemas sobre os ombros de gigantes.

Não basta reproduzir slogans teológicos, mas oferecer alternativas reais para a sociedade brasileira. Adjacente aos *think tanks*, destaco a importância de estabelecer uma elite intelectual cristã apta a discutir os problemas da nação brasileira. Segundo Rushdoony, “A chave para o futuro é a escola cristã”¹⁶⁸. Apenas tendo uma educação qualificada será possível ter políticos qualificados a fazer política de maneira cristã.

O *terceiro passo* é consequência direta dos dois primeiros: engajamento cultural sem militância ideológica. A igreja não pode ser sequestrada por nenhuma militância de natureza humanista. Vimos como as ideologias partem do falso dogma da autonomia da razão, repudiando o senhorio de Cristo. Por este motivo, é preciso militar não a favor de personalidades políticas, mas do Cristianismo enquanto resposta para os problemas sociais. Para tal, é necessário, antes de mais nada, que sejamos capazes de *dar respostas*. Uma igreja incapaz de dar respostas não será ouvida: será cooptada por ideologias e não gerará a transformação social que as Escrituras assecuraram.

A igreja brasileira tem um grande potencial e não pode desperdiçá-lo.

¹⁶⁸ R. J. Rushdoony, “The Messianic Character of American Education”. Transcrição de palestra. *Pocket College*. Acesso em: 1 de maio de 2026. Disponível em:

<https://www.pocketcollege.com/transcript/RR151A1.html>

APÊNDICE

ENTRE CRISTO E MARX: A GUERRA PELA INTERPRETAÇÃO DO RACISMO

Males como o racismo são atribuídos a causas sociais, econômicas e, atualmente, *psicológicas*.

No olhar do pensamento woke, o racismo é fruto de uma mentalidade conservadora que se apegua a ideia de “normas atemporais”. Há em movimentos como esse uma clara hostilidade à realidade conforme estabelecida por Deus.

Segundo o movimento Black Lives Matter, os brancos são malignos simplesmente por não serem oprimidos. O movimento woke divide o mundo entre oprimidos e opressores, fazendo dos oprimidos indivíduos santificados em razão de sua opressão. Aos seus algozes, resta apenas a humilhação e a denúncia de sua própria classe e raça.

O já citado John Cooper, vocalista da banda *Skillet*, foi vítima dessa horda:

Por mais indignado que eu estivesse com o que aconteceu a George Floyd, a cor da pele de Floyd não era, para mim, a questão central. Mas isso foi inaceitável para alguns, que insistiam: ‘Dizer que você é contra a brutalidade policial não significa, de fato, ser antirracista’. Na verdade, disseram-me que a minha relutância em afirmar ‘Isso foi 100% por causa de racismo’ era prova da minha própria cumplicidade com o racismo sistêmico! Fui acusado por amigos — alguns dos quais frequentaram a mesma igreja que eu por

décadas — de estar contribuindo para a supremacia branca. ‘Por que o Skillet não se pronunciou?’ Então, começaram os músicos cristãos woke: ‘Por que os cristãos brancos nunca se posicionam contra o racismo? Eles não o fizeram durante a escravidão; não o fizeram durante o movimento dos direitos civis; e, não surpreendentemente, não estão fazendo isso agora.’ Fiquei estarelecido. Então, o fato de eu não afirmar que a morte de George Floyd foi causada por racismo me torna semelhante aos cristãos que não lutaram para pôr fim à escravidão? Que continuem as demonstrações emocionais... Eu não teria conseguido viver em paz comigo mesmo se tivesse dito ou publicado nas redes sociais coisas em que não acredito apenas para tirar a turba do meu encalço. Há uma palavra para esse tipo de homem: covarde.¹⁶⁹

A lucidez de John Cooper não foi compartilhada por todos os cristãos, especialmente se tratando de figuras públicas. Diante da morte de George Floyd, o pastor Max Lucado¹⁷⁰ chegou a orar publicamente “pedindo desculpas pelo passado escravagista da América”. Mesmo sem qualquer responsabilidade na escravidão de centenas de milhares de negros, é exigido de qualquer pessoa branca adesão acrítica ao pensamento woke. Isso envolve a denúncia de sua própria classe privilegiada, sob pena de ser

¹⁶⁹ John L. Cooper. *Wimpy, Weak and Woke*, p. 12.

¹⁷⁰ “Max Lucado Begg God to Forgive Him For His Ancestors Owning Slaves, Segregation”, *The Dissenter*, 10 de ago. de 2020. Acesso em 03 de abr. de 2026. Disponível em: <https://disntr.com/2020/08/10/max-lucado-begs-god-to-forgive-him-for-his-ancestors-owning-slaves-segregation/>

O MÍNIMO QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE POLÍTICA CRISTÃ

chamado racista. É o caso do teólogo batista Matthew Hall:

Adivinhe, eu sou [racista]. Vou lutar contra o racismo e a supremacia branca até o dia em que morrer e receber meu corpo glorificado e uma mente completamente renovada e santificada, pois estou imerso em uma cultura onde me benefico do racismo o tempo todo.¹⁷¹

Parte significativa da Igreja abandonou um pensamento distintamente cristão em favor do sentimentalismo woke. Megan Basham aponta iniciativas dos comunistas¹⁷² que, desde a Segunda Guerra, visaram ins-

¹⁷¹ Coffee And Cream, “13: Seminaries and Racial Reconciliation with Matthew Hall”, vídeo do YouTube, 15 de jul. de 2018. Acesso em 03 de abr. de 2026. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=dwI82hKUTgI>

¹⁷² “Segundo os registros agora desclassificados, comunistas americanos sob ordens soviéticas fundaram o grupo de fachada Mobilização Pacifista Americana com um objetivo muito específico: convencer líderes religiosos a promover os objetivos do Kremlin. Em 1941, recrutou com sucesso pastores para pressionar o presidente Franklin Delano Roosevelt a manter os Estados Unidos fora da Segunda Guerra Mundial, pois Stalin e Hitler eram, naquela época, aliados. Numa atitude bem presunçosa de se autodenominar ‘nós, da igreja’, o grupo publicou uma carta aberta no New York Times. Dizia que sua “crença em Deus e no valor e dignidade da pessoa humana expressa na imagem divina” o compelia a clamar ao presidente Roosevelt para ‘pôr um fim ao que consideramos uma política externa agressiva e militante, que inevitavelmente levará [...] à destruição da democracia’. No entanto, assim que Stalin mudou de posição e quis que os Estados Unidos se juntassem aos Aliados, esses líderes religiosos imediatamente se tornaram pró-guerra e mudaram seu nome para Mobilização Popular Americana. O Congresso mais tarde cha-

trumentar a igreja em favor dos objetivos de Moscou. Segundo a jornalista, sofremos hoje uma subversão parecida. A diferença é que, em vez do marxismo clássico, somos atualmente manipulados pela ideologia woke.

Apesar de concessões por parte de muitos evangélicos, o cristianismo e o wokismo são rivais completamente irreconciliáveis. A razão se dá mediante a antítese entre as duas visões de mundo. Enquanto cristãos seguem Agostinho de Hipona ao compreenderem a história como um desenrolar do conflito entre filhos da luz e filhos das trevas; a ideologia woke segue Karl Marx, que a divide entre oprimidos e opressores.

O Cristianismo e a ideologia woke não podem ocupar o mesmo lugar: é preciso que um ceda para que o outro avance. Ciente dessa guerra, o teólogo Joshua Mitchell alega que os progressistas tomaram o que outrora constituiu o quartel general da igreja:

As universidades americanas mais prestigiosas, Harvard, Yale e Princeton, foram outrora os seminários que educavam a casta sacerdotal do Cristianismo Hebraico. Nas últimas décadas, elas têm sido o epicentro da educação da casta sacerdotal da Política de Identidade. Quase todas as outras universidades e faculdades americanas agora fazem o mesmo. Até mesmo universidades católicas proeminentes — Georgetown, por mais de uma década; Notre Dame, já além do ponto de não retorno — se alinharam. Pecado ori-

maria a Mobilização Popular Americana de “uma das organizações mais insubordinadas que já operaram nos Estados Unidos”. E pastores, alegando falar em nome da ‘igreja’, faziam parte dela.” (Megan Basham, *Pastores a Venda*, pp. 26-27)

O MÍNIMO QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE POLÍTICA CRISTÃ

ginal? A Política de Identidade o possui — na forma da mácula irremediável da “branquitude”, da masculinidade tóxica e da igreja “homofóbica”.¹⁷³

Houve uma substituição de uma concepção de pecado cristã, baseada na quebra da Lei de Deus, por uma concepção de pecado humanista, na forma da intolerância, da homofobia e da branquitude.

Toda abordagem da Esquerda Woke em relação ao racismo parte de premissas humanistas. Os próprios desenvolvedores da *Teoria Crítica da Raça*¹⁷⁴, Richard Delgado e Jean Stefancic reconhecem que ela é um desdobramento da teoria do conflito de Marx¹⁷⁵. Conforme os autores, “o movimento da teoria crítica da raça (TCR)

¹⁷³ Joshua Mitchell, “Whither the Reformation in America?”, *American Reformer*. Acesso em 31 de mar. de 2026. Disponível em: <https://americanreformer.org/2026/03/whither-the-reformation-in-america/>

¹⁷⁴ A Teoria Crítica da Raça surgiu nos meios jurídicos e acadêmicos dos Estados Unidos e busca analisar como o racismo está incorporado não apenas em atitudes individuais, como também em estruturas sociais, instituições, leis e dinâmicas culturais. Influenciada pela teoria crítica e por autores pós-marxistas, ela entende a raça como uma construção social e enfatiza relações de poder, privilégio e opressão histórica na formação da sociedade contemporânea.

¹⁷⁵ Richard Delgado e Jean Stefancic, “Living History Interview with Richard Delgado and Jean Stefancic”, *Transnational Law and Contemporary Problems* 19, n. 221 (2011), disponível em: <https://digitalcommons.law.seattleu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1039&context=faculty>

V. tb. Ilana Redstone, “Conflict Theory Doesn’t Like You”, *Tablet Magazine*, 12 de abr. de 2021, disponível em:

<https://www.tabletmag.com/sections/news/articles/conflict-theory-and-us>

é um coletivo de ativistas e acadêmicos empenhados em estudar e transformar a relação entre raça, racismo e poder.”¹⁷⁶ Isso a torna muito mais do que uma mera filosofia: um projeto voltado para a transformação das relações humanas sob pressupostos marxistas.

Bebendo de intelectuais como Antonio Gramsci, Michel Foucault e Jacques Derrida, a TCR tem um potencial ilimitado de expansão. Foi assim que chegou aos seminários e igrejas. Termos como “racismo estrutural” e “branquitude” se multiplicaram nos seminários e palavras como “hegemonia” e “representação cultural” invadiram os púlpitos.

Exemplo disso é J. D. Grear, presidente da Convenção Batista do Sul, idolatrado por veículos seculares como o *Washington Post* como um reformador antirracista. O líder da maior denominação evangélica dos EUA admite sua própria igreja como fundada sobre “pressupostos injustos e ímpios sobre raça”¹⁷⁷, além de advogar a mudança do nome da instituição. Mais do que isso, Grear presta apoio aos pastores que acreditam no valor da TCR, reprimendo aqueles que os acusam de marxistas.

Outra figura pública de renome, o pastor Timothy Keller, da *Redeemer Church* em Nova York, afirma abertamente a existência de estruturas sociais que “sustentam a

¹⁷⁶ Richard Delgado e Jean Stefancic, *Teoria Crítica da Raça: Uma Introdução* (Editora Contracorrente, 2021), 1ª Edição Kindle, p. 31

¹⁷⁷ Mark Wingfield, “SBC leaders cautiously wading into the conflict created by seminary presidents on race,” *Baptist News Global*, 22 de dez. de 2020. Acesso em 03 de abr. de 2026. Disponível em: <https://baptistnews.com/article/sbc-leaders-cautiously-wading-into-the-conflict-created-by-seminary-presidents-on-race/>

O MÍNIMO QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE POLÍTICA CRISTÃ

desigualdade racial”¹⁷⁸. Além disso, utiliza o termo “racismo sistêmico” como consistente na “institucionalização de práticas que favorecem pessoas brancas e excluem pessoas não brancas”, definição plenamente compatível com o racismo estrutural. O caso de Keller mostra como, até mesmo teólogos que formalmente repudiam a Teoria Crítica da Raça, são muito influenciados por ela.

Há por parte desses pastores a crença de que o racismo moderno é um problema tão complexo, a ponto de se fazer necessária a apropriação de capital não-cristão para uma oposição efetiva a ele. O que nunca é apontado pelos conservadores é que as tratativas às quais esses pastores têm recorrido para o problema do racismo são ineficazes. Elas geram divisão em vez de unidade, e aca lentam o ódio em vez da conciliação.

Não à toa, desde que a sociedade e a igreja adotaram a *Teoria Crítica da Raça*, os crimes de ódio nos EUA tiveram uma alta de 12%¹⁷⁹. O mesmo se aplica às opiniões dos americanos sobre as relações entre brancos e negros, atualmente em seu ponto mais baixo em vinte anos. Em 2005, os americanos consideravam as relações raciais como 72% muito boas ou razoavelmente boas, em 2020, o número caiu para 44%¹⁸⁰.

¹⁷⁸ Tim Keller, “The Sin of Racism,” *Gospel In Life*. Acesso em 03 de abr. de 2026. Disponível em:

<https://gospelinlife.com/article/the-sin-of-racism/>

¹⁷⁹ Sarah N. Lynch, “Hate Crimes in US Surged 11.6% in 2021, Fueled by Racial, Ethnic Bias”, *Reuters*, 31 de mar. de 2026, disponível em: <https://www.reuters.com/world/us/hate-crimes-us-surged-116-2021-2023-03-13/>

¹⁸⁰ Lydia Saad, “U.S. Perceptions of White-Black Relations Sink to New Low”, *Gallup*, 2 de set. de 2020, disponível em:

Isso só comprova como as soluções humanistas multiplicam os males que procuram combater. A razão é que desconsideram a verdadeira natureza do homem como criatura, que responde actualmentemente ao Deus bíblico. O cristão deve lidar com os problemas expostos pelos humanistas à luz da Escritura, entendendo-os como produto da transgressão da lei de Deus.

De acordo com Gary North, o racismo se baseia em uma concepção pagã politeísta:

O cristianismo subordina o vínculo sexual à confissão. O racismo subordina o vínculo sexual à raça. O cristão insiste que uma confusão nas confissões dos pais coloca os filhos em perigo eterno. O racista insiste que uma confusão nas raças dos pais coloca os filhos fora dos limites da sociedade aceitável: o mestiço como nômade cultural. O cristão anuncia um pacto confessional. O racista anuncia um pacto de sangue. O cristão nega a legitimidade de um pacto de sangue, exceto um: o pacto judicial baseado no sangue derramado de Cristo. O racista pode usar uma linguagem amena na tentativa de fazer com que seu pacto de sangue soe aceitável em um mundo de pactos confessionais ou, mais importantemente nos tempos modernos, pactos políticos. Mas o apelo do pacto de sangue do racista perdura através dos séculos, enquanto outros pactos surgem e desaparecem, exceto uma variedade: os pactos confessionais.¹⁸¹

<https://news.gallup.com/poll/318851/perceptions-white-black-relations-sink-new-low.aspx>

¹⁸¹ Gary North, *Boundaries and Dominion: An Economic Commentary on Leviticus* (Point Five Press, 2020), vol. 4, p. 1064.

O MÍNIMO QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE POLÍTICA CRISTÃ

Enquanto o cristianismo acredita em um pacto confessional e, portanto, em uma unidade a partir da confessionalidade; o politeísta crê numa unidade através do sangue. A Escritura Sagrada condena o jugo desigual com incrédulos (2Co 6:14-16); o politeísmo condena o jugo desigual com outra raça ou família. Todo racismo prevalente em nossos dias é uma manifestação do velho paganismo pautado num tribalismo moderno, à exemplo do Nazismo. Qualquer tentativa de mitigar o racismo à custa da obediência à Revelação está fadada ao fracasso.

Apenas sob a Lei de Deus é possível alcançar respostas para os problemas sociais. Enquanto a Escritura Sagrada procura restringir o mal; a lei humanista busca salvar o homem. Isso explica o fanatismo de grupos como o *Black Lives Matter*: eles procuram salvar o homem através da lei. A Esquerda Woke, não à toa, milita por direitos de maneira a se proteger de qualquer desafeto. Uma vez que o pensamento humanista carece da compreensão da graça de Deus, ele vê na lei uma forma de salvar o homem.

Enquanto cristãos, devemos ser enfáticos em negar a salvação pela lei. Isso não implica negar o valor da lei para restringir o mal. A Palavra de Deus nos ensina que “a lei do Senhor é perfeita e refrigera a alma” (Sl 19:7). A despeito de qualquer possibilidade de farisaísmo, o Apóstolo Paulo nos diz

que a lei é boa, se alguém dela usa legitimamente, sabendo isto: que a lei não é feita para o justo, mas para os injustos e obstinados, para os ímpios e pecadores, para os profanos e irreligiosos, para os parricidas e matricidas, para os homicidas, para os fornicadores, para os sodomitas, para os roubadores de homens, para os mentirosos, para os perjuros e para o que for

contrário à sã doutrina, conforme o evangelho da glória do Deus bem-aventurado, que me foi confiado. (1Tm 1:8-11)

Qualquer política pretensamente cristã que desconsidere a lei de Deus como normativa será insuficiente para responder aos problemas de nosso tempo.

No caso do racismo, cabe *primeiro*, um entendimento do que é o homem: para o cristão, toda vida humana é imagem e semelhança de Deus (Gn 1:26); para o humanista, o homem é um mero animal. Enquanto sob a revelação bíblica, todas as raças descendem do primeiro Adão; para uma perspectiva pagã e humanista, raças são formadas de maneira arbitrária, com frequência erguidas umas contra as outras. A doutrina da Criação por si só já é uma resposta ao racismo, mas uma cosmovisão bíblica vai além disso.

Segundo, contra a ideia de um homem naturalmente bom, herdada de Rousseau, a cosmovisão cristã admite a queda, em virtude da qual todo homem é originalmente mal, nascido no pecado. As Escrituras apresentam o racismo como uma transgressão à Lei de Deus. Cristãos reconhecem a malignidade do racismo, pois o compreendem como algo essencialmente pecaminoso: repudiar a imagem de Deus é repudiar o próprio Deus. Os humanistas, em contrapartida, são incapazes de dar razão consistente para repudiar o racismo. Por esse motivo, grupos como o *Black Lives Matter* se baseiam no mero fanatismo e histeria.

Terceiro, o racismo é um problema a ser plenamente solucionado em Cristo. Enquanto progressistas veem na política a solução para o racismo, as Escrituras apontam

O MÍNIMO QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE POLÍTICA CRISTÃ

no segundo Adão, no qual não há “judeu nem grego” (Gl 3:28). Somente em Cristo é possível estabelecer unidade e paz entre as raças.

Fora de Cristo só existe o caos.

